

Infraestrutura Brasil Holding V S.A.

CNPJ/MF nº 34.984.976/0001-68

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamos-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Ativo	2023		2022		Passivo e patrimônio líquido	2023		2022		
	Nota	2023	2022	2022		Nota	2023	2022	2022	
Circulante		5.610	5.609	133.060	55.803		38.009	38.117	150.228	119.219
Caixa e equivalentes de caixa	5	154	201	119.561	47.988	10	9	17	69.454	57.788
Contas a receber	6	-	-	5.274	-	-	-	-	1.366	735
Impostos a recuperar	-	595	594	616	623	-	-	-	38.437	22.031
Partes relacionadas	12	4.861	4.814	5.340	5.467	-	-	-	1.001	180
Despesas antecipadas	-	-	-	2.258	1.248	-	-	-	1.739	467
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	-	419	12	38.000	38.000	38.000	38.018
Adiantamentos	-	-	-	11	58	-	-	-	231	-
Não circulante		599.401	481.619	1.172.325	898.851				588.155	386.324
Investimentos	7	599.401	481.619	-	-	11	-	-	588.155	386.324
Imobilizado	8	-	-	1.125.131	851.805	13	567.002	449.111	567.002	449.111
Intangível	9	-	-	47.194	47.046	-	-	-	(92.295)	-
Total do ativo		605.011	487.228	1.305.385	954.654		605.011	487.228	1.305.385	954.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Nota	2023	2022	2022
Receita operacional				
Custo operacional	15	-	-	85.304
Resultado bruto				(5.962)
Despesas operacionais				5.939
Despesas gerais e administrativas	16	(57)	(79)	(962)
Resultado de equivalência patrimonial	7	4.606	(2.986)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		4.549	(3.065)	4.977
Receitas financeiras	11	1.572	7.352	7.544
Despesas financeiras	(1)	(980)	(3.430)	(1.356)
Resultado financeiro		17	592	3.922
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		4.666	(2.473)	8.899
Imposto de renda e contribuição social	18	-	(103)	(1.882)
Lucro (prejuízo) do exercício		4.666	(2.576)	4.666
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações – em R\$		(0,0085)	(0,0050)	(0,0085)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Nota	2023	2022	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		461.868	(270.663)	-
Integralização de Capital em 05 de Janeiro de 2022	-	-	20.442	-
Integralização de Capital em 07 de Fevereiro de 2022	-	-	7.987	-
Integralização de Capital em 23 de Fevereiro de 2022	-	-	3.793	-
Integralização de Capital em 24 de Fevereiro de 2022	-	-	3.758	-
Integralização de Capital em 04 de março de 2022	-	-	26.522	-
Integralização de Capital em 15 de março de 2022	-	-	10.443	-
Integralização de Capital em 18 de Abril de 2022	-	-	1.000	-
Integralização de Capital em 25 de Abril de 2022	-	-	1.400	-
Integralização de Capital em 05 de Maio de 2022	-	-	1.940	-
Integralização de Capital em 10 de Maio de 2022	-	-	100	-
Integralização de Capital em 27 de Maio de 2022	-	-	110.350	-
Aumento de capital em 27 de Maio de 2022	86.053	-	-	-
Integralização de Capital em 23 de Setembro de 2022	-	-	7.000	-
Integralização de Capital em 26 de Setembro de 2022	-	-	23.600	-
Integralização de Capital em 27 de Outubro de 2022	-	-	12.586	-
Integralização de Capital em 28 de Novembro de 2022	-	-	15.000	-
Integralização de Capital em 25 de Novembro de 2022	-	-	4.000	-
Integralização de Capital em 23 de Novembro de 2022	-	-	1.500	-
Integralização de Capital em 21 de Dezembro de 2022	-	-	13.000	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		547.921	(92.295)	-
Integralização de Capital em 26 de Janeiro de 2023	-	-	4.000	-
Integralização de Capital em 31 de Março de 2023	-	-	3.000	-
Integralização de Capital em 22 de Maio de 2023	-	-	1.500	-
Integralização de Capital em 05 de junho de 2023	-	-	1.500	-
Integralização de Capital em 15 de junho de 2023	-	-	3.000	-
Integralização de Capital em 26 de junho de 2023	-	-	1.000	-
Integralização de Capital em 28 de junho de 2023	-	-	1.000	-
Integralização de Capital em 17 de julho de 2023	-	-	77.295	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	-	21.458	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		547.921	21.458	(109)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023		2022	
	Nota	2023	2022	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício	7	4.666	(2.576)	4.666
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Resultado de equivalência patrimonial	7	(4.606)	2.986	-
Depreciação	8	-	-	1.621
Juros e atualizações de empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.276
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:				
Contas a receber	6	-	-	(5.274)
Despesas antecipadas	-	-	-	1.010
Partes relacionadas	12	2	(4.814)	127
Adiantamentos a recuperar	(1)	(510)	7	1.140
Impostos	-	-	-	47
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	10	(8)	-	11.666
Encargos regulatórios	-	-	-	631
Obrigações trabalhistas	-	-	-	821
Tributos e contribuições sociais a recolher	(100)	93	1.272	(364)
Partes relacionadas	-	-	-	(18)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(47)	(4.821)	16.832
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	19.049
Investimento em controladas	7	(113.753)	(268.856)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(9.009)
Outras contas a pagar (Aquisições de investimentos)	-	-	(11.096)	-
Aquisições de imobilizado	8	-	-	(224.216)
Aquisições de intangível	9	-	-	(148)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(113.753)	(260.903)	(224.364)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	11	-	-	165.352
Aumento de capital	-	113.753	264.421	113.753
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		113.753	264.421	279.105
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(47)	(1.303)	71.573
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		201	1.505	47.988
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		154	201	119.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("Companhia" ou "IBHV") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25/09/2019, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 – 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e é controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBHV IV"). A Companhia possui como investidas as SPEs abaixo, que estão localizadas em Xique Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia e possuem o propósito específico de geração de energia eólica. As SPEs possuem outorga de 35 anos e estão em fase pré-operacional sendo que algumas dessas SPEs entraram parcialmente em operação durante o exercício de 2023 e outras entrarão em operação no primeiro semestre de 2024. O Parque Eólico São Vitor é dividido em 14 SPEs geradoras de energia e possui capacidade instalada total de MW 465. A Companhia possui o controle de 7 destas SPEs, que possuem capacidade instalada total de MW 223, conforme abaixo:

SPE	Prazo de Outorga	MW	Resolução Autorizativa
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01")	35 anos	31MW	nº 9.383 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03")	35 anos	31MW	nº 9.385 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07")	35 anos	31MW	nº 9.389 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11")	35 anos	31MW	nº 9.393 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12")	35 anos	31MW	nº 9.394 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13")	35 anos	31MW	nº 9.395 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14")	35 anos	37MW	nº 9.396 de 3/11/2020

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. Situação financeira e início das operações: A Companhia apresentou em 31/12/2023, capital circulante negativo em R\$32.399 na controladora e R\$1.716,8 no consolidado (em 31/12/2022 negativo em R\$32.508 na controladora e R\$63.416 no consolidado), decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração eólica de suas controladas. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas, para cobrir a necessidade de caixa para cumprimento das obrigações antes da geração de caixa referente a operação. A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 12 e São Vitor 13 contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo, que tiveram início de suprimento de energia em janeiro de 2023. As controladas da Companhia possuem previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, algumas destas controladas tiveram sua data de entrada em operação adiada para o segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificada a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários. Segue abaixo resumo de aerogeradores em operação em 31/12/2023:

SPE	Nº de Aerogeradores	
	Total	Em Operação Comercial
São Vitor 01	5	5
São Vitor 03	7	7
São Vitor 07	5	5
São Vitor 11	5	5
São Vitor 12	5	4
São Vitor 13	5	5
São Vitor 14	6	5
Total	38	22

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo; e (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto são suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), por meio de linha de crédito de R\$655.000. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29/04/2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos e vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBHV e suas controladas, nas quais a IBHV detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas se apresentam da seguinte forma:

Controladas	31/12/2023	31/12/2022
São Vitor 01	100%	100%
São Vitor 03	100%	100%
São Vitor 07	100%	100%
São Vitor 11	100%	100%
São Vitor 12	100%	100%
São Vitor 13	100%	100%
São Vitor 14	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. **3. Políticas contábeis materiais** – As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.2. Títulos e valores mobiliários:** As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos. **3.4. Ativo intangível:** Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas é composto principalmente por serviços de passagem, cuja amortização será iniciada quando do início das operações comerciais pelo tempo da outorga. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31/12/2023 e de 2022, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos. **3.6. Investimento:** Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia. **3.7. Provisões para riscos:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31/12/2023 e de 2022 não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas ou divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.8. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Arrendamentos:

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: **• Arrendamentos de não de baixo valor:** Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos

... continuação

Infraestrutura Brasil Holding V S.A.

que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Nível 3 – são informações não observáveis para o ativo ou passivo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos derivativos – "Hedge":** O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de "hedge" com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo. O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF ("Non-Deliverable Forward") cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto. Os derivativos contratados são classificados como "hedge" de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o "hedge accounting". As principais características das atividades de "hedge" das controladas são baseadas na Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto. **3.13. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. 3.14. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

4. Adoção de Normas Contábeis – Novas e Revisadas – (i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. (ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Depósitos bancários	1	5	4.885	73
Aplicações financeiras (i)	153	196	114.676	47.915
	154	201	119.561	47.988

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100,5% do CDI em 31/12/2023 (98% a 100% do CDI em 31/12/2022) e Operações em Compromissadas são remuneradas por taxa de 78% a 80% do CDI, em 31/12/2023 (78% a 80% do CDI em 31/12/2022).

6. Contas a Receber

	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia – contratos (i)	5.274	5.274
	5.274	5.274

(i) Contas a receber relativo principalmente ao "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig das controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 12 e São Vitor 13. O contrato foi feito conforme condições negociadas entre as partes e prevê a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	5.274	-
Vencidos até:		
01 – 30 dias	-	-
91 – 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	-
	5.274	-

Em 31/12/2023 não há registro de provisão para perdas de crédito.

7. Investimentos – a) Informações das controladas em 31/12/2023 e de 2022:

Controladas	Participação no capital	Total de ativos		Total de passivos		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01")	100%	184.142	143.651	108.983	72.115	75.158	71.536	192	(1.293)
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03")	100%	149.314	130.060	78.383	65.596	70.931	64.463	159	(1.106)
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07")	100%	223.809	167.598	121.096	88.403	102.714	79.195	3.285	(1.261)
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11")	100%	143.920	120.838	74.398	62.830	69.521	58.007	(1.907)	(426)
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12")	100%	175.827	117.001	101.841	62.988	73.986	54.013	1.723	435
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13")	100%	169.291	101.076	96.407	54.050	72.884	47.026	757	153
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14")	100%	207.399	126.479	120.190	66.027	87.208	60.452	397	513

b) Movimentação do investimento

Controladas	Valor do investimento em 2022	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos obrigatórios	Valor do investimento em 2023
São Vitor 01	78.179	3.499	192	50	-	81.920
São Vitor 03	71.238	6.455	159	(147)	-	77.705
São Vitor 07	85.911	20.367	3.285	(133)	(18)	109.412
São Vitor 11	64.700	13.480	(1.907)	(59)	-	76.214
São Vitor 12	60.656	18.315	1.723	(63)	(18)	80.613
São Vitor 13	53.800	25.151	757	(50)	(7)	79.651
São Vitor 14	67.136	26.486	397	(126)	(6)	93.887
	481.619	113.753	4.606	(528)	(49)	599.401

c) Composição dos empréstimos e financiamentos por empresa:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2023	
									31/12/2023	31/12/2022
Ventos de São Vitor 01 Ventos de São Vitor 03 Ventos de São Vitor 07 Ventos de São Vitor 11 Ventos de São Vitor 12 Ventos de São Vitor 13 Ventos de São Vitor 14	BNDES_01	455.000	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (ii) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesas com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.	517.320	426.889
Ventos de São Vitor 01 Ventos de São Vitor 03 Ventos de São Vitor 07 Ventos de São Vitor 11 Ventos de São Vitor 12 Ventos de São Vitor 13 Ventos de São Vitor 14	BNDES_02	200.000	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037		131.002	-
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(21.731)	(18.533)
									626.591	408.356

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

d) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado			Atualização monetária	Consolidado			31/12/2023	31/12/2022
	Empréstimos e Financiamentos	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total		Empréstimos e Financiamentos	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total		
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	Saldo em 31/12/2023	648.322	(21.873)	626.449	4 anos	18.306
Ingresso	413.943	(19.217)	394.726				5 anos	19.219	
Provisão de juros	10.876	-	10.876				Após 5 anos	531.423	
Amortização de custos de colocação de dívida	-	684	684					648.322	
Atualização monetária	2.070	-	2.070					426.889	
Saldo em 31/12/2022	426.889	(18.534)	408.355					364.149	
Saldo em 31/12/2023	426.889	(18.534)	408.355					426.889	
Ingresso	169.813	(4.461)	165.352	1 ano	39.802	23.241			
Provisão de juros	29.747	-	29.747	2 anos	22.113	16.101			
Amortização de custos de colocação de dívida	-	1.264	1.264	3 anos	17.460	8.018			

e) Fluxo nominal; Composição por ano de vencimento no valor bruto de dívida:

	31/12/2023	31/12/2022
	39.802	23.241
	22.113	16.101
	17.460	8.018

f) Condições Restritivas: O financiamento com o BNDES referente às controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base em informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V. O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 e ele deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31/12/2023 o índice de 1,30 não foi atingido, entretanto não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. No decorrer do exercício findo em 31/12/2023 foram desembolsados os subcréditos referentes aos contratos de financiamento com o BNDES, conforme os valores, datas e empresas abaixo relacionadas:

Empresa	Modalidade	Data	Valor
VT01	BNDES_A2	05/09/2023	26.316
VT03	BNDES_B2	05/09/2023	7.378
VT07	BNDES_B2	19/12/2023	3.318
VT07	BNDES_C1	05/09/2023	6.741
VT07	BNDES_C2	05/09/2023	4.187
VT07	BNDES_D1	19/12/2023	12.757
VT11	BNDES_D1	05/09/2023	1.284
VT11	BNDES_D2	05/09/2023	3.988
VT11	BNDES_D2	19/12/2023	3.763
VT12	BNDES_E1	05/09/2023	10.572
VT12	BNDES_E2	05/09/2023	9.394
VT12	BNDES_E2	19/12/2023	16.922
VT13	BNDES_F1	05/09/2023	10.630
VT13	BNDES_F2	05/09/2023	9.230
VT13	BNDES_F2	19/12/2023	10.000
VT14	BNDES_G1	05/09/2023	11.830
VT14	BNDES_G2	05/09/2023	11.502
VT14	BNDES_G2	19/12/2023	10.000

12. partes relacionadas – Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A.(v)	4.812	4.812	4.812	4.812
Dividendos a receber				
São Vitor 07	18	-	-	-
São Vitor 12	18	-	-	-
São Vitor 13	7	-	-	-
São Vitor 14	6	-	-	-
Compartilhamento custos (ii)				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	-	1	-	2
Rio PCH I S.A.	-	1	-	1
São Vitor 02	-	71	-	88
São Vitor 04	-	71	-	88
São Vitor 05	-	71	-	88
São Vitor 06	-	71	-	88
São Vitor 08	-	72	-	88
São Vitor 09	-	72	-	88
São Vitor 10	4.861	4.814	100	124
	4.861	4.814	5.340	5.467
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante				
Contratos de mútuo (i)				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	38.000	38.000	38.000	38.000
Reembolso (iv)				
Sol do Sertão OBI Energia Solar S.A.	-	-	-	9
Compartilhamento de custos (iii)				
São Vitor 10	-	-	-	9
	38.000	38.000	38.000	38.018

As principais operações entre partes relacionadas são: (i) Mútuos: trata-se de operações feitas entre a Companhia e a controladora para dar suporte às atividades operacionais enquanto os investimentos não são desembolsados. Valor quitado em 15/01/2024 conforme nota explicativa 24 (eventos subsequentes). (ii) Compartilhamento de custos – origem pela São Vitor 01: valores de serviços contratados para o Parque Eólico Ventos de São Vitor através da São Vitor 01 e que são rateados entre todas as SPEs do Parque Eólico de São Vitor de acordo com a capacidade instalada de cada SPE. (iii) Compartilhamento de custos – origem pela São Vitor 10: refere-se a valores de serviços contratados para a construção e operação da subestação e linha de transmissão referente ao Parque Eólico Ventos de São Vitor. Os gastos são rateados entre todas as SPEs do Parque Eólico de São Vitor de acordo com a capacidade instalada de cada SPE. (iv) Valor pago pela OBI em nome da VT01 durante transição de funcionários da folha entre elas. (v) Contas a receber – relativo à parcela paga pela IBH V das aquisições das SPEs que deve ser reembolsada pela IBH SV. Remuneração da Administração: A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios são alocados na empresa Infraestrutura Brasil IV S.A., acionista da Companhia.

13. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2023 e de 2022 é de R\$547.921 (representado por 547.921.001 ações). Valores das integrações realizadas durante o exercício de 2023 e de 2022 estão detalhados no quadro das Demonstrações das Mutações do patrimônio líquido. A composição do capital social por acionista é como se segue:

	2023 e 2022	100%
IBH IV		
b) Resultado por ação	31/12/2022	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	4.666	(2.576)
Média ponderada de ações ordinárias	547.921.001	513.263.977
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	0,0085	(0,0050)

14. Receita Operacional

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Geração de energia – contratada (i)	-	-	87.824	92
Geração de energia – CCEE	-	-	829	92
Receita Bruta	-	-	88.653	92
(-) Deduções	-	-	(596)	-
PIS	-	-	(2.753)	-
COFINS	-	-	-	-
Dedução das receitas operacionais	-	-	(3.349)	-
Total	-	-	85.304	92

(i) As controladas da Companhia, São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 12 e São Vitor 13, possuem compromisso assumido através de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a CEMIG Geração e Transmissão S.A. em contratos de venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. Devido a postergação da entrada em operação, as controladas da Companhia adquiriram energia no mercado para suprir o contrato com a Cemig até o início das operações.

Leonardo Augusto Serpa – Presidente

Eduardo Bechara de Rosa – Diretor

Juliana Araujo – Controladora CRC RJ 110504/0-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Administração e aos Acionistas da **Infraestrutura Brasil Holding V S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Capital Circulante Negativo:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$17.168 mil no Consolidado (R\$63.416 em 31 de dezembro de 2022). Essa situação decorre substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração eólica, para a qual existem ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Concentração da receita de venda de energia:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada em um único cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Audidores Independentes Ltda.
CRC nº ZSP 011.609/0-8
Giselle C. Teixeira Defavari
Controladora CRC nº ISP 264.857/0-6

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

dades por ação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu dividendos mínimos obrigatórios. 12.5. Juros sobre capital próprio: Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não distribuiu JSCP. 13. Receita de serviços: 13.1. Políticas contábeis: 13.1.1. Receita de contrato com clientes: A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que é a principal em seus acordos de receita, porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: identificação dos contratos com o cliente; identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; determinação do preço da transação; alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: 13.1.1.1. Receita de serviços de processamento: As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a implantação, operacionalização, tratamento de dados e gestão de rede de captura de transações. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (por exemplo, número de transações de pagamento processadas); como tal, o preço total da transação é variável apesar do preço de cada transação ser especificado em contrato. 13.1.2. Imposto sobre as vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Conforme detalhado abaixo, a Companhia possui principalmente dois tipos de instrumentos baseados em ações: Unidades de Ações Restritas ("UAR") e Unidades de Ações de Desempenho ("UAD"). O bônus anual baseado em metas do Grupo é concedido inteiramente por meio de UADs para alguns colaboradores. Os prêmios de reconhecimento especial são geralmente concedidos através de uma combinação de UARs e UADs. Embora a maioria dos direitos adquiridos de UARs esteja condicionada apenas a uma condição temporal, uma pequena parte também é adquirida dependendo de determinadas metas de desempenho no nível da Empresa. Enquanto que todas as aquisições de UADs estão condicionadas às condições de mercado, nomeado Retorno Total ao Acionista ("RTA") medido com base no preço de mercado cotado das ações da StoneCo na data de aquisição. 14.1.1.3. Transações líquidas em ações: O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. As condições de serviço e de desempenho que não são condições de mercado, não são levadas em consideração na determinação do valor justo na data de concessão dos instrumentos, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Empresa sobre o número de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado estão refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição. a) Unidades de ações restritas: Foram concedidas UARs a determinados colaboradores-chave no âmbito do plano de incentivo a longo prazo para incentivar e recompensar esses colaboradores. Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido para fins contábeis e podem ser concedidos como parte do bônus anual de patrimônio e também como prêmios patrimoniais de reconhecimento especial, sujeito e condicionado ao atingimento de certas condições que geralmente são apenas condições de serviço. Supondo que essas condições sejam atendidas, os prêmios serão liquidados por meio de ações ordinárias classe A da controladora StoneCo. Se as condições aplicáveis não forem cumpridas, os prêmios serão perdidos sem qualquer contrapartida. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas tem valor justo na data de outorga de R\$ 45,26 a R\$ 342,08 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 1 a 10 anos. Em 31 de Dezembro de 2023 não haviam UARs a serem emitidas para os beneficiários. b) Unidade de ações de desempenho: As UADs são classificadas como patrimônio líquido para fins contábeis e em sua maioria foi concedida como parte de prêmios especiais de reconhecimento. As UADs confere aos beneficiários o direito de receber ações caso o Grupo atinja níveis mínimos de retorno total ao acionista ("RTA") por um período específico. Se a condição mínima de desempenho não for atendida, as UADs não serão entregues. O valor justo dos instrumentos é estimado na data de outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que foram concedidos, e a respectiva despesa é reconhecida ao longo do período de aquisição. O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativa de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 5,43% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 75,46% a 83,24% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de Dezembro de 2023 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários. c) Movimentações: As movimentações ocorridas em 2023 e 2022 de UARs e UADs são apresentadas a seguir:

leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. 14.1.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 14.1.2.1. Pagamento baseado em ações: A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte: estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações e o rendimento de dividendos esperado. 14.1.3. Composição benefícios a empregados

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Salários e benefícios, Participação nos lucros e bônus anuais, Pagamentos baseados em ações, Custos previdenciários, Total de custo e despesa.

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

15. Instrumentos financeiros – 15.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 15.1.1. Ativos financeiros: 15.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. 15.1.1.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 15.1.1.2.1. Ativo financeiro ao custo amortizado (instrumentos de dívidas) Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Outros ativos e Contas a receber de partes relacionadas. 15.1.1.2.2. Ativo financeiro a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívidas) Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria. 15.1.1.2.3. Ativo financeiro a VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívidas) Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria. 15.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nesta categoria. 15.1.1.3. Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou A Companhia transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem ativo relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais

de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigado a restituir. 15.1.2. Passivos financeiros: 15.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 15.1.2.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: 15.1.2.2.1. Passivo financeiro ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR podem incluir passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também pode incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria. 15.1.2.2.2. Passivo financeiro ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subseqüentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 15.1.2.3. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 15.1.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: No mercado principal do ativo ou passivo; ou Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 15.1.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente executível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas.

Table with 3 columns: Alíquota - %, Transações e outros serviços, Receitas financeiras. Rows include Programa de integração social (PIS) (a), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a), Imposto sobre Serviços (ISS) (b), O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta.

Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 13.2) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 13.2.) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Receita bruta de transação e outros serviços, Receita líquida de transações e outros serviços, Momento do reconhecimento de receita.

Table with 3 columns: 2023, 2022, Saldo em 31 de dezembro. Rows include Despesa com pessoal, Captura e processamento, Gasto com viagens, Depreciação e amortização, Serviços de terceiros, Despesas com instalações, Outras despesas/receitas operacionais, Total.

Table with 3 columns: 2023, 2022, Saldo em 31 de dezembro. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 3 columns: 2023, 2022, Saldo em 31 de dezembro. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with 3 columns: 2023, 2022, Saldo em 31 de dezembro. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70

Table with multiple columns: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, and Notas Explicativas. Includes detailed financial data and explanatory notes.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

4.9. Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.11. Capital social: As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. **4.12. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

4.13. Benefícios a empregados: Benefício de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.14. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, ganho com instrumentos financeiros derivativos e atualização financeira sobre habilitação de de PIS e COFINS. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos e variações monetárias sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, juros sobre multas com partes relacionadas, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de empréstimo, ajuste a presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos, atualização obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.15. Imposto de renda e contribuição social:** (i) Lucro real: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação da demonstração financeira da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) Imposto diferido: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iv) Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda a Companhia e das suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas ou que levaria a Companhia e suas controladas mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.16. Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas são enquadradas no regime não cumulativo, porém, para as concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. **4.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 – Contrato de Seguros) – é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis – Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e

correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação – Alterações do IAS 12 – Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. (equivalente ao CPC 32-Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32-Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **4.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 – Passivo de locação em um Sale and Leaseback – Transação de venda retro-arrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco conta movimento	1	2.850	1	1
Aplicações de liquidez imediata	995	46	1.436.114	104.668
Total	996	47	1.437.115	104.669

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Pedágio eletrônico a receber	30.167	30.167

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia não possuíam saldos de contas a receber de pedágio em atraso. Na mesma data não foi constituída provisão para perdas das contas a receber.

7. Ativo financeiro

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber contraprestação – SEINFRA	180.866	180.866

A controlada EPR Sul de Minas tem o direito de receber ao longo do contrato o montante R\$ 371.133 da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – SEINFRA como reembolso para determinados investimentos realizados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada recebeu o valor de R\$ 37.214 e reconheceu o montante de R\$ 180.866 como ativo financeiro a receber, em função das finalizações dos investimentos. Os valores da contraprestação são reajustados pelo IPCA até a data do recebimento, sendo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada EPR Sul de Minas reconheceu o montante de R\$ 2.268 no resultado financeiro, a título de juros sobre ativo financeiro.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (a)	9	-	22.037	104
Outros	53	-	37	-
Total	62	-	22.074	104

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda (12.992)	(12.992)	(12.330)	(5.514)	(5.514)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	4.417	734	7.932	1.875
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(1.758)	(374)	-	-
Impostos diferidos não constituídos	(2.659)	(360)	(3.430)	(1.024)
Despesas permanentes indedutíveis	-	-	(861)	(851)
Total	-	-	3.641	-
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(843)	-
Diferido	-	-	4.484	-
Total	-	-	3.641	-
Alíquota efetiva de impostos	0,0%	0,0%	-15,6%	0,0%
b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:				

Ativo fiscal diferido

Prejuízo fiscal e base negativa	27.509
Provisão de participação nos lucros	1.243
Ajuste a valor presente de outorga	1.390
Outros ativos diferidos	554
Total	30.696

Passivo fiscal diferido

Juros capitalizados no ativo intangível	(21.584)
Diferenças de amortização contábil e fiscal do intangível	(4.462)
Outros passivos diferidos	(1.665)
Total	(26.712)

A recuperabilidade do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal e base negativa é suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das controladas. Com base nas projeções, a expectativa é que os saldos sejam realizados até o final do exercício de 2026.

10. Investimentos – a) Composição dos saldos dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
EPR Triângulo	122.040	122.040	122.040	122.040
EPR Sul de Minas	22.655	22.655	22.655	22.655
EPR Vias do Café	59.674	59.674	59.674	59.674
EPR Infraestrutura PR	62.672	62.672	62.672	62.672
Total	267.041	267.041	267.041	267.041

b) Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023	
	capital	patrimonial	capital	patrimonial
EPR Triângulo	42.338	81.500	(1.798)	122.040
EPR Sul de Minas	24.935	-	(2.280)	22.655
EPR Vias do Café	-	60.000	(326)	59.674
EPR Infraestrutura PR	-	63.439	(767)	62.672
Total	67.273	204.939	(5.171)	267.041
	Aporte de Equivalência		Saldo em 31/12/2023	
	capital		patrimonial	
EPR Triângulo	42.837	(499)	42.338	-
EPR Sul de Minas	25.37	(602)	24.935	-
Total	68.374	(1.101)	67.273	67.273

c) Dados dos investimentos e informações financeiras das companhias investidas

	Participação	Capital Social	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido das controladas	Investimentos em 31/12/2023
Investida							
EPR Triângulo	50,00%	250.000	1.273.034	1.028.953	(3.595)	244.081	122.040
EPR Sul de Minas	50,00%	52.000	314.432	269.122	(4.559)	45.310	22.655
EPR Vias do Café	50,00%	58.621	480.283	360.936	(653)	119.347	59.674
EPR Infraestrutura PR	25,05%	5.132	506.971	256.783	(3.063)	250.187	62.672
Total		365.753	2.574.720	1.915.794	(11.870)	658.255	267.041

Companhia Classe de ação Quantidade de ações

EPR Triângulo (a)	Preferenciais A	100.940.979
EPR Triângulo (b)	Preferenciais B	24.059.021

(a) As ações preferenciais não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, no entanto, conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, além dos demais direitos previstos na Lei das S.A.: (i) prioridade na distribuição de dividendos, nos termos

EPR 2 Participações S.A.

do artigo 17, inciso I, da Lei das S.A.; e (ii) prioridade no reembolso de capital, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das S.A. (b) As ações preferenciais classe A: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por

11. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	116	-	-	-	116
Adições	613	6.318	42	904	2.465	10.342
Saldo em 31 de dezembro de 2023	613	6.434	42	904	2.465	10.458
Depreciação acumulada						
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	(1)	-	-	-	(1)
Depreciações	(29)	(582)	(1)	(48)	(139)	(799)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(29)	(583)	(1)	(48)	(139)	(800)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	115	-	-	-	115
Saldo em 31 de dezembro de 2023	584	5.851	41	856	2.326	9.658
Taxas de depreciação – a.a.	10%	-	10%	10%	20%	-

12. Infraestrutura em construção

	Consolidado	
	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores
Custo do intangível		
Saldo em 1º de janeiro de 2023	31.370	31.370
Adições de infraestrutura (i)	579.932	7.830
Transferências para ativo intangível	(532.334)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	79.968	7.830

(i) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, sendo a principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

13. Intangível

	Consolidado	
	Intangível em rodovias outorga	Direito de concessão de serviços
Custo do intangível		
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.589	475.496
Adições	-	-
Transferência da infraestrutura em construção a receber	(532.334)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.589	475.496

Amortização acumulada

Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-
Amortizações	(46)	(3.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(46)	(3.692)

Intangível líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.543	471.804

Os juros e custos sobre as debêntures, sobre a outorga e o ajuste a valor presente são capitalizados nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados os montantes de R\$ 63.607, R\$ 5.708 e R\$ 9.098, respectivamente. (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão. (b) Direito de outorga da concessão: Outorga fixa da EPR Triângulo, preço devido pela Concessionária ao Poder Concedente em razão da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário, a ser destinado ao FUNTRANS – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, ajustado a valor presente. A Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer evidências que justificassem a necessidade de testar o impairment dos bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2023.

14. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
EPR Litoral Pioneiro (a)	5.751	-	-	-
Total	5.751	-	-	-

Ativo não circulante

Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	-	57	-	-
Total	-	57	-	-

Passivo circulante

Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	-	1.006	-	1.006
Total	-	1.006	-	1.006

Passivo não circulante

EPR Sul de Minas	-	27	-	-
EPR Triângulo	-	26	-	-
Total	-			

Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.

CNPJ/MF nº 02.814.340/0001-81

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balço Patrimonial						Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo	Notas	2023	2022	Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2023	2022	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Agio em transações de capital	Reserva de lucros	Total
Circulante		106.996	102.019	Circulante		86.039	81.645	10.094	322	361	(1.732)	33.355	42.039
Caixa e equivalentes de caixa	A	12.998	1.856	Fornecedores		51.379	50.586					776	776
Contas a receber	B	39.178	48.342	Empréstimos e financiamentos		12.094	15.131					(39)	(39)
Estoques		42.673	45.310	Instrumentos financeiros derivativos		1.707				39		(465)	(465)
Tributos a recuperar	C	11.222	5.670	Obrigações trabalhistas		5.014	4.604					4.052	4.052
Créditos diversos		925	841	Obrigações tributárias		3.503	2.432					(1.155)	(1.155)
Não Circulante		89.163	89.249	Partes relacionadas			1.711						
Partes relacionadas		75	487	Adiantamento de clientes		357	1.711						
Impostos diferidos				Arrendamento mercantil		3.959	2.598						
Depósitos judiciais		178	223	Contas a pagar	E	8.026	4.466						
Investimentos				Não circulante		64.873	53.324						
Imobilizado	D	18.382	14.597	Empréstimos e financiamentos		30.455	45.274						
Intangível		52.706	58.193	Instrumentos financeiros derivativos		9.803							
Direito de uso de arrendamento		17.822	15.656	Obrigações tributárias		2.068	472						
Total do Ativo		196.159	191.268	Partes relacionadas	F	4.875	46						
				Provisão para demandas judiciais		323	240						
				Contas a pagar	G	2.161	7.292						
				Arrendamento mercantil		15.188							
				Patrimônio líquido		45.247	42.350						
				Capital social		10.094	10.094						
				Reserva legal		564	361						
				Agio em transações de capital		(1.732)	(1.732)						
				Reserva de lucro		36.321	33.627						
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		196.159	177.319						

Receita operacional líquida 594.448 398.395

Demonstrações do Resultado		2023	2022	Demonstrações dos Fluxos de Caixa		2023	2022
Receita operacional líquida		594.448	398.395	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.933	776
Despesas gerais e administrativas		(75.768)	(53.927)	Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Despesas comerciais		(42.974)	(25.524)	Depreciação		2.995	943
Resultado de equivalência patrimonial			807	Amortização		5.577	3.153
Lucro (prejuízo) antes das despesas e receitas financeiras		13.006	3.858	Depreciação direito de uso - CPC 06(R2)		2.958	1.541
Despesas financeiras		(16.944)	(7.607)	Juros sobre financiamentos		13.424	4.058
Receitas financeiras		10.870	4.525	Provisão para demandas judiciais		83	79
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		6.932	776	Provisão para devedores duvidosos		191	1.425
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido		(2.880)		Provisão para perdas de estoques		78	13
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.052	776	Resultado da equivalência patrimonial			(807)
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações (em Reais)		0,40	0,08	Resultado ajustado		11.510	11.181

Normas: Adoção de novos pronunciamentos contábeis Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronuncia-mento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos onerosos - Custo de cumprimento do contrato	01/01/2022
Melhorias anuais ao Ciclo IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos.	01/01/2022

3. Caixa e equivalentes de caixa 2023 2022
Caixas e bancos 12.510 1.826
Aplicações financeiras 488 30
Total 12.998 1.856

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e remuneradas entre 96% e 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

4. Contas a receber 2023 2022
Duplicatas a receber 37.313 46.674
Verbas a receber 3.179 3.290
Cartões de crédito 540 423
Total 41.032 50.387

(-) Crédito de liquidação duvidosa (1.854) (2.045)
Total 39.178 48.342

A movimentação das perdas com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 30 de junho de 2021 (620)
(+) Constituição de provisão (1.442)
(-) Incorporado Vinhais (790)
(-) Estorno de provisão 162
Saldo em 30 de junho de 2022 (2.045)

(+) Constituição de provisão (1.108)
(-) Estorno de provisão 1.298
Saldo em 30 de junho de 2023 (1.854)

Composição por vencimento:
A vencer 37.858 47.592
Vencidos 3.174 2.795

Até 30 dias 580 1.019
De 31 a 90 dias 480 403
De 91 a 180 dias 81 239
Acima de 180 dias 2.033 1.134
Total 41.032 50.387

A Administração da Companhia entende que o risco relativo às contas a receber de clientes havia aumentado razoavelmente com o advento da pandemia do COVID-19. Com a abertura do mercado, mais acentuada em 2023, alguns clientes têm dificuldade de obter crédito e/ou tem suas finanças impactadas pelos parcelamentos de impostos pós pandemia. Porém a composição diluída minimiza os riscos, desta forma considera a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada.

7. Imobilizado - Composição e movimentação do imobilizado

Mais-valia imobilizado	Veicú-los	Equipamentos de informática	Máqui-nas e Benfeitorias em imóveis	Imobili-zado em andamento	Instala-ções	Móveis e uten-sílios	Outras imobiliza-ções	Total imobilizado		
Saldo em 30 de junho de 2021	154	6.587	1.193	938	716	2.227	675	453	555	13.498
(+) Incorporação Vinhais		3.354	274	409				144	19	4.200
(+) Adições		6540	265	4.493		45	18			11.361
(-) Baixas		(6.570)	(56)							(6.626)
(+/-) Transferências				2.751						(574)
Saldo em 30 de junho de 2022	154	9.911	1.676	8.591	716	2.272	720	615	255	22.433
(+) Adições		2.087	149	2.327						6.780
(-) Baixas		(140)		(218)						(358)
(+/-) Transferências										
Saldo em 30 de junho de 2023	154	11.858	1.825	10.700	716	2.272	720	870		28.855

Depreciação 2023 2022
Saldo em 30 de junho de 2021 (154) (2.601) (974) (451) (680) (299) (254) (396) (5.809)

(+) Incorporação Vinhais (3.052) (150) (313) (4) (97) (102) (40) (361) (7)

(+) Adições (182) (163) (457) (4) (97) (40) (361) (7)

(-) Baixas (2.477) (56) (396) (218) (97) (102) (40) (361) (7)

(+/-) Transferências (154) (3.358) (1.231) (1.617) (684) (396) (254) (396) (5.809)

(+) Adições (1.463) (126) (1.193) (54) (89) (70) (361) (7)

(-) Baixas (140) (218) (97) (102) (40) (361) (7)

(+/-) Transferências (154) (4.681) (1.357) (2.592) (738) (485) (466) (396) (5.809)

Saldo em 30/06/2022 (6.552) 445 6.974 32 50 324 219 (14.597)

Saldo em 30/06/2023 (7.177) 468 8.108 1.990 (235) 404 (18.382)

8. Intangível - Composição e movimentação do intangível

Mais-valia - clientes - Irmãos Avelino	Mais-valia - Mariusso / Sol Log	Mais-valia - não concorrente - Mariusso / Sol Log	Mais-valia - clientes - Vinhais	Mais-valia - marcas - Mariusso / Vinhais	Agio em transações de capital - Vinhais	Proteínas - Não concorrente	Carteira de clientes - Leão Marinho	Soft-ware	Total intan-gível	
Saldo em 30 de junho de 2021	7.914	1.433	220		6.857		5.824	1.300	23.548	
(+) Incorporação Vinhais								86	86	
(+) Adições				7.911	1.693	22.180	15.620	819	464	48.687
(+/-) Reclasseificação										
(+/-) Ajuste a Valor presente										
Saldo em 30 de junho de 2022	7.914	1.433	220	7.911	1.693	29.037	15.620	5.984	1.850	71.662
(+) Adições										
(-) Baixas										
(+/-) Ajuste a Valor presente										
Saldo em 30 de junho de 2023	7.914	1.433	220	7.911	1.693	29.037	15.620	5.985	2.121	71.934

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.									
Amortização	Mais-valia - clientes - Irmãos Avelino		Mais-valia - não concorrentes - Mariusso/Vinhais		Mais-valia - marcas - Mariusso/Vinhais		Carteira de clientes - Leão Marinho		Total Intangível
	Sol	Log	Sol	Log	Sol	Log	Marinho	Soft-ware	
Saldo em 30 de junho de 2021-7.914	-1.224	-188	-	-	-	-	-	-757	-10.083
(+) Incorporação Vinhais	-	-	-	-	-	-	-	-61	-61
(+) Adições	-207	-32	-723	-51	-	-	-781	-1.310	-48
(+/-) Ajuste a Valor presente	-	-	-	-	-	-	-	-173	-173
Saldo em 30 de junho de 2022-7.914	-1.431	-220	-723	-51	-	-	-781	-1.310	-13.469
(+) Adições	-	-	-945	-68	-	-	-3.124	-1.137	-303
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajuste a Valor presente	-	-	-	-	-	-	-	-182	-182
Saldo em 30 de junho de 2023-7.914	-1.431	-220	-1.668	-119	-	-	-3.905	-2.629	-19.228
Saldo em 30/06/2022	-	-	7.188	1.642	29.037	14.839	4.674	811	58.193
Saldo em 30/06/2023	-	-	6.243	1.574	29.037	11.715	3.356	779	52.706

a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia adquiriu e incorporou a Vinhais Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ltda., consequentemente, realizou a alocação dos ativos intangíveis de carteira de clientes e marcas e patentes, as vidas úteis definidas foram de 8,3 e 25 anos, respectivamente; b) Corresponde ao ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura, pelas aquisições das empresas Mariusso e Vinhais. A Companhia não identificou indicativos de impairment durante o exercício de 2023; c) Em janeiro de 2022 a Companhia adquiriu a carteira de clientes da Central Foods Alimentos, passando a deter os direitos de exploração deste ativo, com vida útil definida de 60 meses; d) Em fevereiro de 2021 a Companhia adquiriu a carteira de clientes da LM Stoq Comercial de Alimentos Ltda., passando a deter os direitos de exploração deste ativo, com vida útil definida de 53 meses. **9. Direito de uso de arrendamento**

Descrição	% - Taxa anual	2023	2022
Direitos de uso de arrendamento - CPC 06 (R2)	10 a 14	24.805	20.260
Depreciação acumulada	(6.983)	(4.604)	-
Direito de uso de arrendamento líquido		17.822	15.656

Resumo da movimentação do direito de uso de arrendamento

Saldo inicial	2023	2022
Adições	15.656	4.917
Remensuração	4.545	12.280
Depreciação	(2.958)	(1.541)
Saldo final	17.822	15.656

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	% - Taxa	2023	2022
Capital de Giro	7,44% a 13,92% a.a.	4.640	11.018
Total	9,38% a 20,00% a.a.	37.909	49.387
Circulante		54.060	60.405
Não circulante		12.094	15.131
Total		54.060	60.405

Garantias: Os financiamentos possuem como garantia o aval dos quotistas da Companhia e duplicadas a receber. A composição da parcela não circulante, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano	Não circulante
2024	1.718
2025	28.737

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	9	19
Férias e encargos	2.699	2.466
13º salário e encargos	932	939
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	588	605
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	129	146
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	128	123
Outras obrigações	529	306
Total	5.014	4.604

12. Obrigações tributárias

Descrição	2023	2022
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recolher	964	1.601
Parcelamentos - ICMS (a)	2.800	1.265
Imposto de Renda e Contrib. Social a recolher	1.775	-
Outras obrigações	32	38
Total	5.571	2.904

Circulante

2023	2022
3.503	2.432

Não circulante

2023	2022
2.068	472

a) A Companhia aderiu aos Parcelamentos de nº 00813057-9 e 00813062-2, protocolados no dia 15/06/20, abrangendo os débitos de ICMS dos meses de fevereiro, março e abril de 2020 divididos em 60 parcelas atualizadas com multas e juros. Em 2023, foi realizada a adesão aos Parcelamentos de nº 00872175-7, 00872185-5, 00872187-7 e 00872184-4, protocolados no dia 27/02/23, abrangendo os débitos de ICMS dos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 divididos em 60 parcelas atualizadas com multas e juros.

13. Arrendamento Mercantil

Descrição	2023	2022
Arrendamento mercantil	19.147	16.547
Circulante	3.959	2.598
Não circulante	15.188	13.949

A composição da parcela não circulante, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano	Não circulante
2023	4.357
2024	4.763
2025	4.215
2026	1.853
Total	15.188

14. Contas a pagar

Descrição	2023	2022
Aquisição de carteira Leão Marinho (Nota nº 8)	2.605	2.740
Aquisição Vinhais (Nota nº 8) (b)	3.021	5.322
Compra de veículos	1.237	2.359
Não concorrência (Nota nº 8) (c)	744	655
Dividendos a pagar	1.128	329
Outras contas a pagar	1.452	353
Total	10.187	11.758

Circulante

2023	2022
8.026	4.466

Não circulante

2023	2022
2.161	7.292

a) Conforme "Contrato de compra e venda de ativos e outras vendas", firmado em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu a carteira com a totalidade de clientes detidos pela LM Stoq Comercial de Alimentos Ltda., com pagamento de R\$ 2.365 mil à vista, mais três parcelas de igual valor, no montante de R\$ 1.000 mil, com vencimento em dezembro/2021, dezembro/2022 e dezembro/2023, sendo as duas últimas parcelas corrigidas por 120% do CDI, a contar da data da assinatura do contrato citado; b) Conforme "Contrato de compra e venda da Vinhais" firmado no último trimestre de 2021, a Companhia adquiriu a referida empresa pelo valor de R\$ 33.061, tendo sido pago R\$ 29.000 mil à vista, ficando o remanescente de R\$ 5.322 mil a ser pago em duas parcelas de igual valor em janeiro de 2023 e janeiro de 2024 corrigidos pelo CDI; c) Conforme contrato de não-concorrência firmado no primeiro trimestre de 2022 relacionado ao negócio de proteínas no valor de R\$ 15.620 mil. Tendo sido pago o valor de R\$ 15.000 mil, ficando a parcela remanescente R\$ 620 mil a ser paga em 11 de janeiro de 2027 devidamente atualizado por 100% do CDI. **15. Partes relacionadas** - As transações com partes relacionadas referem-se às operações comerciais e/ou financeiras realizadas em condições negociadas entre as partes, o que pode diferir das condições normais de mercado. Apresentamos seus valores a seguir:

Ativo

Descrição	2023	2022
Avelino Logística Ltda.	-	487
Bidcorp Brasil	75	-
Não circulante	75	487

Passivo

Descrição	2023	2022
Avelino Logística Ltda.	4.875	46
Bidcorp Brasil	-	117
Total	4.875	163

Circulante

2023	2022
4.875	46

Não circulante

2023	2022
4.875	46

Receitas e despesas: Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão assim compostos:

Descrição - Custos e receitas/despesas	2023	2022
Gastos com frete - Avelino Logística/ Sol Log	(38.913)	(25.669)
Receita/(despesa) c/ juros - Avelino Logística	218	91
Total	(38.695)	(25.578)

16. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 30 de junho de 2023 e 2022 é reconciliada com as alíquotas oficiais conforme segue:

Descrição	2023	2022
Lucros/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.932	776
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social apurado (2.357) (264)		

Ajustes:

2023	2022	
(+) Equivalência patrimonial	- 274	-
(-) Realização de ágio	- (2.168)	-
(+/-) Outros	(523)	2.158
Total do imposto de renda e contribuição social (2.880) -		

Imposto de renda e contribuição social:

2023	2022	
Corrente	(2.880)	-
Diferido	-	-

17. Provisão para demandas judiciais - Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas fiscais, trabalhistas e cíveis em discussão:

20. Despesas por natureza

Descrição	2023	2022
Gastos com pessoal (a)	(43.653)	(27.613)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(10.260)	(8.862)
Despesas administrativas	(7.788)	(6.524)
Depreciações e amortizações	(8.571)	(3.322)
Amortização de direito de uso	(2.958)	(998)
Impostos e taxas	(531)	(210)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(994)	(808)
Outras despesas	-	(1.316)
Frete e carretos (b)	(43.987)	(29.798)
Subtotal	(118.741)	(79.451)

Despesas gerais e administrativas (75.768) (53.927)
Despesas comerciais (42.974) (25.524)
(118.742) (79.451)

a) Crescimento associado principalmente por aumento de vendas, entrada no negócio de proteínas e incorporação da Vinhais; b) Aumento vinculado, principalmente, ao crescimento de vendas, combinado com estratégia de maior utilização de terceiros com redução de motoristas próprios. Entrada no negócio de proteínas atendendo um número maior de clientes e a incorporação da Vinhais também contribuíram para este aumento.

21. Resultado financeiro

Descrição	2023	2022
Juros sobre financiamentos e encargos (a)	(13.424)	(4.058)
Descontos concedidos	(2.047)	(1.934)
Taxas e outras despesas bancárias	(1.211)	(1.280)
Varição cambial líquida	(262)	(335)
Subtotal	(16.944)	(7.607)

Receitas financeiras

2023	2022	
Descontos e juros obtidos	5.341	4.087
Correção monetária (nota explicativa nº22)	3.150	-
Juros ativos	440	316
Juros de aplicações financeiras	638	112
Outros juros	1.301	10
Subtotal	10.870	4.525

Resultado Financeiro Líquido (6.074) (3.082)

a) A Companhia tomou empréstimos para financiar a estratégia de expansão das suas operações entre os meses de outubro de 2021 e de janeiro de 2022. Diferentemente do exercício de 2022 - impactado de forma parcial, o exercício findo em junho de 2023 compreende doze meses de juros sobre empréstimos. **22. Crédito tributário - Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS período de março de 2012 a dezembro de 2017:** Em 27 de julho de 2021 a Companhia obteve decisão em trânsito em julgado, favorável à exclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de

Serviços (ICMS) da base de apuração das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para o período de março de 2012 a dezembro de 2017, com referidos créditos fiscais apurados no montante de R\$ 7.195. A administração da Companhia optou por aguardar a homologação do pedido do crédito junto à Receita Federal e por não registrar o crédito correspondente, o que ocorreu durante o exercício de 2023 no valor de R\$ 7.837 mil, sendo R\$ 4.687 de créditos tributários e R\$ 3.150 de correção monetária, conforme Nota Explicativa nº 21, sendo R\$ 2.508 relativo a exercícios anteriores. **23. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e captação de empréstimos para capital de giro, em condições normais de mercado, bem como operações de swap, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **23.1. Considerações sobre riscos** - (i) Risco de estrutura de capital ou risco financeiro: Decorre da escolha de capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (ii) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. (iii) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. (iv) Risco de liquidez: O risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **23.2. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2023 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** Os valores de mercado das contas-correntes e das aplicações financeiras mantidas em bancos se aproximam dos saldos contábeis; • **Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3):** Os valores de mercado das aplicações financeiras mantidas em bancos se aproximam dos saldos contábeis; • **Contas a receber (Nota Explicativa nº 4):** O valor de mercado das contas a receber de clientes não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado, e são mantidos a valor presente; • **Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10):** Os valores de mercado para os empréstimos e os financiamentos são próximos aos dos saldos contábeis; • **Partes relacionadas a pagar e a receber (Nota Explicativa nº 15):** Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado; • **Instrumentos financeiros derivativos - operações de swap:** As operações de swap registradas pela Companhia foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos às quais se pretende trocar o indexador, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes.

Instrumentos

Instrumentos	Valor Moe-nom-ial	Valor Pas-ivo	Valor Contra-justo	Valor Banco
SWAP USD-CDI	R\$ 36.819	35.863	47.373	(11.510)
24. Seguros - A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros encontram-se demonstradas a seguir:				

Descrição

Descrição	R\$ - Cobertura
Incêndio, danos elétricos e vendaval	122.175
Despesas fixas	34.000
Outros	950
Responsabilidade civil operações e empregador	980
Cobertura Total	158.105

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Antonio Celso Dias Avelino - Presidente
Francisco Dantas de Medeiros - Contador CRC ISP 136.925/0-3
Priscila Monaco - Diretora Financeira

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		FM Rodrigues & Cia Ltda.	
de R\$ 3.900.250, foi registrado o débito de Investimentos – Equivalência patrimonial Teresina Luz, em contrapartida do compromisso de pagamento da compra à CONASA, no passivo não circulante.			
13 IMOBILIZADO			
	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática
Em 31/12/2022	–	56.574	27.842.496
Aquisição	5.798	–	37.318
Baixa	–	(27.842.496)	–
Depreciação	(631)	(23.157)	(5.018)
Em 31/12/2023	5.167	33.417	32.300
Custo	252.858	115.785	1.713.419
Depreciação acumulada	(247.691)	(82.368)	(1.681.119)
Saldo contábil líquido 31/12/2023	5.167	33.417	32.300
Em 2023 a aeronave foi vendida pelo valor residual contábil, sem apuração de ganho na alienação.			
14 FORNECEDORES	Correspondente a débitos com diversos fornecedores de materiais e prestadores de serviços, vencíveis no exercício seguinte, no total de R\$ 4.361.642 (R\$ 2.851.730 em 31/12/2022).		
15 SALÁRIOS E ENCARGOS	Está representado pelo total de salários e encargos sociais correspondentes ao mês de dezembro, liquidados no início do mês seguinte:		
	2023	2022	
Salários a pagar	461.518	271.287	
INSS	358.350	209.922	
FGTS	99.748	64.827	
Rescisões a pagar	3.203	–	
Outros menores valores	77	939	
	922.896	546.975	
16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	Estão assim representadas:		
	2023	2022	
ISS	147.879	54.572	
IRRF	158.045	71.106	
PIS	126.427	36.551	
COFINS	584.451	168.697	
CSLL	97.747	–	
PIS/COFINS/CSLL retenção	240.438	57.291	
INSS retenção	34.484	1.967	
Outros menores valores	2.382	312	
	1.391.853	390.496	
a) As contribuições PIS e COFINS são calculadas pelo regime Cumulativo (0,65% e 3%) e as obrigações estão registradas no Passivo Circulante, líquidas dos valores retidos na fonte. b) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado com base no Lucro Real à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20.000/mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é calculada em 9% sobre a mesma base. Ambos são registrados no Passivo Circulante líquidos dos valores retidos na fonte.			
Diretoria		Contador	
Marcelo Souza de Camargo Rodrigues – Diretor		Leopoldo Angles Carvalho – CRC 1SP 147.404	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis			
Aos Administradores da FM Rodrigues & Cia Ltda. São Paulo-SP			
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da FM Rodrigues & Cia Ltda. que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FM Rodrigues & Cia Ltda. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Ênfase: Investimentos em empresas controladas – Exceto no que se refere aos investimentos nas empresas controladas Construtami Engenharia e Comércio Ltda., Iluminação Paulistana SPE S.A., Manaus Luz Serviços de Iluminação Pública SPE Ltda. e Caeiras Luz Serviços de Iluminação Pública SPE S.A., cujas demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2023 foram por nós auditadas sem modificação de opinião, e exceto também no que se refere à empresa investida ETENE – Empresa Transmissora de Energia do Nordeste S.A., cujas demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2023 foram examinadas por outros auditores independentes, também sem modificação de opinião, os balanços das demais empresas investidas, mencionadas na nota explicativa nº 12, com reflexos nas demonstrações contábeis da FM Rodrigues & Cia Ltda. pelo método de equivalência patrimonial, não foram por nós auditadas e nem nos foram apresentadas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes. Por essa razão, nossa opinião de auditoria não inclui aspectos relacionados à adequação da preparação dessas demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.			
Outros Assuntos: Aspectos contingenciais – No curso normal de seus negócios a Sociedade está sujeita a inspeções e possíveis reivindicações, principalmente em relação a questões tributárias, trabalhistas e regulamentares governamentais, e terá o direito de se defender no caso de processos com os quais não concorde. A administração manifesta não ter conhecimento de nenhum processo em curso contra a Sociedade que não esteja apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis.			
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossos exames de exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Investimentos em empresas controladas: Decorrente de necessidades relativas ao seu objetivo social, a FM Rodrigues & Cia Ltda. mantém participações relevantes em diversas outras empresas de atividades complementares à que desenvolve, conforme detalhamento na Nota 12, sendo que esses investimentos representam cerca de 81% do seu ativo total e foram responsáveis por cerca de 66% do lucro líquido apurado no exercício de 2023, trazidos pelo método de equivalência patrimonial. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a verificação das participações da FM Rodrigues & Cia Ltda. nas empresas investidas, recálculo das valorizações individuais dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial e exames das demonstrações contábeis das empresas investidas Construtami Engenharia e Comércio Ltda., Iluminação Paulistana SPE S.A., Manaus Luz Serviços de Iluminação Pública SPE Ltda. e Caeiras Luz Serviços de Iluminação Pública SPE S.A., as quais também foram por nós auditadas na data base de 31/12/2023.			
Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.			
Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Analisamos a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que não existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de março de 2024. Walter Heuer – WH Auditores Independentes CRC-RJ 000.319-O-8 – CNPJ 42.465.302/0001-85 Gilson Miguel de Bessa Menezes Contador CRC 1RJ 017.511/O-9 "T"			
17 OUTRAS OBRIGAÇÕES	Circulante:		
	2023	2022	
Aluguéis a pagar	282.484	161.259	
	282.484	161.259	
Não circulante:	Credores diversos		
	19.900.100	–	
	19.900.100	–	
Credores diversos – Não circulante, corresponde substancialmente a valores devidos à CONASA Infraestrutura S.A., decorrentes do processo de aquisição de participação de 16,665% na Teresina Luz S.A., como detalhado na nota 12 – Investimentos, sendo: i) valor da compra – R\$ 14.708.230; ii) assunção de dívida da Teresina Luz com a CONASA – R\$ 2.953.593 e; assunção de dívida da investida Construtora Luz de Mauá com a CONASA – R\$ 1.838.177, totalizando R\$ 19.500.000. O valor restante de R\$ 400.100 representa débito com a empresa CLD Construtora, Lacos Detetores e Eletrônica Ltda.			
18 PROVISÕES TRABALHISTAS	Refere-se à provisão de férias considerando os valores vencidos e proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais, no total de R\$ 1.470.034 (R\$ 1.183.996 em 31/12/2022).		
19 JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	Em 2023 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante R\$ 34.421.253, sendo recolhido o IRRF de 15% que corresponde a R\$ 5.163.188. O pagamento foi relativo a parte dos valores calculados considerando os exercícios de 2019 a 2023 no total de R\$ 75.870.522, restando ainda R\$ 41.449.269 disponíveis para futura decisão de pagamento. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.		
20 DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS	Correspondem a saldos credores de movimentos em conta corrente com partes relacionadas, no montante de R\$ 6.655.605 (R\$ 23.146.589 em 31/12/2022), sem incidência de encargos financeiros e sem prazo de vencimento.		
21 CAPITAL SOCIAL	O capital social de R\$ 173.195.760, totalmente integralizado, está representado por 57.731.920 quotas, no valor de R\$ 3,00 cada, distribuídas entre os quotistas da seguinte forma:		
	Quotista	Quantidade de Quotas	Capital R\$
	Marcelo Souza de Camargo Rodrigues	57.731.919	173.195.757
	Marleni Andrade Gomes	1	3
		57.731.920	173.195.760
Em 2023 houve distribuição de lucros aos quotistas no montante de R\$ 44.791.746, correspondentes a resultados acumulados até 31/12/2022.			
22 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Em consonância com a atividade operacional, os materiais e demais insumos adquiridos para aplicação nos serviços contratados com clientes são reconhecidos diretamente como custo da prestação dos serviços.		
23 SERVIÇOS DE TERCEIROS	Corresponde a gastos com contratação de prestadores de serviços de informática no montante de R\$ 859.364 (R\$ 1.438.690 em 2022).		
24 ASSISTÊNCIA JURÍDICA			
	2023	2022	
Honorários advocatícios	13.045.839	3.683.834	
Custas legais e judiciais	359.012	111.956	
Honorários periciais	31.835	125.786	
Honorários sucumbenciais	5.082	238.284	
	13.441.768	4.159.860	
25 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS			
	2023	2022	
Outras Receitas Operacionais:			
Receitas extraordinárias	–	3.906.273	
Lucro na alienação de ativos	–	114.850	
Receita de venda de sucata	3.700	2.135	
Indenizações	–	953.279	
Outras receitas	200.313	–	
	204.013	4.976.537	
Outras Despesas Operacionais:			
Prejuízo na alienação de ativos	(484.409)	–	
Viagens e estadias	(848.025)	(142.747)	
Correios e telégrafos	–	(7.046)	
Doações e contribuições	(626.000)	(341.000)	
Assinatura de jornais e revistas	(551)	(686)	
Despesas cartoriais	–	(4.312)	
Despesas com concorrências	(110.681)	–	
Outras despesas administrativas	(6.139.857)	(5.536.381)	
Bens de pequenos valores	(529.362)	(87.503)	
Outras de menores valores	(177.900)	(92.768)	
	(8.916.785)	(6.212.443)	
	(8.712.772)	(1.235.906)	
26 RECEITAS/(DESPESAS) FINANCEIRAS			
	2023	2022	
Receitas Financeiras:			
Rendimento de aplicações financeiras	14	5.710	
Juros sobre empréstimos	–	1.425.616	
Outras receitas financeiras	168.373	–	
Descontos obtidos	–	2.007	
	168.387	1.433.333	
Despesas Financeiras:			
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(608)	(1.085)	
Juros sobre financiamentos	(239.441)	(2.288)	
Despesas bancárias	(21.284)	(19.324)	
Multa e juros sobre impostos	(708)	(238)	
	(262.040)	(22.935)	
	(93.653)	1.410.398	
27 COBERTURA DE SEGUROS	A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.		

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Estrela do Sul Holding S.A.

CNPJ nº 43.335.823/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 12/2023 E 2022 (Em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Controladora		Consolidado		Atribuído aos sócios controladores						
	2023	2022	2023	2022	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Patrimônio líquido consolidado	
Ativo circulante	1.358.166	1.136.003	1.347.276	1.139.223	5.001.000	(5.000.000)	-	(55.216)	(54.216)	(54.216)	
Caixa e equivalentes	999.607	808.008	1.000.607	811.228	(2.000.000)	5.000.000	-	-	3.000.000	3.000.000	
Impostos a recuperar	22.810	4.147	22.819	4.147	-	-	-	(21.528)	(21.528)	(21.528)	
Partes relacionadas	334.984	323.085	323.085	323.085	-	-	-	(76.744)	2.924.256	2.924.256	
Outras contas a receber	765	763	765	763	3.001.000	-	-	168.657	168.657	168.657	
Ativo não circulante	1.898.747	1.913.988	1.927.547	1.927.547	-	-	-	-	-	-	
Investimentos em não controladas	975.832	991.073	-	-	-	-	9.195	(9.195)	-	-	
Investimentos em não controladas	310.415	310.415	310.415	310.415	3.001.000	-	-	9.195	3.092.913	3.092.913	
Intangível	612.500	612.500	1.617.132	1.617.132	-	-	-	-	-	-	
Total do ativo	3.256.913	3.049.991	3.274.823	3.066.770							
Passivo e patrimônio líquido											
Passivo circulante	164.000	125.732	181.910	142.511							
Fornecedores	147.929	122.500	147.929	122.500							
Emprestimos e financiamentos	-	-	1.175	-							
Obrigações tributárias	16.071	3.232	16.074	3.280							
Partes relacionadas	-	-	16.732	16.731							
Passivo não circulante	-	3	-	3							
Outros passivos	-	3	-	3							
Patrimônio líquido	3.092.913	2.924.256	3.092.913	2.924.256							
Capital social	3.001.000	3.001.000	3.001.000	3.001.000							
Reserva legal	9.195	-	9.195	-							
Lucros/(Prej.) acumulados	82.718	(76.744)	82.718	(76.744)							
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.256.913	3.049.991	3.274.823	3.066.770							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS							
				Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício				168.657	(21.528)	168.657	(21.528)	362.847	170.155	362.872	170.278
Outros resultados abrangentes				-	-	-	-	(4.675)	(22.712)	(8.081)	(147.420)
Resultado abrangente do exercício				168.657	(21.528)	168.657	(21.528)	358.172	147.443	354.791	22.858
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				168.657	(21.528)	168.657	(21.528)	362.847	170.155	362.872	170.278
Ajustes para reconciliar o prejuízo pelas atividades operacionais											
Resultado de equivalência patrimonial				15.241	117.067	-	-	-	-	-	-

A DIRETORIA | Rodrigo Hsu Ngai Leite - Diretor | Hugo Guilherme de Almeida Santos - Contador - CRC/TC 1SP335860/O-8

North Corp. Holding S.A.

CNPJ/MF nº 43.961.830/0001-98

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 30 de abril de 2024. A Administração

Balço Patrimonial levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)					
Ativo	2023		2022		Passivo e patrimônio líquido	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante	89		3		Circulante	26		-	
Caixa e equivalentes de caixa	89	3	-	-	Tributos e contribuições sociais	26	-	-	-
Outros créditos	-	-	-	-	Patrimônio líquido	10		10	
Total do ativo	89	4	89	4	Capital social	10	10	-	-
Demonstrações dos Resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)					
				2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de serviços				769	-	63	4	683	6
(-) Custo dos serviços prestados				-	-	-	-	-	-
(=) Lucro Bruto				769	-	63	4	683	(6)
(+/-) Despesas/receitas operacionais				(8)	(5)	(-)	(1)	78	-
Gerais e administrativas				-	-	-	-	-	-
(-) Resultado operacional antes do resultado financeiro				761	(5)	761	(6)	761	(6)
Despesas financeiras				(1)	(1)	(54)	-	-	-
Receitas financeiras				1	-	(24)	-	1	(1)
(-) Resultado do exercício				683	(6)	683	(6)	(21)	-
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Levantado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R\$)					
				Capital social	Aporte para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
				10	-	-	-	-	10
Saldos em 21 de outubro de 2021				10	-	-	-	-	10
Saldos em 31 de dezembro de 2021				10	-	-	-	(6)	10
Resultado do exercício				-	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022				10	-	-	-	(6)	4
Saldos em 01 de janeiro de 2023				10	-	-	-	(6)	4
Aporte para futuro aumento de capital				-	5	-	-	-	5
Resultado do exercício				-	-	-	-	683	683
Constituição de reserva legal				-	-	34	-	(34)	-
Constituição de reserva de lucros				-	-	-	14	(14)	-
Dividendos propostos				-	-	-	-	(629)	(629)
Saldos em 31 de dezembro de 2022				10	5	34	14	(629)	(629)
Mutação do exercício				-	(5)	(34)	(14)	(6)	(59)

Tharik Camocardi de Moura - CFO e Relação com Investidores | Carolina Camacho de Paula - Contadora CRC 1SP 317.067/O-7 | Bruno Pascele Piva - Controller CRC 1SP 267.093/O-2

Szajman Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 07.907.358/0001-41

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
Ativo	2023		2022		Passivo	2023		2022			
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		
Circulante	687		670		Circulante	2.313		2.331			
Caixa e equivalente de caixa	636	578	-	-	Obrigações fiscais	7	25	-	-		
Impostos a recuperar	51	92	-	-	Dividendos a pagar	2.306	2.306	-	-		
Não Circulante	33.169		32.081		Não Circulante	2		2			
Investimentos	33.169	32.081	-	-	Contas a pagar com partes relacionadas	2	2	-	-		
Total do Ativo	33.856	32.751	33.856	32.751	Patrimônio Líquido	31.541		30.418			
				Capital social	27.656	27.656					
				Reservas de lucros	4.542	4.485					
				Prejuízos acumulados	(657)	(1.723)					
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	33.856	32.751					
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
				Capital social	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total				
				98.001	4.485	(70.345)	32.141				
Saldos em 31 de dezembro de 2021				98.001	4.485	(70.345)	32.141				
Redução de capital				-	-	70.345	-				
Prejuízo líquido do exercício				-	-	(1.723)	(1.723)				
Saldos em 31 de dezembro de 2022				27.656	4.485	(1.723)	30.418				
Lucro líquido do exercício				-	-	1.123	1.123				
Destinação proposta:											
Reserva				-	57	(57)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2023				27.656	4.542	(657)	31.541				
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)											
1. Contexto operacional - a. Objeto social: A Szajman Participações Societárias S.A. foi constituída em 10 de fevereiro de 2006, e tem como objeto a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).				curto prazo. b. Outros ativos e passivos: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. c. Investimentos: Os investimentos da companhia em suas controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).							
2. Apresentação das demonstrações financeiras - Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).				4. Caixa e equivalentes de caixa Bancos Conta Movimento Títulos e Valores Mobiliários - CDB 2023 2022 7 8 629 570 636 578							
3. Principais políticas e práticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. a. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de				5. Investimentos - Em 31 de dezembro de 2023 a companhia registrou investimentos na empresa Banco VR S.A. no valor de R\$ 33.169 (R\$ 32.081 em 2022), com base em informações contábeis. 6. Patrimônio líquido - O capital social está representado em 31 de dezembro de 2023, por 27.656 (R\$ 27.656 em 2022) ações nominativas, das quais 13.828.158 ações ON e 13.828.56 ações PN sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País.							
				7. Despesas gerais, administrativas Serviços De Terceiros - PJ Outras Despesas 2023 2022 (20) (20) (2) (20)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
				8. Despesas tributárias Pis e Cofins Outros Impostos e Taxas 2023 2022 (4) (8) (8) (1) (12) (9)							
				A Diretoria Ademar Ripke Júnior Contador - TC CRC 1SP 217.934/O-2							

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Pro Bioenergia Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 07.526.360/0001-70 – NIRE 35.300.492.544

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2024

Data, Hora e Local: Em 12 de janeiro de 2024, às 17:00h (dezoisete horas), na sede social da Pro Bioenergia Empreendimentos S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Av. Constran, nº 132, Parte, Vila Industrial, CEP 06516-300. Presença: Presente o acionista representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: Fundo de Investimento em Participações Prosperidade Multiestratégia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 23.109.725/0001-18, administrado pela Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.300, 7º andar, inscrito no CNPJ/MF nº 03.384.738/0001-98, doravante designado "Fundo"; e, MGH Participações Ltda., sociedade empresária de forma limitada, com sede na Rua Joaquim Nabuco, nº 449, Parte, Brooklin, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.848.926/0001-77, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35236584510 (NIRE) em 23/11/2020, adiante denominada simplesmente como "MGH". Convocação: Dispensada a convocação em razão da presença dos acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, titulares de 100% das ações da Companhia. Mesa: Presidente: Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel; Secretário: Thomas Otto Hueller. Ordem do Dia: a) Redução de capital da Sociedade e, em caso de aprovação, alterar e consolidar o Estatuto Social da Sociedade para refletir a referida redução; e, b) outros assuntos de interesse da Companhia. Deliberações: Assumindo os trabalhos a Sra. Presidente deu por instalada a Assembleia Geral, independente de outras formalidades, face ao atendimento pleno da Lei 6.404/76. Prosseguindo a Sra. Presidente distribuiu cópias da matéria constante na pauta do dia, a qual já era de conhecimento de todos os presentes, colocando-a em discussão e votação sendo aprovado pelos acionistas, por unanimidade. Passando ao item "a" da ordem do dia: (i) a fim de adequar o valor do capital social por ser excessivo em relação ao objeto social, foi aprovada a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais), ficando o capital social da Sociedade reduzido conforme segue: valor atual do capital social: R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais); valor da redução do capital social: R\$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais); novo valor do capital social: R\$ 158.500.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e quinhentos mil reais); com o consequente cancelamento de R\$ 31.500.000 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais) ordinárias; (ii) Em decorrência da ora deliberada, fica alterado o Artigo 5º do Estatuto Social em anexo, consolidado (Anexo I), que passa a ter a seguinte redação "Artigo 5º - O capital social da Sociedade é de R\$ 158.500.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e quinhentos mil reais), dividido em 158.500.000 (cento e cinquenta e oito milhões e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e parcialmente integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas". Passando ao item "b" da ordem do dia: os acionistas da Sociedade autorizam a sua diretoria a praticar todos os atos necessários para cumprimento da deliberação acima. Os acionistas aprovam o novo Estatuto Social cuja minuta segue em Anexo I. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada pela Presidente e pelo Secretário da Mesa. Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel - Presidente da Mesa; Thomas Otto Hueller - Secretário da Mesa. Visto do Advogado: Marly Duarte Penna Lima Rodrigues OAB/SP nº 148.712-3. Pro Bioenergia Empreendimentos S.A. CNPJ/MF nº 07.526.360/0001-70 - NIRE 35300492544. Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2024, às 17:00h. Estatuto Social da Pro Bioenergia Empreendimentos S.A. Capítulo I - Nome, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Pro Bioenergia Empreendimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Av. Constran, nº 132, Parte, Vila Industrial, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06516-300, podendo, por deliberação de sua Diretoria, abrir, manter, fechar e alterar o endereço de filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. Artigo 3º. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, em quaisquer ramos de negócios, no Brasil e no exterior. Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração. Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 158.500.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e quinhentos mil reais), dividido em 158.500.000 (cento e cinquenta e oito milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e parcialmente integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas". Parágrafo 1º. O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias, e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. E vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. Parágrafo 2º. Os acionistas terão preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O prazo para exercício do direito de preferência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, exceto se estipulado de forma diferente em Acordo de Acionistas. Capítulo III - Órgãos Permanentes da Companhia. Artigo 6º. São órgãos permanentes da Companhia: (i) a Assembleia Geral; e (ii) a Diretoria. Capítulo IV - Assembleia Geral. Artigo 7º. A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Parágrafo 1º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. Parágrafo 2º. A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor, na forma da lei. As Assembleias Gerais serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias; ou (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Parágrafo 3º. Independente das formalidades de convocação para Assembleia Geral, será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. Artigo 8º. Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas que estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. Parágrafo Único. O acionista poderá fazer representar-se nas Assembleias Gerais por procurador, respeitadas as disposições da lei. Artigo 9º. Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário, os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral. Artigo 10. A Assembleia Geral terá a competência estabelecida em lei e todas as suas deliberações serão tomadas pela maioria das ações com direito a voto, exceto se de outra forma previsto em lei. Artigo 11. O eventual exercício, por qualquer dos acionistas, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia em desacordo com as disposições estabelecidas em acordos de acionistas registrados pela Companhia obriga o presidente da Assembleia Geral a não computar o voto referido pelo acionista com infração ao disposto no seu respectivo acordo de acionista. Capítulo V - Administração da Companhia. Artigo 12. A Companhia será gerida e administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. A remuneração global e individual da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. Seção I - Diretoria. Artigo 13. A Diretoria será composta por 3 (três) diretores, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. Parágrafo 1º. O prazo de mandato da Diretoria é de 3 (três) anos, sendo assegurado aos acionistas, a qualquer tempo, o direito de substituir ou destituir os Diretores. Parágrafo 2º. Os Diretores disporão dos poderes necessários e convenientes para conduzir a gestão dos negócios e assuntos da Companhia, na forma da Lei e do presente Estatuto Social. Parágrafo 3º. Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Artigo 14. Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato. Artigo 15. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, devendo ser fielmente observadas as deliberações e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social. Parágrafo 1º. A Diretoria se reunirá sempre que necessário. As reuniões de Diretoria serão convocadas

por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por escrito ou por qualquer meio de comunicação inequívoca, contendo o local, data e hora de realização da reunião, além da ordem do dia. Parágrafo 2º. O quórum para instalação das reuniões de Diretoria é a totalidade dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto unânime dos Diretores presentes à reunião. Artigo 16. É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado pelo Diretor. Parágrafo Único. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. Artigo 17. Ressalvado o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo, a Companhia somente se obrigará validamente perante terceiros e apenas os exonerará de obrigações perante ela mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) diretores, ou de um diretor com um procurador, ou de 2 (dois) procuradores. Parágrafo 1º. Ainda que subscritos na forma prevista no caput deste Artigo, serão inválidos e ineficazes perante a Companhia os atos praticados por qualquer diretor, procurador ou representante que não tenham obtido, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social, prévia autorização ou aprovação em Assembleia Geral para sua realização, ou que não obedecerem aos limites dos poderes de gestão estabelecidos por lei, por este estatuto e pelos mandatos outorgados pela Companhia. Parágrafo 2º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia devem, obrigatoriamente, ser assinados por 2 (dois) diretores, com precisa definição dos poderes conferidos aos mandatários. As Procurações, exceto as "ad judicia", deverão ser outorgadas por prazo determinado não excedente a 1 (um) ano. Parágrafo 3º. Respeitadas as demais competências da Assembleia Geral e sua forma de aprovação, os acionistas, pelo voto representativo de mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social, poderão autorizar a nomeação, em casos específicos, de procurador com poderes necessários para praticar, sozinho e em nome da Companhia, os atos para os quais tenha sido constituído, exarando-se o mandato com a realização do ato. As procurações "ad judicia" poderão conter cláusulas que permita a atuação individual de cada um dos mandatários. Parágrafo 4º. Qualquer diretor isoladamente pode: (i) receber citações, intimações e notificações, prestar depoimento pessoal em nome da Companhia e constituir prepostos para atuação em Juízo; (ii) representar a Companhia perante os órgãos e repartições públicas e entidades autárquicas federais, estaduais e municipais, bem como sociedades concessionárias ou permissionárias de serviços públicos podendo para tanto subscrever requerimentos, apresentar e retirar documentos, acompanhar e ter vista de processos administrativos, tomar ciência de despachos ou decisões, cumprir exigências, apresentar impugnações, recursos e subscrever termos de responsabilidade; (iii) receber e dar quitação de qualquer dívida da Companhia paga através de cheque ou de outro título de crédito idôneo e capitulados; (iv) endossar cheques para depósito exclusivamente em conta corrente bancária ou em conta de investimentos bancários da Companhia; (v) emitir em nome da Companhia duplicatas mercantis; (vi) independente de ordem de nomeação perante o Serasa e demais órgãos similares, requerer certificado digital e assinar todos os documentos necessários para este fim. Capítulo VI - Conselho Fiscal. Artigo 18. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e funcionará de forma não permanente, na forma da lei. Artigo 19. O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Artigo 20. Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei. Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 21. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 22. Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais serão submetidas a auditoria a ser conduzida por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Parágrafo 1º. Poderão ser elaborados balanços especiais a qualquer tempo. Por proposta da Diretoria e ad referendum da Assembleia Geral, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços especiais, ou dos lucros acumulados, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo 2º. A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Artigo 23. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Parágrafo 1º. Do lucro líquido do exercício serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Parágrafo 2º. Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o Parágrafo 1º deste Artigo e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. Artigo 24. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tentativa a ser aplicada ao mérito da arbitragem será a da República Federativa do Brasil. A lei substantiva da República Federativa do Brasil também deverá governar o compromisso de arbitragem estabelecido neste Artigo. Parágrafo 1º. As decisões arbitrais serão definitivas e vinculadas às partes para todos os efeitos, não estando sujeitas à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. Parágrafo 2º. A sentença arbitral fixará os encargos da arbitragem e decidirá qual das partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos entre as partes. Em qualquer hipótese, cada parte arcará com os honorários contratualmente ajustados com seus respectivos patronos. Parágrafo 3º. As partes deverão manter sigilo sobre toda e qualquer informação referente à arbitragem. Parágrafo 4º. Sem prejuízo da validade do compromisso estabelecido neste artigo, as partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se e quando necessário, para fins exclusivos de: (i) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; e (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos cautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia ao compromisso estabelecido neste Artigo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. Visto do Advogado: Marly Duarte Penna Lima Rodrigues OAB/SP nº 148.712.

Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF 01.165.671/0001-75 - NIRE 35.300.194.209

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/03/2024

Data, Hora e Local: 28/03/2024, às 10 horas, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada em razão da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Cia, nos termos do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das S.A., conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa: Presidente: José de Miranda Dias. Secretário: Adriano José Jureidini Dias. Ordem do Dia: Deliberar, nos termos do Artigo 27, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Cia, sobre a aprovação do pagamento de dividendos intermediários complementares aos acionistas da Cia, levados à de reservas de lucros e apurados com base nas demonstrações financeiras da Cia aprovadas na AGOE, realizada em 25/03/2024. Deliberações: Os Acionistas da Cia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, decidem, por unanimidade, aprovar o pagamento de dividendos intermediários complementares, levados à de reservas de lucros e apurados com base nas demonstrações financeiras da Cia aprovadas na AGOE, realizada em 25/03/2024, no valor total de R\$ 2.900.000,00, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Cia, sendo certo que o pagamento dos dividendos intermediários complementares ora declarados deverá ser realizado aos acionistas em 05/04/2024. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra aos Acionistas e, na ausência de manifestação, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 28 de março de 2024. Mesa: José de Miranda Dias - Presidente, Adriano José Jureidini Dias - Secretário. Acionistas: José de Miranda Dias, Adriano José Jureidini Dias. Jucesp registrada sob nº 143.953/24-2 em 11/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF 01.165.671/0001-75 - NIRE 35.300.194.209

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 25/03/2024

Data, Hora e Local: 25/03/2024, às 10 horas, na sede social. Publicações: Conforme o art. 133, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e art. 289 da Lei das S.A., com a redação conferida pela Lei 13.181/2019, as demonstrações financeiras foram publicadas no jornal "Data Mercantil" na edição impressa de 20/03/2024, página 05, e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet. Convocação e Presença: Dispensada em razão da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Cia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das S.A., conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa: Presidente: José de Miranda Dias. Secretário: Adriano José Jureidini Dias. Ordem do Dia: Deliberar sobre: em sede de AGO: (i) a aprovação das demonstrações financeiras da Cia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) a aprovação do pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) a destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023; (iv) a fixação da verba global de remuneração da Administração da Cia para o exercício social de 2024; e em sede de AGE: (v) a extinção do valor nominal das ações ordinárias nominativas de emissão da Cia; (vi) o aumento do capital social da Cia; (vii) a alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Cia, tendo em vista os itens (v) e (vi) da ordem do dia; (viii) nos termos do Artigo 9, parágrafo 4º do Estatuto Social da Cia, a aprovação da celebração, pela Companhia, na qualidade de parte compradora, de Contrato de Compra e Venda de Quotas, com José de Miranda Dias, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.229.281 SSP/SP CPF nº 665.108-30, residente e domiciliado em São Paulo - SP, na Rua Baiçuri, 145, Boaçava, e Adriano José Jureidini Dias, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 22.556.480-4 SSP/SP CPF nº 256.121.638-19, residente e domiciliado em São Paulo - SP, na Av. Padre Pereira de Andrade, 795, Boaçava, na qualidade de parte vendedora, por meio do qual a Companhia comprará as quotas representativas da totalidade do capital social da PYXISINFO TECNOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 6º andar, conjunto D, Jardim Paulistano, CNPJ nº 04.486.744/0001-19, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.216.857.561 ("CCV"); e (ix) a autorização para que a Diretoria da Cia pratique todo e qualquer ato necessário para a celebração do CCV. Deliberações: Os Acionistas da Cia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, decidem: Em sede de AGO: (i) aprovar as demonstrações financeiras da Cia acompanhadas do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) aprovar a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 10.000.000,00, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Cia; e (iii) aprovar que, após o pagamento deliberado no item (ii) acima, o valor remanescente do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 68.445.405,49 seja integralmente destinado à conta de reserva de lucros, conforme alínea (b) do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a fixação da verba global de remuneração da Administração da Companhia, para o exercício social de 2024, em até R\$ 3.000.000,00. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (v) aprovar que as ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia não terão valor nominal, de modo que o capital social da Companhia, no valor de R\$ 5.500.000,00 passa a ser representado por 5.500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; (vi) aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 94.500.000,00, mediante a capitalização (a) de reserva legal, no montante de R\$ 1.100.000,00 e (b) de parte da reserva de lucros, no montante de R\$ 93.400.000,00, sem emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 5.500.000,00 para R\$ 100.000.000,00; (vii) tendo em vista o disposto nos itens (v) e (vi) acima, aprovar a alteração da redação do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital é de R\$ 100.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 5.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." (viii) nos termos do Artigo 9, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração do CCV pela Companhia, na qualidade de parte compradora; e (ix) autorizar que a Diretoria da Companhia pratique todo e qualquer ato necessário para a celebração do CCV. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra aos Acionistas e, na ausência de manifestação, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: José de Miranda Dias. Secretário: Adriano José Jureidini Dias. Acionistas: José de Miranda Dias e Adriano José Jureidini Dias. São Paulo/SP, 25 de março de 2024. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. José de Miranda Dias - Presidente, Adriano José Jureidini Dias - Secretário. Acionistas: José de Miranda Dias, Adriano José Jureidini Dias. Jucesp registrada sob nº 140.672/24-2 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF 01.165.671/0001-75 - NIRE 35.300.194.209

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Março de 2024

Data, Hora e Local: 19/03/2024, às 16 horas, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Presidente: José de Miranda Dias. Secretário: Sr. Adriano José Jureidini Dias. Ordem do dia: (i) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e mandar publicá-las; (ii) deliberar sobre as matérias a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas; (iii) manifestar-se sobre as ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia deixarem de ter valor nominal; (iv) manifestar-se sobre o aumento de capital social da Companhia; (v) manifestar-se sobre a celebração, pela Companhia, na qualidade de parte compradora, de Contrato de Compra e Venda de Quotas, com José de Miranda Dias e Adriano José Jureidini Dias, na qualidade de parte vendedora, por meio do qual a Companhia comprará quotas representativas da totalidade do capital social da PYXISINFO TECNOLOGIA LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 6º andar, conjunto D, Jardim Paulistano, CEP 01451-918, inscrita no CNPJ sob nº 04.486.744/0001-19, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.216.857.561 ("CCV"); e (vi) deliberar sobre as matérias a serem submetidas Assembleia Geral Extraordinária. Deliberações: Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: (i) manifestar-se favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, bem como mandar publicá-las; e (ii) aprovar a submissão das seguintes matérias à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia: (a) o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (b) a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia; e (c) a destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) manifestar-se favoravelmente no sentido de que as ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia deixem de ter valor nominal, de modo que o capital social da Companhia, no valor de R\$ 5.500.000,00 passe a ser representado por 5.500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; (iv) manifestar-se favoravelmente ao aumento de capital social da Companhia, mediante a capitalização da reserva de lucros; (v) manifestar-se favoravelmente à celebração do CCV pela Companhia, na qualidade de parte compradora; e (vi) aprovar a submissão das matérias indicadas nos itens (iii), (iv) e (v) à Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Sr. José de Miranda Dias. Secretário: Sr. Adriano José Jureidini Dias. Conselheiros: José de Miranda Dias, Adriano José Jureidini Dias, e Célio Fernando Bozola. São Paulo/SP, 19 de março de 2024. Mesa: José de Miranda Dias - Presidente, Adriano José Jureidini Dias - Secretário, Conselheiros: José de Miranda Dias, Adriano José Jureidini Dias, Célio Fernando Bozola. Jucesp registrada sob nº 140.018/24-4 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 08.744.817/0001-86

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/23 E 2022 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Nota	2023	2022	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Ativo circulante		96.978	1.711.658	349.762	90	(136.972)	(67)	212.813
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	24.627	-	-	-	-	-
Contas a receber	4	16.079	40.522	(79.400)	-	-	(79.400)	(79.400)
Recursos de Clientes		51.653	1.609.326	-	-	(82.189)	(82.189)	(82.189)
Partes relacionadas		-	3.453	-	-	-	94	94
Impostos a recuperar		27.156	31.524	-	-	-	-	-
Outros ativos		2.090	2.206	-	-	-	-	-
Ativo não circulante		25.483	248.881	270.362	90	(219.161)	27	51.318
Depósitos em garantia		3.454	2.634	-	-	(81.083)	-	(81.083)
Partes relacionadas		1.087	-	-	-	(8.439)	(9.684)	(9.684)
Investimento		-	27.164	48.384	2	-	-	48.386
Imobilizado		-	3.012	-	-	-	-	-
Ágil		-	166.209	-	-	-	(175)	(175)
Intangível	5	20.942	49.861	-	-	-	(148)	(148)
Total do Ativo		122.461	1.960.539	317.502	92	(308.683)	(148)	8.763
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022			
Passivo circulante		88.599	1.870.511	110.178	196.382			
Fornecedores	6	31.280	31.530	7	110.178			
Recursos de Clientes		55.145	1.609.326	13.315	64.654			
Partes relacionadas		-	224.973	-	-			
Obrigações tributárias		2.174	4.280	(9.298)	(5.050)			
Passivo de arrendamento		-	402	-	-			
Passivo não circulante		38.710	38.710	13.115	13.115			
Fornecedores	6	19.923	19.740	13.115	13.115			
Compromisso a pagar por aquisição de empresa		-	17.150	-	-			
Partes relacionadas		5.159	-	-	-			
Provisão para contingências		17	1.820	-	-			
Patrimônio Líquido		8.763	51.318	210.210	210.210			
Capital social		317.502	270.362	317.502	270.362			
Reserva de capital		92	90	92	90			
Outros resultados abrangentes		(148)	27	(148)	27			
Prejuízos acumulados		(308.683)	(219.161)	(308.683)	(219.161)			
Total do Passivo + PL		122.461	1.960.539	122.461	1.960.539			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A. tem por objeto social ser responsável por arranjo de pagamento nos termos da regulamentação vigente, podendo fazer uso de marca associada ao referido arranjo de pagamento, disponibilizar serviços de aporte ou saque de recursos mantidas em conta de pagamento, executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionado a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento conforme definido pelo Banco Central do Brasil, intermediação de negócios, participação como sócia acionista em outras sociedades civis ou empresariais no Brasil e/ou exterior. A Companhia encontra-se sediada na cidade de Barueri, estado de São Paulo. A Companhia concluiu o processo de cisão de parte de sua operação para a até então subsidiária em 01/06/23. Com a execução desta operação a Companhia cedeu uma carteira importante de clientes, bem como um portfólio de produtos sinérgico ao negócio de sua subsidiária. **1.2. Base de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **2. Políticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, as quais não são obrigatórias para 31/12/2023, e as respectivas normas não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham um impacto material sobre a entidade no período de relatório atual ou em transações futuras previsíveis. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** 2023 2022 Caixa e depósitos bancários - 24.589 Aplicações de curto prazo - 38 - 24.627

Viação Alpina S.A.
CNPJ: 57.512.592/0001-48
Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2023 à 31/12/2023. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

São Bernardo do Campo, 31 de Dezembro de 2023

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 - (Em reais)		Demonstração do Resultado do Exercício - (Em reais)	
Ativo	31/12/2023	Resultado do Exercício	31/12/2023
Ativo Circulante	12.345.858	1.144.608	1.144.608
Caixa e equivalentes de caixa	100.003	Receita operacional líquida	1.144.608
Contas a Receber	135.990	(-) Custos operacionais	-
Imóveis a Comercializar	11.644.385	Lucro operacional bruto	1.144.608
Outros Créditos	465.480	(+/-) Receitas/	
Não Circulante	360	Despesas operacionais:	11.644.385
Outros Investimentos	360	(-) Despesas Administrativas	(12.018)
Total do Ativo	12.346.219	Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.776.975
Passivo + Patrimônio Líquido	31.127.203	Receitas financeiras	9
Circulante	179.450	(-) Despesas financeiras	(7.428)
Obrigações Fiscais	43.460	Lucro antes da	
Outras Obrigações	135.990	provisão para o IRPJ e CSLL	12.769.556
Não Circulante	-	(-) Imposto de renda e	
Patrimônio Líquido	12.166.768	contribuição social	(702.798)
Capital Social	100.000	Lucro do exercício	12.066.768
Resultados Acumulados	12.066.768		
Total do Passivo + PL	12.346.219		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Notas Explicativas			
	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
100.000	100.000	12.066.768	12.166.768	12.166.768

1) Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP tendo como objeto social principal: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, com início de atividades operacionais em 02/01/2023. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Diretoria

Carlos Eduardo de Andrade - Presidente
João Carlos Barbosa - Diretor
Francisco de Assis Vitorino da Silva TC 15P276019/O-4
Nelson Corrêa Cabral TC 15P068009/O-8

Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.545.265/0001-36 - NIRE 35.300.516.826

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10/04/2024

Aos 10/04/2023, às 10hs, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações: (I)** Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.507.537,70 (um milhão, quinhentos e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta centavos) por meio da emissão de 15.075.377 (quinze milhões, setenta e cinco mil, trezentas e setenta e sete) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 15.000.000 (quinze milhões) são ações ordinárias; e (b) 75.377 (setenta e cinco mil, trezentas e setenta e sete) são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 152.300.072,90 (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos mil, setenta e dois reais e noventa centavos) para R\$ 153.807.610,60 (cento e cinquenta e três milhões, oitocentos e sete mil, seiscentos e dez reais e sessenta centavos), dividido em 1.558.076.106 (um bilhão, quinhentas e cinquenta e oito milhões, setenta e seis mil, cento e seis) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 1.550.285.726 (um bilhão, quinhentas e cinquenta milhões, duzentas e oitenta e cinco mil, setecentas e vinte e seis) são ações ordinárias; e (b) 7.790.380 (sete milhões, setecentas e noventa mil, trezentas e oitenta e seis) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). **(II)** Alterar o endereço da sede da companhia que passa de "Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.128, 4º andar, sala 404, CEP 01451-000" para "Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Edifício Pinheiros One, 19º andar, Butantã, CEP 05501-050". Nada mais. JUCESP nº 155.073/24-2 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 - NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05/03/2024

Aos 05/03/2024, às 10h00, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações: (I)** O aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 2.406.015,00 (dois milhões, quatrocentos e seis mil e quinze reais), por meio da emissão de 24.060.150 (vinte e quatro milhões, sessenta mil, cento e cinquenta) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 24.000.000 (vinte e quatro milhões) são ações ordinárias; e (b) 60.150 (sessenta mil, cento e cinquenta) são ações preferenciais Classe A. **(II)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 235.889.627,44 (duzentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado para R\$ 238.295.642,44 (duzentos e trinta e oito milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 2.402.956.424 (dois bilhões, quatrocentos e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.396.949.031 (dois bilhões, trezentas e noventa e seis milhões, sete mil, trezentas e noventa e três) são ações ordinárias; e (b) 6.007.393 (seis milhões, sete mil, trezentas e noventa e três) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº 151.898/24-8 em sessão de 12/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.

CNPJ/MF nº 31.836.472/0001-02 - NIRE 35.300.526.937

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 20.03.2024

Data, Hora e Local: aos 20/03/2024, às 12h00, na sede social da CRT4, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 15º andar. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** André Henrique Caldeira Daré, **Presidente;** e Beatriz Covre de Oliveira, **Secretária. Ordem do Dia: 1.** A destituição de membro da Diretoria; e **2.** A eleição de membros da Diretoria. **Deliberações tomadas por unanimidade: 1.** A destituição do Sr. Rodrigo Furiato, ao cargo de Diretor Executivo, com os agradecimentos de praxe por todos os serviços prestados à Companhia. **2.** Eleger para compor a Diretoria, com mandato de 2 anos unificado aos demais Diretores da Companhia, até a Assembleia Geral que deliberará sobre as contas da Administração relativas ao Exercício Social findo em 2023, os Srs.: (i) Danilo de Lima Santos, ao cargo de Diretor Executivo Estatutário de Auditoria; (ii) Keli Cristina Ravelli Reis, ao cargo de Diretora Executiva Estatutária de Riscos, Controles Internos e Compliance; e (iii) Daniel Martins Abad, ao cargo de Diretor Executivo Estatutário de Segurança da Informação. **2.1.** Os diretores ora eleitos ficam empossados em seus respectivos cargos, mediante a assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio e declararam, sob as penas da lei, que têm conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das S.A., que preenchem os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia e que não estão impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. São Paulo, 20/03/2024. Beatriz Covre de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 189.015/24-0 em 24/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Apolo Geração de Energia II SPE S.A.

CNPJ nº 42.675.649/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 12/2023 E 2022 (Em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Ativo	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	1.009	3.220	Passivo circulante	28.988	16.779	
Caixa e equivalentes de caixa	1.000	3.220	Emprestimos e financiamentos	354	-	
Impostos a recuperar	9	-	Obrigações tributárias	3	48	
Ativo não circulante	1.004.632	1.004.632	Partes relacionadas	28.631	16.731	
Intangível	1.004.632	1.004.632	Passivo não circulante	-	-	
Total do ativo	1.005.641	1.007.852	Patrimônio líquido	976.653	991.073	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			Capital social	1.151.000	1.151.000	
Receitas (despesas) operacionais			Lucros/Prej. acumulados	(174.347)	(159.927)	
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(991)	(37.862)	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.005.641	1.007.852	
Outras receitas operacionais	-	45.441				
Total das receitas (desp.) operac.	(991)	7.579	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Prejuízo antes do result. financ.	(991)	7.579	Receitas (despesas) operacionais			
Resultado financeiro líquido			Despesas financeiras	(821)	-	
Receitas financeiras	25	123	Resultado financeiro líquido	-	-	
Despesas financeiras	(2.585)	(124.708)	Despesas financeiras	(821)	-	
			Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(821)	-	
			Lucro (prejuízo) do exercício	(821)	-	

**A DIRETORIA: Rodrigo Hsu Ngai Leite - Sócio-Administrador
Gabriel dos Santos Neves - Contador - CRC SP328039/O-0**

Estrela do Sul SPE II S.A.

CNPJ nº 43.640.7850001/70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 12/2023 E 2022 (Em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Ativo	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	821	821	Total das receitas (despesas) operacionais	-
Emprestimos e financiamentos	821	-	Despesas financeiras	(821)
Passivo não circulante	-	-	Resultado financeiro líquido	-
Patrimônio líquido	(821)	-	Despesas financeiras	(821)
Lucros/Prejuízos acumulados	(821)	-	Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(821)
Total do passivo e do patrimônio líquido	-	-	Lucro (prejuízo) do exercício	(821)

**A DIRETORIA: Rodrigo Hsu Ngai Leite - Sócio-Administrador
Gabriel dos Santos Neves - Contador - CRC SP328039/O-0**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Dock Tecnologia S.A.			
CNPJ nº 03.645.772/0001-79			
Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.			
A Administração.			
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/23 E 2022 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)			
BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ativo	Nota	2023	2022
Ativo circulante		157.129	319.040
Caixa e equivalentes de caixa	3	67.747	17.862
Contas a receber	4	53.635	56.926
Partes relacionadas	6	294	221.342
Impostos a recuperar		17.891	15.222
Outros ativos		17.562	7.688
Ativo não circulante		487.094	295.889
Derivativos financeiros		756	3.407
Depósitos em garantia		794	232
Imobilizado		11.771	14.351
Investimento		277.643	58.229
Intangível	5	112.698	219.670
Total ativo		644.223	614.929
Passivo		228.930	153.225
Passivo circulante		78.488	112.172
Fornecedores		78.488	112.172
Empréstimos e financiam.	8	70.186	26.081
Arrendamentos		1.547	1.516
Compromisso a pagar por aquisição de empresa		15.487	-
Obrigações tributárias		41.896	852
Adiantamento de clientes		41.896	852
Passivo não circulante		184.357	160.783
Fornecedores - não circulante	7	18.795	26.622
Empréstimos e financiam.	8	109.608	100.868
Partes relacionadas	6	645	3.866
Obrigações tributárias		2.280	1.274
Passivo de arrendamento		1.178	318
Compromisso a pagar por aquisição de empresa		14.624	25.351
Provisão para contingências		1.033	332
Passivo a descoberto		1.992	2.152
Patrimônio líquido		230.936	300.921
Capital social		791.949	721.949
Reserva de capital		192.724	175.345
Outros resultados abrangentes		1.229	829
Prejuízos acumulados		(754.966)	(597.202)
Capital and reserve attributable to owners of Conductor		230.936	300.921
Total passivo e patrimônio líquido		644.223	614.929
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
		2023	2022
Fluxo de caixa das ativ. operac.		(157.765)	(289.455)
Prejuízo do exercício		(157.765)	(289.455)
Ajustes para conciliar o lucro:			
Depreciações e amortizações		61.922	45.874
Equivalência patrimonial		44.802	81.425
Baixa líquida e ajustes do imobilizado, intangível e arrendamentos		21.517	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(2.435)	2.787
Receita diferida		-	-
Share-based compensation		21.790	14.598
Juros sobre empréstimos		24.522	27.021
Juros sobre arrendamento		187	168
Juros sobre investimentos de curto prazo		(1.304)	(1.446)
Variação cambial de emprést.		(1.577)	(6.136)
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		7.224	(9.381)
Contas a receber		7.224	(9.381)
Impostos e contrib. a recuperar		(2.669)	1.855
Imposto diferido ativo		(10.436)	(3.218)
Outros ativos		75.246	780
Adiantamento de clientes		(38.732)	63.526
Contas a pagar		3.728	8.048
Obrigações tributárias		701	(10)
Outras provisões		(24.164)	(27.250)
Caixa líquido gerado pelas (nas) ativ. operacionais		54.133	(49.450)
Juros pagos		(25.018)	(28.928)
Juros recebidos		1.304	1.446
Caixa líquido gerado pelas (nas) atividades operacionais		30.419	(76.932)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		4.761	7.922
Juros sobre contas a pagar de aquisição de subsidiárias		4.761	7.922
Ajuste de valor justo de instrumentos financeiros		2.651	6.192
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		2.651	6.192
Adição de Imobilizado, Intangível e Arrendamentos		(54.725)	(64.225)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(103.561)	(205.846)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		70.000	366.260
Aumento de capital		70.000	366.260
Caixa restrito		-	938
Compromisso a pagar por aquisição da empresa		-	(17.043)
Captação líquida de empréstimos e financiamentos		54.731	(59.046)
Passivos de arrendamento		(1.703)	(1.581)
Caixa líquido gerado pelas (nas) atividades de financiamento		123.027	289.528
Variação de caixa e equivalentes de caixa		49.885	6.750
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		17.862	11.112
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício (Nota 3)		67.747	17.862
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
		2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 9)		441.994	398.045
Custo dos serv. prestados		(187.352)	(177.666)
Lucro bruto		254.642	220.379
Despesas e receitas operacionais		(136.824)	(136.212)
Despesas administrativas		(137.005)	(161.427)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		(22.015)	(54.628)
Despesas comerciais		(24.164)	(27.250)
Operacionais líquidas		(65.366)	(159.138)
Resultado antes do resultado financeiro		5.707	15.115
Receita financeira		(53.304)	(64.007)
Despesas financeiras		-	-
Resultado financeiro líquido		(47.597)	(48.892)
Equivalência Patrimonial		(44.802)	(81.425)
Resultado antes das provisões tributárias		(157.765)	(289.455)
IRPJ		-	-
IRPJ e CSLL diferidos		-	-
Lucro/prej. do exercício		(157.765)	(289.455)
Particip. de controladores		(157.765)	(289.455)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
		2023	2022
Prejuízo do exercício		(157.765)	(289.455)
Outros resultados abrangentes		400	(69)
Resultado abrangente do exercício		(157.365)	(289.524)
Particip. de controladores		(157.365)	(289.524)
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
		2023	2022
Juros sobre contas a pagar de aquisição de subsidiárias		4.761	7.922
Adição de Imobilizado, Intangível e Arrendamentos		(54.725)	(64.225)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(103.561)	(205.846)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		70.000	366.260
Aumento de capital		70.000	366.260
Caixa restrito		-	938
Compromisso a pagar por aquisição da empresa		-	(17.043)
Captação líquida de empréstimos e financiamentos		54.731	(59.046)
Passivos de arrendamento		(1.703)	(1.581)
Caixa líquido gerado pelas (nas) atividades de financiamento		123.027	289.528
Variação de caixa e equivalentes de caixa		49.885	6.750
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		17.862	11.112
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício (Nota 3)		67.747	17.862
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 1. Informações gerais:			
1.1. Contexto operacional: A Dock Tecnologia S.A. ("Dock" ou "Companhia") tem por objeto social atividades de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, administração de cartões de crédito, tratamento de dados, suporte técnico, processamento de cartões de crédito e de sistemas de pagamento, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral e participação como sócia, acionista ou quotista de outras Companhias no Brasil e no exterior. A Companhia encontra-se sediada na cidade de Barueri, estado de São Paulo. 1.2. Base de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. 2. Políticas contábeis: As políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. 2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas, as quais não são obrigatórias para 31/12/2023, e as respectivas normas não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham um impacto material sobre a entidade no período de relatório atual ou em transações futuras previsíveis. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e depósitos bancários. Aplicações de curto prazo. 4. Contas a receber: Contas a receber. Provisão para Impairment de contas a receber. 5. Intangível: Desenvolvimento de software interno. Carteira de clientes. Outros. Goodwill. 6. Transações com Partes Relacionadas: Ativo circulante. Dock Soluções em Meios de Pagamentos S.A. ("Dock Soluções"). BIP Pagamentos Instantâneos Ltda. ("BIP"). Dock IP. Dock Tech LLC. 7. Fornecedores: Fornecedores. Obrigações trabalhistas. Outros. 8. Obrigações por empréstimos: CCB Bradesco. Santander IV. Banco ABC. Santander IV. 9. Receita operacional líquida: Receita de processamento digital. Receita de serviços profissionais. Impostos.			
A Companhia concluiu o processo de cisão de parte de sua operação para a até			

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ Nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 28 de março de 2024, às 16:00 horas, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Estatuto Social" e "Companhia", respectivamente). **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, restando dispensada a convocação. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimmerman. **(I) Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a proposta de demonstração, a ser submetida à assembleia geral ordinária, para **(a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; **(b)** apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; **(d)** fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; **(e)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(f)** aprovar o limite global anual da remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2024; e, em Assembleia Geral Extraordinária, **(ii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, a ratificação da contratação da empresa de avaliação RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão"), na data base de 31 de dezembro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação Cão Cidadão"); **(iii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o Laudo de Avaliação Cão Cidadão; **(iv)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o "Protocolo e Justificação da Incorporação da Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. pela Pet Center Comércio e Participações S.A." ("Protocolo e Justificação Cão Cidadão"); **(v)** aprovar a incorporação do patrimônio líquido da Cão Cidadão pela Companhia, com a consequente extinção da Cão Cidadão ("Incorporação da Cão Cidadão"); **(vi)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, a ratificação da contratação da empresa de avaliação KPMG Auditores Independentes Ltda., para elaboração do laudo de avaliação, com base no critério contábil, do patrimônio líquido da Zee Dog S.A. ("Zee Dog"), na data base de 31 de dezembro de 2023, para fins de sua incorporação pela Companhia ("Laudo de Avaliação Zee Dog") **(vii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o Laudo de Avaliação Zee Dog; **(viii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o "Protocolo e Justificação da Incorporação da Zee Dog S.A. pela Pet Center Comércio e Participações S.A." ("Protocolo e Justificação Zee Dog"); **(ix)** aprovar a incorporação do patrimônio líquido da Zee Dog pela Companhia, com a consequente extinção da Zee Dog ("Incorporação da Zee Dog"); **(x)** a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para que a abertura e encerramento de filiais, bem como a fixação e alteração dos seus endereços e do endereço da sede possa ser fixado por deliberação da Diretoria da Companhia; **(xi)** a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir, no objeto social, as atividades de (a) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (b) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (c) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (d) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (e) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (f) design de produtos; e (g) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica ("Novas Atividades"); **(xii)** a alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir o capital social atual e a quantidade de ações em que se divide; **(xiii)** a consolidação do Estatuto Social em razão das deliberações constantes nos itens (x), (xi) e (xii) acima, se aprovadas; **(xiv)** a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para deliberar sobre os itens (i) a (xiii) acima ("AGOE"); e **(xv)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **4. Deliberações:** Instalada a reunião e após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram ao quanto segue: **(i)** a proposta da administração, a ser submetida à assembleia geral, para **(a)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; **(b)** apreciar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, inclusive a retenção de lucros com base em orçamento de capital; **(d)** fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; **(e)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(f)** aprovar o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2024. Os Srs. e Sras. Claudio Roberto Ely, Sergio Zimmerman, Gregory Louis Reider, Tania Zimmerman, Ricardo Dias Mieskalo Silva, Eduardo de Almeida Salles Terra e Sylvia de Souza Leão Wanderley, candidatos a membros do Conselho de Administração, se declararam independentes, nos termos do art. 16, §1º, do Regulamento do Novo Mercado e do art. 6º, §§1º e 2º, e Anexo K da Resolução CVM nº 80/22, tendo apresentado suas respectivas declarações de independência, que foram revistas por todos, sem quaisquer ressalvas; **(ii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, a contratação da empresa de avaliação RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marquês de São Vicente, n.º 182, 2º andar, Barra Funda, Cep: 01.139-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.549.480/0001-84 no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP030.002/O-7, para elaboração do Laudo de Avaliação Cão Cidadão; **(iii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o Laudo de Avaliação Cão Cidadão; **(iv)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o Protocolo e Justificação Cão Cidadão; **(v)** aprovar a incorporação da Cão Cidadão pela Companhia, com a consequente extinção da Cão Cidadão; **(vi)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, a contratação da empresa de avaliação KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Têrreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29 no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP014428/O-6 para elaboração do Laudo de Avaliação Zee Dog; **(vii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o Laudo de Avaliação Zee Dog; **(viii)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, o Protocolo e Justificação Zee Dog, na forma do Anexo II à presente ata; **(ix)** aprovar, **ad referendum** da assembleia geral, a incorporação da Zee Dog; **(x)** aprovar a proposta de alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia para que a abertura e encerramento de filiais, bem como a fixação e alteração dos seus endereços e do endereço da sede possa ser fixado por deliberação da Diretoria da Companhia, de forma que o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passe a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 2º. A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por deliberação da Diretoria, poderá ser alterado o endereço da sede da Companhia, bem como poderão ser instaladas, transferidas ou extintas, filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional." **(xi)** aprovar a proposta de alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir, no objeto social, as Novas Atividades, de forma que passe a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º. A Sociedade tem por objeto (i) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e e-commerce) de artigos para animais, rações, acessórios, produtos de uso veterinário, produtos "pet", medicamentos e outros produtos farmacêuticos e agropecuários em geral, produtos para consumo humano, artigos de piscina, caça e pesca náutica; (ii) importação, exportação e comércio (inclusive via internet e e-commerce) de pássaros, aves, animais mamíferos, animais aquáticos vivos, animais exóticos, plantas, flores, sementes; (iii) hospital veterinário 24 horas, com serviços de consultório, clínica veterinária, realização de exames, internação, cirurgias e demais procedimentos característicos, prestação de serviços de banho e tosa em animais domésticos; (iv) prestação de serviços de hotel, alojamento, creche para animais domésticos; (v) a administração e oferecimento de planos de saúde para animais domésticos; (vi) o oferecimento de serviços acessórios veterinários em geral, tais como atendimento domiciliar, teleatendimento e prontuários em geral; (vii) prestação de serviços de assistência em geral; (viii) comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; (ix) comércio varejista de bebidas; (x) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xi) outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; (xii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista (xiii) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (xiv) comércio varejista e atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança; (xv) comércio varejista e atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem; (xvi) comércio varejista e atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (xvii) comércio varejista e atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; (xviii) design de produtos; e (xix) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica." **(xii)** aprovar a proposta de alteração do artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo valor do capital social e da quantidade de ações em que se divide, de forma que passe a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 1.725.426.906,76 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e seis reais e setenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 462.523.502 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, quinhentas e vinte e três mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Capital Social")." **(xiii)** aprovar a proposta de consolidação do Estatuto Social em razão das deliberações constantes nos itens (x), (xi) e (xii) acima; **(xiv)** aprovar, com fundamento no artigo 16, item "v", do Estatuto Social da Companhia, a convocação da AGOE, bem como a submissão da respectiva proposta da administração ao exame, discussão e votação da AGOE, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE serão oportunamente divulgados aos acionistas. **(xv)** aprovar a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **5. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes, São Paulo, 28 de março de 2024. **(a.a.) (a) Mesa:** Claudio Roberto Ely (Presidente) e Tania Zimmerman (Secretária). **(b) Conselheiros Presentes:** Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra, Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva. Confere com a original lavrada em livro próprio, 28 de março de 2024 Mesa: **Claudio Roberto Ely** - Presidente. **Tania Zimmerman** - Secretária. Juceesp nº 187.203/24-6 em 23/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



STNE Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 49.436.665/0001-31

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Consolidado 2023	Passivo	Nota	Controladora 2023	Consolidado 2023
Ativo circulante				Ativo não circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14	24.662	Contas a pagar		87	8.829
Aplicações financeiras	6	30.162	82.913	Empréstimos e financiamentos	12	2.259	8.325
Contas a receber de clientes	7	-	9.299	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	34.941
Tributos a recuperar		2.138	9.619	Obrigações tributárias		20.614	17.244
Despesas antecipadas		-	5.654	Dividendos a pagar	14.3.2	20.614	20.614
Outros ativos		-	6.621	Outros passivos		-	6.412
Total do ativo circulante		32.314	138.768	Total do passivo circulante		23.161	96.365
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Aplicações Financeiras	6	16.592	16.592	Contas a pagar a partes relacionadas	13	-	11.640
Contas a receber de partes relacionadas	13	5.517	33.966	Empréstimos e financiamentos	12	5.676	12.929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	482	34.690	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	-	-
Despesas antecipadas		-	3.155	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	1.236
Outros ativos		-	5.449	Provisão para contingências		-	311
Investimentos	9	261.700	68.706	Outros passivos		-	4.856
Imobilizado	10	8.662	78.658	Total do passivo não circulante		5.676	31.585
Intangível	11	23	44.419	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		292.976	285.635	Capital social	14.1	115.158	115.158
Total do ativo		325.290	424.403	Reserva de capital	14.2	180.210	180.210
				Reserva de Lucros	14.3.1	1.085	1.085
				Total do patrimônio líquido		296.453	296.453
				Total do passivo e patrimônio líquido		325.290	424.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 02 de janeiro de 2023						
Constituição de capital - cisão parcial	4/14.1	115.158	115.158	-	-	230.316
Pagamentos baseados em ações	14.2	-	15.682	-	-	15.682
Movimentação proveniente de cisão de controlada	14.2	-	49.370	-	-	49.370
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.699	21.699
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	14.3.1	-	-	1.085	(1.085)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3.2	-	-	-	(5.153)	(5.153)
Dividendos adicionais	14.3.2	-	-	-	(15.461)	(15.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		115.158	180.210	1.085	-	296.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A STNE Investimentos S.A. ("Companhia" ou "STNE Invest") foi constituída em 02 de janeiro de 2023, está localizada em São Paulo, na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 1401, 13º andar. A Companhia e suas controladas (coletivamente, o "Grupo") tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela DLP Capital LLC ("DLP Capital"), que possui aproximadamente 99,99% das ações emitidas pela Companhia, sendo que a DLP Capital é controlada pela StoneCo Ltd ("StoneCo") e a controladora indireta da Companhia, sendo uma sociedade constituída nas Ilhas de Cayman, com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE, e BDRs negociadas na B3, bolsa brasileira, com a sigla STOC31. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 29 de abril de 2024.

2. Informações do Grupo - 2.1. Controladas: As demonstrações financeiras consolidadas da STNE Invest incluem as seguintes controladas:

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do grupo % 2023
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Armazenamento na nuvem de transação de cartão	100,00
Buy4 Sub LLC ("Buy4 LLC")	Processamento de transações de cartões	100,00
Equals Software Participações S.A. ("Equals Software")	Holdings de instituições não-financeiras	100,00
Stone Franchising Ltda. ("Franquia")	Gerenciamento de franquias	100,00
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Serviços de logística	100,00
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Vitta Tecnologia")	Serviços de saúde	100,00
Vitta Saúde Administradora em Benefícios Ltda. ("Vitta Saúde")	Serviços de saúde	100,00
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços")	Serviços de saúde	100,00
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora")	Corretagem de seguros	100,00

2.2. Coligadas

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do grupo % 2023
Agilize Tecnologia S.A. ("Agilize")	Serviços de tecnologia	33,33
Delivery Much Tecnologia S.A. ("Delivery Much")	Food delivery marketplace	29,49

3. Principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações aplicáveis emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados referentes a receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças materiais entre resultados estimados e reais no futuro. **3.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: a) tem poder sobre a investida (ou seja, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); b) está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e c) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus resultados. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para suportar esta presunção e quando a Companhia tem menos do que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • o(s) acordo(s) contratual(is) com os outros detentores de votos da investida; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • os direitos de voto da Companhia e os potenciais direitos de voto. A Companhia reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando perde o controle sobre a controlada. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária. Lucros ou prejuízos e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos acionistas minoritários, mesmo que isso resulte em um saldo deficitário da participação dos não controladores. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Uma alteração na participação acionária de uma controlada, sem perda de controle, é contabilizada como uma transação de patrimônio, na reserva para "Transações entre acionistas". **3.2. Conversão de moeda estrangeira:** **3.2.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Para cada entidade, a Companhia determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional das controladas da Companhia também é o real brasileiro. **3.3. Classificação como circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.5. Novas normas e alterações de normas e interpretações:** **3.5.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração do CPC 32 - Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC nº20. • Alterações de escopo do CPC

26 e CPC 23: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao CPC 26 e ao CPC 23. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC nº20. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.5.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • Emendas ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC nº23. • Alterações do CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações do CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC nº24. A Companhia não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima. **3.6. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia e suas controladas façam julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras.

4. Reestruturação societária - 4.1 Cisão parcial STNE Participações S.A. x STNE Investimentos S.A.: Em 02 de janeiro de 2023, a STNE Participações S.A. ("STNE Par"), com a versão da parcela cindida a Companhia, a qual foi constituída em decorrência de referida cisão parcial. A parcela cindida foi avaliada em R\$ 230.316 conforme laudo de avaliação utilizado como base para a operação de cisão parcial. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de outubro de 2022 do acervo líquido da STNE Par:

Ativo	Passivo e Patrimônio líquido
Ativo não circulante	Passivo circulante
Aplicações financeiras	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de partes relacionadas	
Outros ativos	
Investimentos	
Imobilizado	
Intangível	
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido

A avaliação da parcela cindida da STNE Par foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do acervo líquido, acarretou em aumento de capital social da Companhia. **4.2 Cisão Parcial Equals S.A. x Equals Software Participações S.A.:** Em 02 de janeiro de 2023, a Equals S.A. ("Equals"), com a versão da parcela cindida a Companhia, a qual foi constituída em decorrência de referida cisão parcial. A parcela cindida foi avaliada em R\$ 51.487 conforme laudo de avaliação utilizado como base para operação a cisão parcial. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de outubro de 2022 do acervo líquido da Equals S.A.:

Ativo	Passivo e Patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo não circulante
Contas a receber de Clientes	Contas a pagar a partes relacionadas
Investimento Intangível	Passivos fiscais diferidos
Total do ativo	Patrimônio líquido
	Capital social
	Reserva de Capital
	Total do passivo e patrimônio líquido

A avaliação da parcela cindida da Equals foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do acervo líquido, acarretou em redução de capital social da Equals e constituição do capital social da Equals Software. **5. Caixa e equivalentes de caixa - 5.1. Políticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 3 meses), que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e são prontamente convertíveis em dinheiro. **5.2. Composição dos saldos**

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Depósitos em bancos nacionais	14	1.958
Depósitos em Dólar	-	22.704
Total	14	24.662

6. Aplicações financeiras - 6.1. Políticas contábeis: As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado (VJR) ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, a Companhia possui aplicações financeiras que são classificadas como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva (TJE). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável. **6.2. Composição dos saldos**

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Títulos Públicos (a)	30.162	82.913
Instrumentos Patrimoniais (b)	16.592	16.592
Total	46.754	99.505

(a) Composto por LFTs (Letras Financeiras do Tesouro). (b) Composto por participação na Gyramais Tecnologia S.A. e Gyramais Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.

Demonstração do Resultado do exercício 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receita líquida de atividades de transação e outros serviços		-	280.780
Receita líquida de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos		-	57.933
Lucro bruto	16.5	-	338.713
Outras receitas financeiras	17	-	(233.073)
Despesas administrativas	17	(107)	(60.782)
Despesas de vendas	17	-	(6.405)
Prejuízo/Lucro operacional		(107)	38.453
Outras receitas financeiras	18	1.691	4.677
Despesas financeiras	18	(738)	(3.972)
Resultado financeiro líquido	18	953	705
Outras receitas (despesas), líquidas		4.019	(13.575)
Equivalência Patrimonial	9.2	17.098	(17)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.963	25.566
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.3	(746)	(14.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	1.085	10.599
Lucro líquido do exercício		21.699	21.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	21.699	21.699
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	21.699	21.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2023	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício		21.699	21.699
Ajustes do lucro líquido do exercício:		(13.551)	47.469
Depreciação e amortização	10.8	2.874	37.660
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	(482)	(10.599)
Equivalência patrimonial	9.2	(17.098)	17
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		981	1.447
Provisão para contingências		-	311
Despesa de pagamentos baseados em ações		-	15.682
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos		-	2.172
Ganho/Perda na alienação de bens, equipamentos e ativos intangíveis	10/11	174	779
Atividades operacionais		(13.947)	(22.547)
Aplicações financeiras		(31.754)	(79.918)
Contas a receber		-	5.740
Outros ativos		(2.947)	(7.505)
Contas a receber de partes relacionadas		22.089	33.550
Impostos a recuperar		(1.936)	5.143
Despesas antecipadas		-	(2.774)
Contas a pagar		84	-
Contas a pagar a clientes		-	240
Contas a pagar partes relacionadas		517	2.809
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	16.532
Obrigações tributárias		2.468	13.221
Outros Passivos		-	2.699
Juros recebidos, líquidos		-	(240)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.468)	(12.044)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) por atividades operacionais		(5.799)	46.621
Aquisições de ativo imobilizado		-	(19.804)
Aquisições de ativo intangível		-	(7.051)
Caixa proveniente de acervo de cisão		-	39.702
Dividendos Pagos		-	(10.921)
Dividendos Recebidos		9.567	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) por atividades de investimento		9.567	1.926
Pagamento de arrendamentos	12	(3.754)	(23.885)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) por atividades de financiamento		(3.754)	(23.885)
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		14	24.662
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	14	24.662
Variação de caixa e equivalentes de caixa		14	24.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Contas a receber de clientes - 7.1. Políticas contábeis: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. **7.1.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas:** As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (por exemplo, por tipo de produto ou tipo de cliente). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo calibra-se para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. **7.2. Composição dos saldos**

... continuação
jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.
8.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 8.2.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.
8.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social:
Controladora 2023 Consolidado 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 21.963 25.566
Aliquotas vigentes - % 34% 34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (7.467) (8.692)
Lucro (prejuízo) de entidades sujeitas a diferentes alíquotas de imposto - 4.272
Impostos diferidos não reconhecidos - (6.194)
Resultado de equivalência patrimonial 5.813 (6)
Imposto de renda diferido anteriormente não reconhecido - 7.379
Outras diferenças permanentes 1.390 (626)
Imposto de renda e contribuição social (264) (3.867)
Taxa (%) de alíquota efetiva 1,2% 15,1%
Impostos correntes (746) (14.466)
Impostos diferidos 482 10.599
Imposto de renda e contribuição social (264) (3.867)
8.4. Impostos diferidos: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:
Controladora 02/01/23 Movimentação 31/12/23 Consolidado 02/01/2023
Diferenças temporárias - 482 482
Total ativo fiscal diferido - 482 482
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 482 482
Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios - 287 (199) (41) (661) (614)
Prejuízo fiscal - 5.117 (12.039) - - 17.156
Diferenças temporárias - 5.195 12.340 - - 17.535
Total ativo fiscal diferido - 10.599 24.180 (41) (661) 34.077
Total - 10.599 24.180 (41) (661) 34.077
(a) Conforme reestruturação societária das empresas investidas da STNE Par para a STNE Investimentos. (b) Refere-se às movimentações da data do laudo de cisão parcial e data efetiva
9.2. Movimentação dos investimentos
Controladora 02/01/2023 Acervo de Cisão Parcial(a) Constituição de Investimentos Dividendos baseados em ação Pagamento baseado em ação Patrimônio líquido(b) Resultado 2023
Buy4 - - - - 13.015 7.716 17.115 192.994
Equals Software - - - - 358 50.288 (4.386) 46.260
Stone Franchising - - - (9.567) 1.946 17.293 17.303 390.390
Stone Log - - - - 2.309 (3.067) 5.094 7.401
Coligadas - 57.190 10.953 - - 580 (17) 68.706
Agilize (c) - - - - - - 6 8.529
Delivery Much (d) - - 57.190 2.430 - - (2) 60.177
Total - 170.071 10.953 (9.567) 15.682 57.463 17.098 261.700
(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 4.1). (b) Conforme reestruturação societária das empresas investidas da STNE Par para a STNE Invest e Equals S.A. para Equals Software. (c) Em 1º de agosto de 2023, a Companhia adquiriu 33,33% de participação acionária na Agilize, empresa privada com sede em o Estado da Bahia, Brasil, por R\$ 8.523 por meio da conversão de um crédito decorrente de um contrato de empréstimo conversível. Agilize desenvolve tecnologia que fornece serviços de contabilidade online. (d) Refere-se ao ajuste de investimento proveniente da cisão parcial entre a STNE Participações e STNE Invest.
9.3. Informações financeiras dos investimentos
Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio líquido Resultado líquido
Controladas 40.148 111.609 27.759 1.969 122.029 (886)
Buy4 284 46.909 - 933 46.260 (4.386)
Equals Software 22.920 2.675 - 3.379 17.303 17.293
Stone Franchising 23.420 31.847 29.846 18.019 7.402 5.095
Coligadas
Agilize 38 3 50 - (9) 19
Delivery Much 10.785 15.817 8.321 844 17.437 (78)
Total 97.595 208.860 69.355 26.678 210.422 17.057
10. Imobilizado - 10.1. Políticas contábeis: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão ao Grupo e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:
Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de informática 5
Instalações 5-10
Máquinas e equipamentos 5-10
Móveis e utensílios 3-10
Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.
10.2. Arrendamentos: A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do contrato na data de início do contrato. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento.
10.3. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de realizar pagamentos ao arrendador, em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam a direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador.
10.4. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzidos substancialmente por depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, dos custos diretos iniciais incorridos e de pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de direito de uso, conforme segue:
Vida útil estimada (anos)
Imóveis 1-6
Veículos 2-3
Equipamentos 2-7
Se a propriedade do bem arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. O ativo de direito de uso está também sujeito à redução ao valor recuperável.
10.5. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou a condição que resulta na obrigação de pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos em essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente.
10.6. Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo de imóveis, softwares, veículos e outros equipamentos (contratos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor (abaixo de cinco mil dólares norte-americanos). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método
de registro contábil. (c) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 4.1). Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.
9. Investimentos - 9.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada (nas demonstrações contábeis individuais) do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação do Grupo nos ativos líquidos das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada (nas demonstrações contábeis individuais) é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados das operações das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais). Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é apresentada como parte do VJORA do Grupo. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais), o Grupo reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Empresa e suas coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, o Grupo determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, o Grupo determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada (nas demonstrações contábeis individuais) ou perda de influência significativa sobre uma coligada, o Grupo avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.
11.3. Teste de impairment: O Grupo efetua o teste de impairment dos ativos no escopo da IAS 36/CPC 01 (R1) quando (i) observa indícios de que um ativo pode ter se desvalorizado ou (ii) anualmente, sempre que a Companhia possuir ativos não prontos para uso ou ágio. Os ativos do Grupo sujeitos à IAS 36/CPC 01 (R1) são ativos intangíveis (incluindo ágio), ativos imobilizados e investimentos em coligadas. Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") ou grupos de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, o ágio é alocado a UGCs ou a grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, UGC ou grupo de UGCs e (ii) o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por redução ao valor recuperável ("perda por impairment") é reconhecida. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas as transações recentes de mercado. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesa consistentes com a função do ativo com redução ao valor recuperável. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto as perdas sobre ágio. Vide Nota 11.4. para detalhes do modelo e principais premissas adotadas no teste anual de impairment do ágio.
11.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 11.2.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível: A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. O Grupo avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizados e intangíveis e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas relativas ao ativo imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2023.
11.2.2. Cálculo do valor em uso no teste de impairment: O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não esteja comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes UGCs, incluindo uma análise de sensibilidade, são divulgadas e explicadas mais detalhadamente na Nota 11.4.
11.2.3. Combinação de negócios: O processo de contabilização de uma combinação de negócios inclui o uso de (i) técnicas de avaliação para determinar os valores dos ativos intangíveis identificados, (ii) estimativas para determinar sua vida útil, e (iii) técnicas de avaliação para estimar a contraprestação contingente incluída na contraprestação total paga para adquirir as controladas.
11.3. Composição dos saldos
Controladora 02/01/2023 Adições Baixas Cisão parcial (a) 2023
Marcas e patentes - - - - 45 45
Licenças de uso - - - - 345 345
Custo - - - - 390 390
Marcas e patentes - (2) - - (20) (22)
Licenças de uso - - - - (345) (345)
Amortização acumulada - (2) - - (365) (367)
Intangível de uso - (2) - - 25 23
(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 4.1).
Consolidado 02/01/2023 Adições Baixas Transfe-rências Cisão parcial (a) 2023
Ágio - - - - 31.682 31.682
Relacionamento com o cliente - - - 20 - 2.213 2.233
Marcas e patentes - 25 - - (20) 3 20 28
Software - 5.662 (469) 1.359 29.138 - 35.690
Intangível em andamento - 1.400 (17) (1.359) 812 - 836
Custo - 7.087 (486) - - 29.953 33.915 70.469
Relacionamento com o cliente - (439) 10 - - - (429)
Marcas e patentes - (2) - - - - (2)
Software - (6.084) 262 - - (19.797) - (25.619)
Amortização acumulada - (6.525) 272 - - (19.787) - (26.050)
Intangível de uso - 562 (214) - - - 44.419
(a) Conforme reestruturação societária das empresas investidas da STNE Par para a STNE Invest. (b) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 4.1).
11.4. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: Em 31 de dezembro de 2023, não havia indícios de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida indefinida. O Grupo possui registrado o valor de R\$ 31.972 referente a ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados pela StoneCo (controladora final do Grupo) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em uma unidade UGC denominada "Empresas de soluções financeiras" na qual os saldos do Grupo foram alocados. O teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de outubro de 2023 (2022 - 30 de novembro), não resultou na necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil da UGC mencionada acima. A partir de 2023, a data do teste anual obrigatório de redução ao valor recuperável para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida foi alterada de 30 de novembro para 31 de outubro, a fim de melhor alinhar a data com o momento do ciclo de orçamento e previsão financeira do Grupo e para permitir mais tempo a partir da data do teste até a data de aprovação das demonstrações financeiras. O valor recuperável da UGC do Grupo em 31 de outubro de 2023 e 30 de novembro de 2022 foi determinado com base no cálculo do valor em uso considerando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela diretoria do Grupo StoneCo, cobrindo um período de 5 anos em 2023 e 2022. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso foram as seguintes: • Fluxo de caixa livre médio para patrimônio no período de 5 anos. • Taxa média de crescimento anual do fluxo de caixa livre durante o período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado e nas expectativas da administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo previsões de inflação de longo prazo. • Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada para descontar fluxos de caixa futuros de 13,75% (2022 - 14,39%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio pelo risco-país, beta ajustado da indústria e outras variáveis. • Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,0% (2022 - entre 6,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real esperado. O Grupo realizou uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade de ativos considerando cenários independentes de deterioração das principais premissas, quais sejam: (i) redução de 10% no valor das sinergias esperadas entre empresas do segmento financeiro componentes do grupo econômico controlado pela StoneCo (controladora final do Grupo) e o segmento software; (ii) redução de 10 pontos percentuais no crescimento médio anual do fluxo de caixa livre ao longo do período projetado de cinco anos; (iii) aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes de impostos; (iv) redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa livre projetado; e. A análise de sensibilidade não resultou em perda por redução ao valor recuperável dos ativos da UGC na qual o Grupo foi alocado.
12. Empréstimos e financiamentos - O movimento dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:
Arrendamento Taxa média anual 110.25% - 117.12% do CDI
Vencimento 02/01/2023 31/08/2027
Adições 463 9.821
Baixas (132) (347)
Pagamentos (3.754) (23.885)
Juros 1.496 4.128
Cisão parcial(a) 9.757 9.757
Adições de cisão parcial (b) 105 105
Acervo cisão parcial (c) - 21.835
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21) - (160)
31/12/2023 7.935 21.254
Circulante 2.259 8.325
Não circulante 5.676 12.929
(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 4.1). (b) Refere-se às movimentações da data do laudo de cisão parcial e data efetiva de registro contábil. (c) Conforme reestruturação societária das empresas investidas da STNE Par para a STNE Invest.
Controladora 2023 Consolidado 2023
IFRS 16 (7.935) (21.254)
Circulante (7.935) (8.325)
Não circulante (5.676) (12.929)
13. Transações com partes relacionadas - As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados de dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:
Controladora 2023 Consolidado 2023
Relacionamento com clientes 5 19
Marcas e patentes 11 11
Licença de uso 25 25
Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado.
continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024
ICP Brasil
Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação		STNE Investimentos S.A.			
	Controladora	Consolidado	UARs	UADs	Total
Ativos					
MNLT S.A. ("MNLT")		10.718	(25.575)		(25.575)
Vitória Tecnologia em Saúde S.A. ("Vitta Tecnologia")	5.197		350.457	115.384	465.841
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")		18.522	(37.058)	(10.989)	(48.047)
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")		4.560			
StoneCo. Ltd. ("StoneCo")		100			
STNE Par		55			
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")		11			
Equals Software Participações S.A. ("Equals Software")	320				
Contas a receber de partes relacionadas	5.517	33.966	1.642.205	1.194.650	2.836.855
Passivos					
Stone Pagamentos		9.750			
MNLT		1.846			
STNE Par		2			
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")		42			
Contas a pagar de partes relacionadas		11.640			
Receitas	2023	2023			
Agilize	630	630			
STNE Par	572	572			
Pagar.me	43.570	43.570			
MNLT	1.343	1.343			
Stone Pagamentos (a)	235.279	235.279			
Total de Receitas	1.202	281.394			
Despesas	2023	2023			
MNLT		(2.756)			
Linx Sistemas		(434)			
STNE Par		(60)			
Stone Pagamentos		(2.821)			
Total de Despesas		(6.071)			
(a) Valor referente a receitas de processamento.					
As principais operações com partes relacionadas foram: Contas a receber de partes relacionadas: Os saldos referem-se substancialmente, saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas. Contas a pagar a partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo está composto substancialmente por saldo de reembolso, originados por rateios de despesas devidas para empresas do mesmo grupo. 13.1. Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 são resumidas como segue:					
		2023			
Pagamento de Pró-Labore		8.179			
Pagamentos com base em ações		3.518			
		11.697			
14. Patrimônio Líquido – 14.1. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social era de R\$ 115.158, representado por 115.158.043 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:					
		2023			
Acionistas	Pais sede	Participação (%)	Total de Ações		
DLP Capital LLC	EUA	99,99%	115.158.042		
DLP Participações S.A.	Brasil	0,01%	1		
Total do Capital Social		100,00%	115.158.043		
14.2. Reserva de capital: Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia constituiu um montante de R\$ 115.158, para a reserva de capital, um montante de R\$ 15.682 para a distribuição de remunerações baseadas em ações e R\$ 49.370 decorrente a movimentação proveniente de Acervo de cisão de controlada após laudo de cisão parcial com a STNE Par (Nota 4.1 e 4.2). 14.3. Reservas de lucros: 14.3.1. Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei da S.A. a STNE Invest deve destinar para a reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescidos dos montantes da reserva de capital, exceder 30% do capital social, a destinação do lucro líquido para reserva legal não será obrigatória. Em 31 de dezembro de 2023, a STNE Invest constituiu uma reserva no montante de R\$ 1.085. 14.3.2. Dividendos: A cada exercício, de acordo com o estipulado nos artigos 202 e 204 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia poderá distribuir, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício.			31/12/2023		
Lucro líquido do exercício			21.699		
(-) Constituição da reserva legal – 5%			(1.085)		
Lucro líquido após apropriação da reserva legal			20.614		
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%			5.153		
Dividendos adicionais propostos pela Administração			15.461		
Dividendos propostos pela Administração			20.614		
Movimentação dos dividendos					
Saldo inicial – Dividendos a pagar					
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício			5.153		
Dividendos adicionais propostos pela Administração			15.461		
Dividendos pagos referentes ao exercício					
Saldo final – Dividendos a pagar			20.614		
Apresentação dos dividendos					
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício			5.153		
Dividendos adicionais propostos pela Administração			15.461		
14.3.3 Reserva de investimentos: A reserva de lucros de investimentos foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei da S.A., e alterações com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a STNE Invest não constituiu reserva de investimentos.					
15. Pagamento baseado em ações – A Controladora StoneCo oferece planos de incentivo a longo prazo para os colaboradores de suas controladas, os quais terão direito de receber as ações restritas e de desempenho ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período, sejam elegíveis com base na avaliação de performance e cumpram as condições, se aplicável. Os colaboradores do Grupo recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Conforme detalhado abaixo, o Grupo possui principalmente dois tipos de instrumentos baseados em ações: Unidades de Ações Restritas ("UAR") e Unidades de Ações de Desempenho ("UAD"). O bônus anual baseado em metas do Grupo é concedido inteiramente por meio de UADs para alguns colaboradores. Os prêmios de reconhecimento especial são geralmente concedidos através de uma combinação de UARs e UADs. Embora a maioria dos direitos adquiridos de UARs esteja condicionada apenas a uma condição temporal, uma pequena parte também é adquirida dependendo de determinadas metas de desempenho no nível da Empresa. Enquanto que todas as aquisições de UADs estão condicionadas às condições de mercado, nomeado Retorno Total ao Acionista ("RTA") medido com base no preço de mercado cotado das ações da StoneCo na data de aquisição. 15.1. Políticas contábeis: A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte: • estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e • outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e o rendimento de dividendos esperado. Foram concedidas UARs a determinados colaboradores-chave no âmbito do plano de incentivo a longo prazo para incentivar e recompensar esses colaboradores. Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido para fins contábeis e podem ser concedidos como parte do bônus anual de patrimônio e também como prêmios patrimoniais de reconhecimento especial, sujeito e condicionado ao atingimento de certas condições que geralmente são apenas condições de serviço. Supondo que essas condições sejam atendidas, os prêmios serão liquidados por meio de ações ordinárias classe A da controladora StoneCo. Se as condições aplicáveis não forem cumpridas, os prêmios serão perdidos sem qualquer contrapartida. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas têm valor justo na data de outorga de R\$ 41,29 a R\$ 342,08 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 1 a 10 anos. Em 31 de dezembro de 2023 não havia UARs a serem emitidas para os beneficiários. (d) Unidades de Ações de Desempenho: As UADs são classificadas como patrimônio líquido para fins contábeis e em sua maioria foi concedida como parte de prêmios especiais de reconhecimento. As UADs conferem aos beneficiários o direito de receber ações caso o Grupo atinja níveis mínimos de retorno total ao acionista ("RTA") por um período específico. Se a condição mínima de desempenho não for atendida, as UADs não serão entregues. O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 4,20% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 82,10% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de Dezembro de 2023 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários. 15.2. Composição dos saldos: As movimentações ocorridas em 2023 de UARs e UADs são apresentadas abaixo:					
			UARs	UADs	Total
Saldo em 02 de janeiro de 2023			822.830	743.844	1.566.674
Acervo cisão parcial(a)			531.551	346.411	877.962
Outorgas					
Programa de integração social (PIS) (a)					
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)					
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)					
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (c)					
(a) O PIS e a COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e a COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta em contrapartida a impostos a recolher, pois o Grupo atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5% conforme cada município. (c) O INSS é um encargo previdenciário que incide sobre os salários pagos aos empregados. As subsidiárias Vitta Tecnologia e Buy4 recolhem o INSS à alíquota de 4,50% sobre a receita bruta em função dos benefícios que esse regime oferece em relação ao INSS sobre a folha de pagamento.					
16.5 Composição dos saldos					
	Controladora	Consolidado			
	2023	2023			
Receita bruta de transações		193.351			
(-) Impostos sobre vendas		(33.842)			
Receita líquida de transações		159.509			
Receita bruta de outros serviços		19.758			
(-) Impostos sobre vendas		(11.524)			
Receita líquida de outros serviços		8.234			
Total de receitas		177.204			
Momento do reconhecimento da receita		338.713			
Reconhecida em um momento específico no tempo		280.780			
Reconhecida ao longo do tempo		57.933			
Receita líquida		338.713			
17. Resultado Operacional – 17.1 Custo dos serviços:					
	Controladora	Consolidado			
	2023	2023			
Custos					
Depreciação		(24.326)			
Amortização		(5.795)			
Despesas de instalações		(121)			
Despesas com pessoal					
Salários e vencimentos		(120.463)			
Custos de transação e serviços ao cliente		(52.297)			
Custos de segurança social		(20.433)			
Participação nos lucros e bônus anuais		(7.007)			
Despesas de viagem		(2.631)			
Total		(233.073)			
17.2 Despesas de vendas					
	Controladora	Consolidado			
	2023	2023			
Vendas		4.796			
Salários		(812)			
Despesas de instalações		(517)			
Participação nos lucros e bônus anuais		(262)			
Despesas de marketing e comissões de vendas		(18)			
Total		(6.405)			
17.3 Despesas administrativas					
	Controladora	Consolidado			
	2023	2023			
Salários		(28.364)			
Participação nos lucros e bônus anuais		(8.351)			
Depreciação	(2.872)	(6.218)			
Outros	46	(5.594)			
Serviços de terceiros	(86)	(3.596)			
Despesas de instalações (a)	2.807	(3.212)			
Custos previdenciários		(3.042)			
Despesas de viagem		(1.459)			
Amortização	(2)	(731)			
Total		(107)			
(a) Reversão de despesas com arrendamento.					
18. Resultado Financeiro					
	Controladora	Consolidado			
	2023	2023			
Receitas financeiras					
Juros sobre empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.222	1.222			
Juros ativos	443	2.081			
Juros sobre aplicações financeiras	26	1.324			
Outras receitas financeiras		50			
Total	1.691	4.677			
Despesas financeiras					
Acrescimo de juros de FIDCs e Empréstimos	(723)	(1.989)			
Juros de contingências		(9)			
Varição cambial passiva	(15)	(709)			
Outras despesas financeiras	(738)	(3.972)			
Total	953	705			
Resultado financeiro, líquido					
19. Outras receitas (despesas), líquidas					
	Controladora	Consolidado			
	2023	2023			
Pagamentos com base em ações		(14.970)			
Contingências		(302)			
Penalidades e multas		(48)			
AVJ Investimentos	1.592	1.592			
Outras despesas (a)	2.427	3.553			
Total	4.019	(13.575)			
(a) Inclui, principalmente, despesas com arrendamentos, provisões de despesas e receitas e baixas de imobilizado.					
20. Instrumentos financeiros – 20.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 20.2. Ativos financeiros: 20.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").					

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPI e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPI são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso alimne ou reduza significativamente um descaçamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **20.2.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: **20.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Contas a receber de clientes, Outros ativos e Contas a receber de partes relacionadas. **20.2.4. Ativo financeiro a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas):** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possui ativos financeiros classificados nesta categoria. **20.2.5. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais):** Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2023 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **20.2.6. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo optou por classificar alguns de seus investimentos patrimoniais nesta categoria, incluindo em títulos e valores mobiliários. **20.2.7. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) o Grupo não transferir nem revele substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, revele os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir nem revele substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferir o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo pode ser obrigado a restituir. **20.2.8. Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de clientes. **20.3. Passivos financeiros:** **20.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Contas a pagar a partes relacionadas, Dividendos a pagar e outros passivos. **20.3.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: **20.3.3. Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Em 2023 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. **20.3.4. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva

... continuação

STNE Investimentos S.A.

de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. **20.3.7. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas. **20.3.8. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **20.4. Gestão de riscos:** As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros; a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico do Grupo, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. Além disso, se os clientes continuarem a ser adversamente afetados, as taxas de inadimplência das soluções de crédito provavelmente aumentarão. Adicionalmente, a contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento

da receita. Os riscos estão sendo monitorados de perto e o Grupo pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem. **20.4.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito.

20.4.2. Risco de liquidez

31 de dezembro de 2023		
Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Contas a pagar	87	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	7.935	-
Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)	20.614	-
Consolidado	20.716	-

31 de dezembro de 2023

Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Contas a pagar	8.829	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	21.254
Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)	20.614	-
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 13)	11.640	-
Outros passivos	11.268	-
Consolidado	42.351	21.254

20.5. Instrumentos financeiros por categoria: 20.5.1. Ativos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Aplicações financeiras (Nota 6)
Caixa ajustado
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Divida ajustada

2023
14
46.754
46.768
7.935
7.935
54.703

2023
24.662
99.505
124.167
21.254
21.254
145.421

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	
16.592	35.679	
Consolidado 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	82.913	
	9.299	
	33.966	
	5.654	
	12.070	
16.592	143.902	

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Aplicações financeiras (Nota 6)
Contas a receber de clientes (Nota 7)
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)
Despesas antecipadas
Outros ativos

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Controladora 2023		
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
-	87	
-	7.935	
-	8.022	

Contas a pagar
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Controladora 2023

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
16.592	30.162	
	5.517	

STNE Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.767.420/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Participações S.A. ("Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Mensagem da Administração: Em 31 de dezembro de 2023, os ativos individuais e consolidados da Companhia totalizaram R\$ 7.309,4 milhões e R\$ 8.452,1 milhões, respectivamente, apresentando reduções de 3,8% e 4,5% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 7.601,2 milhões e R\$ 8.854,6 milhões,

respectivamente. A redução refere-se substancialmente à cisão parcial referente à investida Sponte Informática S.A., ocorrida em 01 de agosto de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 6.959,4 milhões, representando uma redução de R\$ 316,2 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022. A redução também é resultante da operação de cisão parcial da Companhia, para constituição da nova empresa denominada STNE Investimentos S.A. realizada em 02 de janeiro de 2023. A operação está compreendida no âmbito do processo

de simplificação da estrutura societária do Grupo. O lucro líquido individual e consolidado totalizou R\$ 55,7 milhões e R\$ 51,4 milhões, respectivamente, em comparação ao saldo do prejuízo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 que totalizou R\$ 40,7 milhões e R\$ 46,1 milhões. O lucro líquido do exercício da Companhia provem principalmente de receitas oriundas da incorporação da empresa Equals S.A.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	11	128.721	75.903	309.649
Aplicações financeiras	6.2	191.164	15.311	253.414	128.009
Contas a receber de emissores de cartão	7.1.3	-	-	36.441	24.531
Contas a receber de clientes	7.2	9.358	-	250.745	263.876
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	208	10.921	-	8.760
Impostos a recuperar	9	4.088	5.200	31.831	38.021
Despesas antecipadas	8.2	102	-	13.559	14.669
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	-	12.392	893	14.137
Outros ativos		386	-	25.917	-
		205.317	172.545	688.703	826.864
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	9.366	-	10.602	24.628
Aplicações financeiras	6.2	-	15.000	-	15.000
Contas a receber de emissores de cartão	7.1.3	-	-	14.886	15.617
Contas a receber de partes relacionadas	18	2.496	47.587	4.519	60.570
Outros ativos		2.685	8.636	33.470	46.592
Despesas antecipadas	8.2	18	-	4.792	3.008
Investimentos	11.2	7.037.677	7.346.060	57.134	72.693
Imobilizado	12.9	1.019	11.357	115.407	226.988
Intangível	13.3	50.828	24	7.522.546	7.562.644
		7.104.089	7.428.664	7.763.356	8.027.740
Total do ativo		7.309.406	7.601.209	8.452.059	8.854.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Participação dos não controladores	Total
	2023	2022					
	3.009.884	4.454.242	21.929	(112.839)	7.373.216	62.266	7.435.482
Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Aumento de capital em controlada - cisão parcial		(47.422)	-	-	(47.422)	-	(47.422)
Diluição da participação de não controladores		-	-	-	-	47.422	47.422
Pagamento baseado em ações		-	-	-	-	7.817	7.817
Transação de capital com participações não controladoras		-	15.202	-	15.202	361	15.563
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(5.769)	-	(5.769)	(11.548)	(17.317)
Custo na emissão de ações		-	(7.195)	-	(7.195)	1.168	(6.027)
Dividendos pagos		-	-	-	-	(3.601)	(3.601)
Outros resultados abrangentes		-	-	(11.706)	(11.706)	61	(11.645)
Prejuízo do exercício		-	-	(40.698)	(40.698)	(5.362)	(46.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.962.462	4.456.480	10.223	(153.537)	98.584	7.374.212
Redução de capital	20.1	(326.554)	-	-	(326.554)	-	(326.554)
Aumento de capital em controlada - cisão parcial		-	-	-	-	96.238	96.238
Pagamento baseado em ações		-	15.472	-	15.472	679	16.151
Movimentação proveniente de acervo de cisão controladas		-	(49.111)	-	(49.111)	-	(49.111)
Dividendos pagos		-	-	-	-	(5.983)	(5.983)
Outros resultados abrangentes		-	-	(11.765)	(11.765)	(1.307)	(13.072)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	55.739	55.739	(4.314)	51.425
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.635.908	4.422.841	(1.542)	(97.798)	183.897	7.143.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A STNE Participações S.A. ("STNE Par" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima, constituída em 05 de novembro de 2019. A Companhia está sediada na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, conjunto 1.501, 14º andar, São Paulo, SP. A Companhia é controlada pela DLP Capital LLC, que detém 99,99% e DLPar Participações S.A., que detém 0,01% das ações da Companhia, que por sua vez são controladas pela StoneCo Ltd., empresa constituída nas Ilhas Cayman, com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE, e BDRs negociadas na B3, bolsa brasileira, com a sigla STOC31. A Companhia e suas controladas (coletivamente, o "Grupo") estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de tecnologia financeira para clientes e parceiros integrados para conduzir o comércio eletrônico de forma transparente em todos os canais de pontos de venda, online e offline, o que inclui a integração a plataformas de tecnologia baseadas em nuvem, oferecendo serviços para aceitação de diversas formas de pagamentos eletrônicos, automação de processos de negócios nas soluções de ponto de venda e capital de giro. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 29 de abril de 2024.

2. Informações do Grupo - 2.1. Controladas: As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as seguintes controladas:

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do Grupo %	
		2023	2022
Buy4 Sub LLC ("Buy4 LLC") ^(a)	Armazenamento na nuvem de transação de cartão	-	100,00
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Grupo Vitta") ^(a)	Corretagem de seguros	-	100,00
Retail Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Retail Renda Fixa") ^(b)	Fundo de investimentos	-	100,00
Stone Franchising Ltda. ("Franchising") ^(a)	Gerenciamento de franquias	-	100,00
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Grupo Vitta") ^(a)	Gerenciamento de planos de saúde	-	100,00
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4") ^(a)	Processamento de transações de cartões	-	100,00
Equals S.A. ("Equals") ^(c)	Serviços de conciliação	-	100,00
Stone Logística Ltda. ("Stone Log") ^(a)	Serviços de logística	-	100,00
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	Serviços de meios de pagamento	100,00	100,00
Stone Seguros S.A. ("Stone Seguros")	Serviços de seguros	100,00	100,00
MAV Participações S.A. ("MVarandas") ^(d)	Serviços de tecnologia	-	100,00
Questor Sistemas S.A. ("Questor")	Serviços de tecnologia	50,00	50,00
Sponte Informática S.A. ("Sponte") ^(e)	Serviços de tecnologia	-	100,00
STEF S.A. ("Stef") ^(f)	Serviços de tecnologia	100,00	-
SimpleVet Tecnologia S.A. ("SimpleVet")	Serviços de tecnologia	50,00	50,00
VHSYS Sistema de Gestão S.A. ("VHSYS")	Serviços de tecnologia	50,00	50,00
Linx S.A. ("Linx")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Napse Uruguay SAS ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Sociedad Ingeniería de Sistemas Napse I.T. de Chile Limitada ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Napse IT Peru S.R.L. ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Synthesis Holding LLC ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Synthesis US LLC ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Retail Americas Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Synthesis IT de México Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Grupo Napse")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Hiper Software S.A. ("Hiper")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Hubcount Tecnologia S.A. ("Hubcount") ^(g) (Nota 4.2)	Serviços de tecnologia	75,60	75,60
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta") ^(a)	Serviços médicos	-	100,00
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Vitta Group") ^(a)	Serviços médicos	-	100,00
MLabs Software S.A. ("MLabs")	Serviços de mídias sociais	51,50	51,50
Cappta S.A. ("Cappta") ^(f)	Transferência eletrônica de fundos	-	59,60

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do Grupo %	
		2023	2022
Ametista Serviços Digitais Ltda. ("Pmpag") ^(h)	Transferência eletrônica de fundos	100,00	100,00
Esmeralda Serviços Digitais Ltda. ("Pmpag") ^(h)	Transferência eletrônica de fundos	100,00	100,00
Diamante Serviços Digitais Ltda. ("Pmpag") ^(h)	Transferência eletrônica de fundos	100,00	100,00
Safira Serviços Digitais Ltda. ("Pmpag") ^(h)	Transferência eletrônica de fundos	100,00	100,00

(a) A Companhia não possui mais participação societária, em decorrência da cisão parcial da Companhia e consequente versão da parcela cindida para STNE Investimentos (Nota 4.1.1).
(b) O fundo Rental Renda Fixa foi encerrado em 30 de março de 2023.
(c) Equals foi incorporada para STNE Par em 02 de outubro de 2023, e consequentemente, extinta.
(d) Mvarandas foi incorporada em 01 de abril de 2022, e consequentemente, extinta.
(e) Sponte foi incorporada em 01 de agosto de 2023, e consequentemente, extinta.
(f) Até 30 de junho de 2023, a Cappta realizava atividades de fornecimento de soluções tecnológicas para (i) pagamentos parcelados; e (ii) transferências eletrônicas. Em 30 de junho de 2023, foi implementada uma reorganização societária, por meio da qual a Cappta permaneceu tão somente com os ativos relacionados às atividades de pagamentos parcelados, e a Stef S.A. (sociedade constituída no âmbito da reorganização societária) permaneceu com os ativos relacionados às atividades de transferências eletrônicas. Subsequentemente à referida reorganização, a Companhia alienou a totalidade da participação detida na Cappta, deixando de ser sua acionista, e adquiriu 100% da participação de Stef S.A. Essa transação não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.
(g) A Companhia tem uma participação de 50% na Questor e, em 31 de agosto de 2022, a Questor adquiriu uma participação acionária de 75,60% na Hubcount.
(h) Em 7 de fevereiro de 2024, a participação acionária da Pinpag foi vendida, portanto, a Companhia deixou de deter participação acionária na Pinpag nesta data. O Grupo detém opções para adquirir participações adicionais em algumas das suas controladas. Cada uma das opções foi avaliada de acordo com fórmulas predefinidas e em 31 de dezembro de 2023 foi registrado o valor de R\$ 893 (R\$ 14.137 em 31 de dezembro de 2022) no balanço patrimonial consolidado como ativo, em Instrumentos financeiros derivativos.

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do grupo %	
		2023	2022
Alpha-Logo Serviços de Informática S.A. ("Tablet Cloud")	Serviços de tecnologia	25,00	25,00
Trinks Serviços de Internet S.A. ("Trinks")	Serviços de tecnologia	19,90	19,90
APP Sistemas S.A. ("APP")	Serviços de tecnologia	19,90	20,00
Dental Office S.A. ("RH Software")	Serviços de tecnologia	20,00	20,00
Neostore Desenvolvimento de Programas de Computador S.A. ("Neomode")	Serviços de tecnologia	40,02	40,02
Delivery Much Tecnologia S.A. ("Delivery Much") (a)	Aplicativo de delivery de comida	-	29,50

(a) A Companhia não possui mais participação societária, em decorrência da cisão parcial da Companhia e consequente versão da parcela cindida para STNE Investimentos (Nota 4.1.1).

3. Principais práticas contábeis - 3.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados referentes a receitas, despesas, ativos e passivos na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças materiais entre resultados estimados e reais no futuro.

3.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo: • tem poder sobre a investida (ou seja, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); • está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para suportar esta presunção e quando o Grupo tem menos do que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • o(s) acordo(s) contratual(is) com os outros detentores de votos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita de serviços	22.6	25.650	-	1.446.770	1.593.083
Custos dos serviços prestados	23	(11.603)	-	(675.205)	(852.006)
Lucro bruto		14.047	-	771.565	741.077
Despesas administrativas	23	(8.992)	(14.457)	(376.665)	(416.120)
Despesas de vendas	23	(1.379)	-	(320.069)	(276.815)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	(13.749)	3.485	20.599	(53.304)
Receitas (despesas) operacionais líquidas		(24.120)	(10.972)	(676.135)	(746.239)
Receitas (despesas) com investimentos em coligadas	11.2	44.093	(33.622)	324	(3.181)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		34.020	(44.594)	95.754	(8.343)
Receitas financeiras		14.332	26.597	43.836	63.908
Despesas financeiras		(4.594)	(21.021)	(64.404)	(75.872)
Resultado financeiro		9.738	5.576	(20.568)	(11.964)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		43.758	(39.018)	75.186	(20.307)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10.3	(4.149)	(2.961)	(27.102)	(41.325)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	16.130	1.281	3.341	15.572
Lucro (prejuízo) do exercício		55.739	(40.698)	51.425	(46.060)
Lucro (prejuízo) atribuível a:					
Acionistas da controladora		55.739	(40.698)	55.739	(40.698)
Participação dos não controladores		-	-	(4.314)	(5.362)
		55.739	(40.698)	51.425	(46.060)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		55.739	(40.698)	51.425	(46.060)
Itens que serão reclassificados para o resultado		(11.765)	(11.706)	(13.072)	(11.645)
Mudança na participação relativa a controladas		6.189	2.961	6.189	2.961
Impactos em economias hiperinflacionárias		4.280	5.262	4.624	5.421
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		(22.234)	(19.929)	(23.885)	(20.027)
Total do resultado abrangente do exercício		43.974	(52.404)	38.353	(57.705)
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da controladora		43.974	(52.404)	43.974	(52.404)
Participação dos não controladores		-	-	(5.621)	(5.301)
		43.974	(52.404)	38.353	(57.705)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	

... continuação

da investida; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • os direitos de voto do Grupo e os potenciais direitos de voto. O Grupo reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e termina quando perde o controle sobre a controlada. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária. Lucros ou prejuízos e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos acionistas minoritários, mesmo que isso resulte em um saldo deficitário da participação dos não controladores. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Uma alteração na participação acionária de uma controlada, sem perda de controle, é contabilizada como uma transação de patrimônio, na reserva para "Transações entre acionistas".

3.3. Conversão de moeda estrangeira: 3.3.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a sua moeda de apresentação. Para cada entidade, o Grupo determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Companhia também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse. As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Nuevo Sol e o peso uruguaio. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, tem suas demonstrações financeiras convertidas para reais utilizando (i) as taxas de câmbio na data de apresentação da data para ativos e passivos, (ii) taxas de câmbio médias mensais para lucro ou prejuízo, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

3.3.2. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pelas entidades do Grupo em sua moeda funcional pela taxa de câmbio à vista na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente de transações realizadas por clientes com cartões de crédito e débito emitidos por emissores de cartão estrangeiros e da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras.

3.4. Classificação como circulante e não circulante: O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.5. Demonstrações financeiras em economias hiperinflacionárias: Considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a adoção do CPC 42 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária é obrigatória para a controlada Napse SRL, localizada na Argentina. De acordo com o CPC 42, os ativos e os passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das controladas que operam em economias hiperinflacionárias devem ser ajustados pela variação do poder de compra geral da moeda por meio da aplicação de um índice inflação. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, sejam elas baseadas na abordagem do custo histórico ou atual, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração atual na data do balanço.

3.6. Novas normas e alterações de normas e interpretações: 3.6.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração do CPC 32 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC 20. • Alterações de escopo do CPC 26 e CPC 23: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao CPC 26 e ao CPC 23. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC 20. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo. **3.6.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são apresentadas a seguir. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Emendas do CPC 32: A alteração prevê uma exceção para não reconhecer e divulgar informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos que estejam relacionados com a legislação fiscal promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (a "legislação do Pilar Dois"). As alterações exigem que as entidades divulguem separadamente as suas despesas/receitas fiscais correntes e as informações qualitativas e quantitativas sobre a exposição aos tributos sobre a renda do Pilar Dois em períodos em que a legislação é promulgada ou substancialmente promulgada, mas ainda não em vigor, nos períodos de relato anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Atualmente, considerando a legislação em vigor nas jurisdições em que a Companhia opera, não se espera que afete as demonstrações financeiras da Companhia. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC 24. • Emendas ao CPC 26 – Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC 23. • Alterações do CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações do CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreender os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade. As alterações foram estabelecidas através da Revisão CPC 24. O Grupo não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima. **3.7. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a Companhia e suas controladas façam julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas ao longo das demonstrações financeiras.

4. Reestruturação societária – 4.1.1. Cisão parcial STNE Participações S.A. x STNE Investimentos S.A.: Em 02 de janeiro de 2023, foi aprovada a cisão parcial da STNE Par, com versão da parcela cindida em R\$ 240.073, conforme laudo de avaliação, para STNE Investimentos S.A., (nova entidade constituída em decorrência da cisão parcial). A operação está compreendida no âmbito do processo de simplificação da estrutura societária do Grupo. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de outubro de 2022 do ativo líquido da STNE Par:

Ativo	Passivo e Patrimônio líquido
Ativo não circulante	Passivo circulante
Aplicações financeiras	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de partes relacionadas	1.952
Outros ativos	1.952
	Passivo não circulante
	Empréstimos e financiamentos
	7.805
	7.805
Investimentos	Patrimônio líquido
Imobilizado	Capital social
Intangível	230.316
	25
Total do ativo	Total do passivo
240.073	240.073

A avaliação da parcela cindida da STNE Par foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do ativo líquido, acarretou em redução de capital social da Companhia.

4.1.2. Cisão parcial STNE Participações S.A. x Sponte Informática S.A.: Em 1º de agosto de 2023, foi aprovada a cisão parcial da STNE Par, com a versão da parcela cindida avaliada em R\$ 96.238, conforme laudo de avaliação, para Linx Sistemas. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de maio de 2023 do ativo líquido da STNE Par:

STNE Participações S.A.			
Ativo	Passivo e Patrimônio líquido	Ativo	Passivo e Patrimônio líquido
Ativo não circulante	Patrimônio líquido		
Participação societária – Sponte Informática S.A. ("Sponte")	Capital social	11.880	96.238
Ativos líquidos – PPA Sponte		18.157	96.238
Ágio – Sponte		66.201	
		96.238	
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	96.238	96.238
A avaliação da parcela cindida da STNE Par foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A cisão parcial do ativo líquido acarretou em redução de capital da Companhia. 4.1.3. Incorporação Equals S.A.: Em 2 de outubro de 2023, foi efetivada a incorporação da Equals pela companhia, com a consequente extinção Equals, quando seu ativo líquido foi incorporado pela STNE Par. O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de maio de 2023 da Equals:			
Ativo	Passivo e Patrimônio líquido		
Ativo circulante	Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores	11.947	1.205
Aplicações financeiras	Empréstimos e financiamentos	2.462	253
	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6.054
Contas a receber de clientes	Obrigações tributárias	4.527	3.301
Impostos a recuperar	Dividendos a pagar	1.691	3.024
Outros ativos	Outros passivos	326	152
		20.953	13.989
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	34.211	34.211
A avaliação dos saldos contábeis da Equals foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das S.A., que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A incorporação do patrimônio líquido não acarretou em aumento de capital da Companhia.			
4.2. Combinação de negócios: 4.2.1. Políticas contábeis: Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o Grupo escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo justo valor ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. O Grupo identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. O Grupo tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, a Companhia reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, a Companhia contabiliza as depreciações e amortizações pelo método de vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, o Grupo considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, até 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado (veja Nota 13.4 para mais detalhes). 4.2.2. Aquisição em 2022 – Avaliações concluídas em 2023: Durante 2022, a Questor realizou combinação de negócios com a empresa Hubcount. A mensuração da aquisição dessa empresa foi realizada em 2022 com base em avaliações preliminares, e incluída nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022. As avaliações foram concluídas no primeiro trimestre de 2023, e os efeitos resultantes estão apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023. 4.2.3. Informações financeiras dos negócios adquiridos: Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios, mensurados a valor justo, e o valor do ágio originado na transação são apresentados a seguir:			
	Valores preliminares (conforme apresentado em 31/12/2022)	Ajustes	Valores finais (conforme apresentado em 31/12/2023)
Valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	36	-	36
Contas a receber de clientes	235	-	235
Impostos a recuperar	42	-	42
Imobilizado	205	-	205
Intangível – Relacionamento com clientes (a)	-	1.940	1.940
Intangível – Software (a)	-	2.104	2.104
Outros ativos	460	-	460
Total do ativo	978	4.044	5.022
Fornecedores	79	-	79
Salários e encargos sociais	313	-	313
Impostos a recolher	41	-	41
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.375	1.375
Outros passivos	87	-	87
Total do passivo	520	1.375	1.895
Ativos e passivos líquidos (b)	458	2.669	3.127
Contraprestação transferida (Nota 4.2.7)	10.615	509	11.124
Ágio	10.157	(2.160)	7.997
(a) O Grupo efetuou avaliação final do valor justo dos ativos adquiridos na combinação de negócios, tendo identificado relacionamento com clientes e softwares como ativos intangíveis. Detalhes sobre os métodos e premissas adotados para avaliar esses ativos estão descritos na Nota 4.2.4. (b) Os ativos líquidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram baseados em avaliações preliminares do valor justo enquanto o Grupo realizava avaliação independente dos ativos intangíveis da Hubcount. A avaliação ainda não estava concluída na data em que as demonstrações financeiras de 2022 foram aprovadas. No primeiro trimestre de 2023 a avaliação foi concluída.			
4.2.4. Ativos intangíveis resultantes das combinações de negócios: As premissas adotadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios estão descritas abaixo: 4.2.5. Relacionamento com o cliente:			
	Hubcount		
Valor	1.940		
Método de avaliação	MEEM ("P7Y2M")		
Vida útil estimada (a)	P7Y2M		
Taxa de desconto (b)	15,3%		
Fonte das informações	Projeções internas da Administração		
Status de avaliação	Final		
(a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos. (b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor.			
4.2.6. Software			
	HubCount		
Valor	2.104		
Método de avaliação	Relief from royalties		
Vida útil estimada (a)	5 anos		
Taxa de desconto (b)	15,3%		
Fonte das informações	Data histórica		
Status de avaliação	Final		
(a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos. (b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor.			

4.2.7. Contraprestação transferida: A contraprestação transferida na combinação de negócios é composta pela soma dos seguintes valores, se houver: (a) contraprestação transferida, (b) participação de não controladores na adquirida e (c) valor justo da participação societária anteriormente detida pela adquirente na adquirida adquirida. A contraprestação paga nas avaliações preliminares é apresentada a seguir.

	Valores preliminares (como apresentados em 31/12/2022)	Ajustes em 31/12/2023	Valores finais (como apresentados em 31/12/2023)
Contraprestação paga em caixa aos acionistas vendedores	7.500	-	7.500
Contraprestação a pagar em caixa aos acionistas vendedores	3.000	(341)	2.659
Participação de acionistas não controladores na adquirida	115	667	782
Opção de compra na adquirida	-	(1.534)	(1.534)
Contraprestação contingente(a)	-	1.717	1.717
Total	10.615	509	11.124

(a) Refere-se à contraprestação contingente que poderá ser paga em 2024, o valor é baseado em fórmulas pré-determinadas que consideram principalmente a receita líquida da Hubcount ao final de 2023.

5. Caixa e equivalentes de caixa – 5.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 3 meses), que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e são prontamente convertíveis em dinheiro. **5.2. Composição dos saldos:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos bancários denominados em R\$	11	128.721	73.556	278.511
Depósitos bancários denominados em US\$	-	-	2.347	31.108
Depósitos bancários denominados em Outras moedas	-	-	-	30
	11	128.721	75.903	309.649

6. Aplicações financeiras – 6.1. Políticas contábeis: As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado ("VJR") ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Atualmente, a Companhia mantém como aplicações financeiras investimentos em títulos públicos. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva ("TJE"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável. **6.2. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos públicos (a)	191.164	15.311	253.414	128.009
Instrumentos patrimoniais (b)	-	15.000	-	15.000
	191.164	30.311	253.414	143.009

(a) Saldo composto por LFTs (Letras Financeiras do Tesouro). (b) Saldo composto por participação na Gyra Tecnologia S.A. e GyraMais Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. A participação societária em referidas companhias foram vendidas para a STNE Investimentos S.A. em 02 de janeiro de 2023 em decorrência da cisão parcial da Companhia (Nota 4.1.1).

7. Contas a receber – 7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas: As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (por exemplo, por tipo de produto ou tipo de cliente). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo calibra-se para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. **7.1.2. Contas a receber de clientes classificadas como mensuradas ao custo amortizado:** Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-lo. O Grupo mantém contas a receber de emissores de cartões da Linx Pay classificadas como mensuradas ao custo amortizado. **7.1.3. Contas a receber de emissores de cartão:** No consolidado, as contas a receber são valores devidos de emissores e adquirentes de cartões relativos a transações de clientes com titulares de cartões, realizadas no curso de negócios. Em 31 de dezembro de 2023, possui saldo de R\$ 51.327 (R\$ 40.148 em 31 de dezembro de 2022). **7.2. Composição dos saldos:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (a)	9.585	-	268.698	279.575
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(227)	-	(17.953)	(15.699)
	9.358	-	250.745	263.876

(a) Composto principalmente por contas a receber de serviços de tecnologia prestados a clientes. O movimento de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro	-	-	(15.699)	(17.411)
Provisão	(720)	-	(8.297)	(40.692)
Reversão	646	-	6.196	42.404
Acervo incorporação Equals S.A.	(153)	-	(153)	-
Saldo em 31 de dezembro	(227)	-	(17.953)	(15.699)

8. Despesas antecipadas – 8.1. Políticas contábeis: Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem, mas não estão limitadas a, licenças de software, determinados serviços de consultoria, prêmios de seguro e gastos com publicidade, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os serviços pagos antecipadamente são consumidos pelo Grupo. **8.2. Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Publicidade	-	-	-	4.110
Serviços de cloud e licenças de software (a)	120	-	18.351	11.353
Outros	-	-	-	2.214
	120	-	18.351	17.677
Circulante	102	-	13.559	14.669
Não circulante	18	-	4.792	3.008

(a) Refere-se à antecipação referente às licenças de software e serviços de cloud, oriundos da combinação de negócios com a Linx. (a)

9. Dividendos e juros sobre capital próprio

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	208	10.921	-	8.760
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	-	-	-	-
Questor Sistemas S.A. ("Questor")	208	10.921	-	8.760

Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
DLP Capital LLC ("DLP Cap") (a)	267.389	267.389	267.181	267.389
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	-	-	-	8.760
Questor Sistemas S.A. ("Questor")	-	-	-	417
Linx S.A. ("Linx")	-	-	-	455
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	-	-	-	290
	267.389	267.389	268.053	276.825

(a) Em dezembro de 2019, a StoneCo Brasil, foi cindida, tendo sido vendidos para o StnePar de todos os seus ativos e passivos da empresa, desta operação, o montante registrado de dividendos a pagar são oriundos da parcela cindida no total de R\$ 267.389.

10. Imposto de renda e contribuição social – 10.1. Políticas contábeis: 10.1.1. Imposto de renda e contribuição social correntes: O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. A alíquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Companhia e suas controladas reconhecem o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30% do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano. **10.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia e suas controladas gerem lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais dife-

continua ...

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP

... continuação

STNE Participações S.A.

ridos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia e suas controladas que demonstrem a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia e suas controladas apresentam estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida. 10.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 10.2.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. 10.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

Table with columns: Controladora (2023, 2022), Consolidado (2023, 2022). Rows include: Lucro antes dos impostos e participações, Aliquotas vigentes - %, Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes, Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre: Impostos diferidos não reconhecidos, Reconhecimento de diferido anteriormente não contabilizado, Perda (ganho) de entidades não sujeitas ao pagamento de imposto de renda, Juros sobre o capital próprio, Lei do bem, Diferencial de alíquota, Resultado de equivalência patrimonial, Incentivos fiscais, Utilização PF/BNCSLL não ativada, Outras diferenças permanentes, Imposto de renda e contribuição social, Taxa (%) de alíquota efetiva, Impostos correntes, Impostos diferidos.

10.4. Impostos diferidos: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:

Table with columns: Controladora (2022, Movimentação 2023), Consolidado (2022, Movimentação 2023). Rows include: Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios, Diferenças temporárias, Prejuízo fiscal/Base negativa, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Table with columns: Saldo em 31/12/2022, Reconhecido em contrapartida ao resultado, Reconhecido em contrapartida a ágior parcial (a), Acervo de Cisão de Cisão parcial (b), Adições de Cisão parcial (c), Cisão parcial (c), Saldo em 31/12/2023. Rows include: Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios, Contingências originadas em combinação de negócios, Diferenças temporárias, Prejuízo fiscal/Base negativa, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Table with columns: Saldo em 31/12/2021, Reconhecido em contrapartida ao resultado, Reconhecido em contrapartida a ágior, Consolidado Saldo em 31/12/2022. Rows include: Ativos intangíveis e imobilizados originados em combinação de negócios, Contingências originadas em combinação de negócios, Diferenças temporárias, Prejuízo fiscal/Base negativa, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia alterou a apresentação dos tributos diferidos por natureza para alinhamento às práticas contábeis adotadas pela sua controladora final StoneCo Ltd.

11. Investimentos - 11.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada (nas demonstrações contábeis individuais) do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação do Grupo nos ativos líquidos das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) desde a data de aquisição. O ágior relacionado a uma coligada ou controlada (nas demonstrações contábeis individuais) é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados das operações das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais). Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é apresentada como parte do VJORA do Grupo. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais), o Grupo reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, o Grupo determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, o Grupo determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada (nas demonstrações contábeis individuais) ou perda de influência significativa sobre uma coligada, o Grupo avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas (nas demonstrações contábeis individuais) apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

11.2. Movimentação dos investimentos

Table with columns: Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos, Incorporação/Cisão parcial, Outros, Patrimônio Líquido (b), Equivalência patrimonial (c), Outros (resultado), 2023. Rows include: Controladas, Buy4 (d), Cappta (e), Equals (d), Linx S.A., Linx Sistemas, Mlabs, Questor, Simplexvet, Sponte (d), STEF, Stone Franchising, Stone Log, Stone Seguros, VHSYS, Coligadas (f), App Sistemas, Delivery Much, Dental Office, FIDC TAPSO, Neomode, Tablet Cloud, Trinkts.

(a) Os saldos das coligadas correspondem ao valor da proporção do patrimônio líquido que a Companhia possui e o valor adicional pago pela participação. (b) Ajustes no valor contábil do investimento pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes do patrimônio líquido das coligadas e controladas. (c) Os dados utilizados para cálculo da equivalência patrimonial das coligadas, bem como para divulgação das principais informações financeiras considera a data-base de 30 de novembro, utilizando-se da defasagem máxima permitida pelo parágrafo 34 do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Não houve movimentação relevante do mês de dezembro para ajustes ou divulgações adicionais e a defasagem ocorre pela diferença no prazo de fechamento contábil da Companhia e de suas coligadas. (d) A Companhia não possui mais participação societária, em decorrência da cisão parcial da Companhia e consequente versão da parcela cindida para a STNE Investimentos S.A. (e) Até 30 de junho de 2023, a Cappta realizava atividades de fornecimento de soluções tecnológicas para (i) pagamentos parcelados; e (ii) transferências eletrônicas. Em 30 de junho de 2023, foi implementada uma reorganização societária, por meio da qual a Cappta permaneceu tão somente com os ativos relacionados às atividades de pagamentos parcelados, e a Stef S.A.

(sociedade constituída no âmbito da reorganização societária) permaneceu com os ativos relacionados às atividades de transferências eletrônicas. Subsequentemente à referida reorganização, a Companhia alienou a totalidade da participação detida em Cappta, deixando de ser sua acionista, e adquiriu 100% da participação de Stef S.A. (f) Os saldos das coligadas correspondem ao valor da proporção do patrimônio líquido que a Companhia possui e o valor adicional pago pela participação. Abaixo é apresentada a abertura entre ágior, mais valia e valor patrimonial da participação da Companhia no valor contábil do patrimônio líquido das investidas:

Table with columns: Controladas, Coligadas, Valor de participação no patrimônio líquido contábil, Total. Rows include: Mlabs, Questor, Stone Seguros, VHSYS, SimplexVet, Linx S.A., Stef S.A., APP, Tablet Cloud, Trinkts, Dental Office.

11.3. Informações financeiras dos investimentos

Table with columns: Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Resultado líquido. Rows include: Controladas (Mlabs, Questor, Stone Seguros, VHSYS, SimplexVet, Linx S.A., STEF), Coligadas (APP, Tablet Cloud, Trinkts, Dental Office).

12. Imobilizado - 12.1. Políticas contábeis: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão ao Grupo e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Vida útil estimada (anos). Rows include: Pin Pads e POS, Equipamentos de informática, Instalações, Imóveis, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos.

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O Grupo também desreconhece Pin Pads e POS de clientes que não estejam sendo utilizadas nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria de cliente. Em 2023 a vida útil foi revisada e não houve alteração. 12.2. Arrendamentos: A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento baseia-se na substância do contrato na data de início do contrato. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. 12.3. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de realizar pagamentos ao arrendador, em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador. 12.4. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo deduzidos subsequentemente por depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, dos custos diretos iniciais incorridos e de pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de direito de uso, conforme segue:

Table with columns: Vida útil estimada (anos). Rows include: Imóveis, Veículos, Equipamentos, Softwares.

Se a propriedade do bem arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. O ativo de direito de uso está também sujeito à redução ao valor recuperável. 12.5. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou a condição que resulta na obrigação de pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento. Uma mudança nos pagamentos fixos em essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. 12.6. Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo de imóveis, softwares, veículos e outros equipamentos (contratos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra). O Grupo também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor (abaixo de cinco mil dólares norte-americanos). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. 12.7. Grupo como arrendador: Os arrendamentos nos quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e organização de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos durante o prazo do arrendamento na mesma base da receita de aluguel. Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receita no período em que são auferidos. O Grupo possui contratos de locação mensais canceláveis de Pin Pads e POS junto aos seus clientes, os quais são classificados como arrendamentos operacionais. Os bens arrendados estão incluídos na rubrica "Imobilizado" na demonstração da posição financeira consolidada e são depreciados ao longo da vida útil esperada de forma linear. A receita de aluguel de Pin Pads e POS, líquida de quaisquer incentivos concedidos ao arrendatário, é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento e é incluída na receita de serviços na demonstração do resultado. 12.8. Estimativa da taxa incremental sobre empréstimo em arrendamentos: O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa de incremental sobre empréstimo para mensurar os passivos do arrendamento. Esta taxa representa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como, por exemplo, para controladas que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma controlada). O Grupo estima a taxa incremental sobre empréstimo usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e é obrigado a fazer certas estimativas específicas relacionadas ao Grupo (como o rating de crédito individual da controlada). 12.9. Composição dos saldos

Table with columns: 31/12/2021, Adições, Baixas, 31/12/2022, Adições, Baixas, Incorporação parcial (b), Cisão parcial (c), 31/12/2023. Rows include: Equipamentos de informática, Instalações, Máquinas e aparelhos e equipamentos, Móveis e utensílios, Imobilizado em andamento, Direito de uso - Imóveis, Custo, Pin Pads & POS, Equipamentos de informática, Instalações, Máquinas e aparelhos e equipamentos, Móveis e utensílios, Direito de uso - Imóveis, Depreciação acumulada, Imobilizado de uso.

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado da empresa Equals, conforme laudo de avaliação da Equals utilizado como base para sua incorporação pela Companhia. (b) Referem-se aos saldos de imobilizado decorrente da cisão parcial da Companhia e consequente versão da parcela cindida STNE Invest, conforme indicado em laudo de avaliação da Companhia utilizado como base para a operação de cisão parcial.

Table with columns: 31/12/2022, Adições, Baixas, CPC 02, CPC 42, Mudança de Incorporação parcial (a), razão (b), Cisão (c), 31/12/2023. Rows include: Pin Pad e POS, Equipamentos de informática, Instalações, Máquinas e aparelhos e equipamentos, Móveis e utensílios, Imobilizado em andamento, Veículos, Direito de uso - Imóveis, Direito de uso - Veículos, Custo.

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024. ICP Brasil. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Table with multiple columns and rows detailing financial data for STNE Participações S.A. and Controladora. Includes sections for Depreciação e amortização, Ativos intangíveis, and Salários e encargos sociais. Contains various sub-sections like 12.10, 13.1, 13.1.2, 13.1.3, 13.2, 13.3, 13.4, 14.1, 14.2, 15, and 16.

... continuação

Table with financial data for '17. Outros passivos' including items like 'Contraprestações Contingentes', 'Contas a Pagar', and 'Receitas diferidas'.

18. Transações com partes relacionadas - As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Table with financial data for 'Ativo' including items like 'Neomode', 'DLP Cap', 'Trinks', and 'Pagarme Instituição de Pagamento S.A. ("Pagarme")'.

Contas a receber de partes relacionadas 2.496 47.587 4.519 60.570 (a) Em 30 de junho de 2023, o Grupo StoneCo realizou uma reorganização de negócios envolvendo a antiga subsidiária Cappta, que realizava as atividades de fornecimento de soluções tecnológicas para pagamentos parcelados e em soluções tecnológicas para transferências eletrônicas até esta data.

Table with financial data for 'Passivo' including items like 'Stone Pagamentos', 'MNLIT', and 'Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Group")'.

Contas a pagar a partes relacionadas 1.878 3.048 5.167 7.303 (a) PDCA foi incorporada pela Pagarme em 18 de outubro de 2022.

Table with financial data for 'Despesas' including items like 'Stone Pagamentos', 'MNLIT', and 'TAG'.

19. Provisão para contingências - 19.1. Políticas contábeis: Algumas entidades do Grupo são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, os quais estão sendo tratados nas esferas administrativa e judicial.

19.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: Em março de 2023, o Grupo atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes.

Table with financial data for 'Saldo em 31 de dezembro de 2022' and 'Saldo em 31 de dezembro de 2023' broken down by Civil, Trabalhistas, Tributários, and Total.

STNE Participações S.A.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais, cíveis e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, as demandas judiciais de natureza cível se relacionam à principal frente de atuação da Companhia, qual seja software, no montante de R\$ 2.914 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.251 em 31 de dezembro de 2022).

19.4. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial: O Grupo possui os seguintes litígios cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda avaliados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perdas possíveis estimadas:

Table with financial data for '2023' and '2022' including items like 'Civil', 'Trabalhistas', and 'Fiscais'.

20. Patrimônio líquido - 20.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$ 2.635.908 (R\$ 2.962.462 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 891.662 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inscritas e integralizadas na forma da tabela abaixo.

Table with financial data for 'Acionistas' including 'DLP Capital LLC ("DLP Capital")' and 'DLPPar Participações S.A. ("DLPPar")'.

Em AGE realizada em 25 de julho de 2022, foi deliberado a rerratificação das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ocorrida em 28 de junho de 2021 e 01 de julho de 2021. A rerratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada no dia 28 de junho de 2021 e aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 5.266.109, sendo que do montante total do aumento de capital ora aprovado: (a) R\$ 526.611 serão destinados para a conta de capital da Companhia, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.944.427 para R\$ 2.471.038 dividido em 1.118.467.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de 526.611.908 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, e R\$ 4.739.498 serão destinados à reserva de capital social da Companhia.

Table with financial data for 'Outros resultados abrangentes' including 'Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes'.

21. Pagamento baseado em ações - A Controladora StoneCo oferece planos de incentivo a longo prazo para os colaboradores de suas controladas, os quais terão direito de receber as ações restritas e de desempenho ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período, sejam elegíveis com base na avaliação de performance e cumpram as condições, se aplicável.

22. Receita de serviços - 22.1. Política contábil: A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços.

Table with financial data for '2023' and '2022' including items like 'Receita líquida de transações', 'Receita líquida de software', and 'Receita líquida de outros serviços'.

para fins contábeis e em sua maioria foi concedida como parte de prêmios especiais de reconhecimento. As UADs confere aos beneficiários o direito de receber ações caso o Grupo atinja níveis mínimos de retorno total ao acionista ("RTA") por um período específico.

Table with financial data for 'Saldo em 31 de dezembro de 2021' and 'Saldo em 31 de dezembro de 2022' including 'UADs', 'Opcões', and 'Total'.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa no resultado consolidado, incluindo encargos o valor de R\$ 15.906 (R\$ 18.155 em 31 de dezembro de 2022).

22. Receita de serviços - 22.1. Políticas contábeis: 22.1.1. Receita de contrato com clientes: A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços.

22.1.2. Serviços de assinatura: São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de "software"; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços.

22.2. Receita diferida: O Grupo registra receita diferida referente a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviços. A receita é reconhecida após a prestação do serviço. Caso os valores faturados superem o valor dos serviços executados, a diferença é registrada no balanço patrimonial como receita diferida e apresentada em "Outros passivos".

22.3. Receita financeira: Composta principalmente juros gerados por aplicações financeiras. 22.4. Despesa financeira: Principalmente compostos por juros relacionados a empréstimos, descontos concedidos, variação cambial passiva e atualização monetária de contingências.

22.5. Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável.

Table with financial data for 'Aliquota - % Recitas financeiras' including 'Programa de integração social (PIS)', 'Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)', and 'Imposto sobre Serviços (ISS)'.

22.6. Composição dos saldos: Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período, bem como o momento de reconhecimento da receita:

Table with financial data for '2023' and '2022' including 'Receita bruta de transações', 'Receita líquida de transações', and 'Receita líquida de outros serviços'.

23. Composição de custos e despesas por natureza: Despesas com pessoal (Nota 25.5), Despesas com instalações, Depreciação e amortização (Nota 12.10), Custo dos serviços prestados, Serviços de terceiros, Despesas de marketing e comissões de vendas, Gastos com viagens, Outras receitas (despesas) operacionais.

Table with financial data for '2023' and '2022' including 'Total de custo e despesa'.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

24. Resultado Financeiro

Table with columns: Controladora (2023, 2022), Consolidado (2023, 2022). Rows include Juros recebidos sobre investimentos, Juros ativos, Descontos obtidos, Ganho variação cambial, etc.

25. Benefícios a empregados – 25.1. Políticas contábeis: 25.2. Obrigações de curto prazo: Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido.

25.3. Remuneração com base em ações: O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a Administração se compromete a entregar ações para empregados e não empregados em troca de serviços conforme mencionado na Nota 21.

25.5. Composição dos saldos

Table with columns: Controladora (2023, 2022), Consolidado (2023, 2022). Rows include Salários, Custos previdenciários, Remuneração baseada em ações, etc.

O Grupo oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte.

26. Instrumentos financeiros – 26.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

26.2. Ativos financeiros: 26.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativo financeiro ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

26.2.4. Ativo financeiro a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

26.2.5. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros.

26.2.6. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo optou por classificar alguns de seus investimentos patrimoniais nesta categoria, incluindo em títulos e valores mobiliários.

26.2.7. Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) o Grupo não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo.

26.2.8. Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros: O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime

STNE Participações S.A.

da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de clientes.

26.3. Passivos financeiros: 26.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis.

26.3.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: 26.3.3. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

26.3.4. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado.

26.3.5. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

26.3.6. Valor justo de instrumentos financeiros: O Grupo mensura instrumentos financeiros, tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

26.3.7. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exigível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

26.3.8. Instrumentos financeiros derivativos: Ocasionalmente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar seus riscos de moeda estrangeira e de taxa de juros. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo.

26.3.9. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo.

26.4. Gestão de riscos: As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros; a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

26.4.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de uma empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito.

26.4.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de uma entidade não ter recursos financeiros disponíveis para cumprir suas obrigações financeiras quando elas vencerem. O Grupo StoneCo mantém uma política de gestão de liquidez que visa assegurar a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita.

26.4.3. Risco de mercado: O Grupo StoneCo está exposto a diversos riscos de mercado, incluindo risco de taxa de juros, risco de variação cambial, risco de preço, risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

Table with columns: Consolidado (Menos de um ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 5 anos). Rows include Empréstimos e financiamentos, Contas a pagar a partes relacionadas, etc.

Table with columns: Consolidado (Menos de um ano, Entre 1 e 2 anos, Entre 2 e 5 anos). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Contas a pagar clientes, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Títulos e valores mobiliários, Dividendos e juros sobre capital próprio a receber, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, VJORA, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Títulos e valores mobiliários, Dividendos e juros sobre capital próprio a receber, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, VJORA, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de partes relacionadas, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, VJORA, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, VJORA, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Consolidado (Custo amortizado, VJR, Total). Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

(a)Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo valor justo e classificados como nível I. (b)O saldo de outros passivos inclui contraprestação contingente decorrente da combinação de negócios, mensurada ao VJR. O valor justo é estimado de acordo com fórmulas predeterminadas especificadas no contrato de compra e venda de ações junto aos acionistas vendedores (mais detalhes na Nota 4.2.3).

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação									
STNE Participações S.A.									
27. Transações com participação dos não controladores									
Mudanças em participação de não controladores					Controladora		Consolidado		
Contribuições de capital por acionistas não controladores	Transferências para participação de não controladores	Mudanças no patrimônio líquido atribuível aos controladores	Valores pagos por acionistas não controladores	Adições de imobilizado (Nota 12.9)	2023	2022	2023	2022	2022
-	6.102	(6.102)	-	Adições de direito de uso - Imóveis	(939)	(4.680)	(46.928)	(47.926)	-
-	96.238	(96.238)	-	Adições não pagas ao final do período	405	3.470	9.519	12.750	-
-	-	-	-	Aquisições de ativo imobilizado	8	-	8	-	-
-	-	-	-	-	(526)	(1.210)	(37.401)	(35.176)	-
-	-	-	-	-	Controladora		Consolidado		
-	-	-	-	Adições de intangível (Nota 13.3)	2023	2022	2023	2022	2022
-	-	-	-	Adições de direito de uso - Softwares	(51.141)	(4.600)	(182.141)	(200.942)	-
-	-	-	-	Aquisições de ativo intangível	208	-	38	1.326	-
-	-	-	-	-	(50.933)	(4.600)	(182.103)	(199.616)	-
-	-	-	-	-	Controladora		Consolidado		
-	-	-	-	Aporte de capital	2023	2022	2023	2022	2022
-	-	-	-	Combinação de negócios	-	(166.025)	-	(2.331)	-
-	-	-	-	Aquisições de períodos anteriores	(7.941)	(154)	(37.806)	(6.937)	-
-	-	-	-	Aquisições pagas	(40.000)	(7.693)	(40.000)	(7.693)	-
-	-	-	-	Aumento de capital em coligadas	(47.941)	(173.872)	(77.806)	(16.981)	-
-	-	-	-	-	Controladora		Consolidado		
-	-	-	-	Valor contábil líquido dos ativos alienados	2023	2022	2023	2022	2022
-	-	-	-	Valor contábil líquido dos arrendamentos alienados	18.950	818	181.264	104.145	-
-	-	-	-	Perda na alienação de ativos imobilizados e intangíveis	(15)	(836)	(14.490)	(29.551)	-
-	-	-	-	Alienação do ativo imobilizado e intangível	(9.321)	18	(43.375)	-	-
-	-	-	-	Cisão do ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(80.325)	-
-	-	-	-	Sem efeito caixa - atividades financeiras	(9.614)	-	(123.399)	-	-
-	-	-	-	-	Controladora		Consolidado		
-	-	-	-	-	2023	2022	2023	2022	2022
-	-	-	-	-	972	3.470	8.068	14.076	-
-	-	-	-	-	Controladora		Consolidado		
-	-	-	-	-	2023	2022	2023	2022	2022
-	-	-	-	-	972	3.470	8.068	14.076	-

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
 Diluição de participação de não controladores
 Aumento de capital de não controladores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Diluição de participação de não controladores
 Transação de capital com participação de não controladores
 Aumento de capital de não controladores

28. Informações complementares às demonstrações financeiras

Imobilizado e ativos intangíveis adquiridos por meio de financiamento

Sem efeito caixa - atividades financeiras

29. Eventos subsequentes - Venda de participação societária na PinPag: Em 07 de fevereiro de 2024, Linx Sistemas e Linx Pay venderam a totalidade das quotas detidas na PinPag. A alienação faz parte do objetivo do grupo de focar na sua operação core de forma a simplificar e fortalecer o negócio.

A Diretoria: Camila Del Poente - Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da STNE Participações S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da STNE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

Ernst & Young
 Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC 2SP 034.519/O-6
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
 Contadora - CRC 1SP 241.544/O-0

Data Mercantil
 A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
 comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Norte Buss Transportes S.A.

CNPJ nº 21.692.479/0001-44

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em reais – R\$)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Ativo	Notas	2023	2022	Histórico	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de lucros	Resultados acumulados	Reserva aval. Patri.	Total				
Circulante		80.273.749	116.122.116	Saldo em 31/12/2022	168.000.000	(5.666.928)	19.102	(138.404.472)	9.640.578	33.588.280				
Disponível	4	2.570.255	138.872	Destinação do lucro conf. ata	-	-	-	-	-	-				
Contas a receber	5	31.300.103	24.023.452	Capital social a integralizar	-	-	-	-	-	-				
Outros créditos	6	39.976.548	91.937.665	Integr. de capital no exercício	-	-	-	-	-	-				
Estoques	7	6.156.249	-	Recurso p/ fut aumento de cap	53.470.588	5.666.928	-	-	-	59.137.516				
Despesas pagas antecipadamente	8	270.593	22.127	Capital subscrito em tesouraria	3.529.412	-	-	-	-	3.529.412				
Não circulante		209.860.606	259.615.722	Prejuízo acumulados do período	-	-	-	(34.047.355)	-	(34.047.355)				
Depósito e valores vinculados	9	-	283.612	Saldo em 31/12/2023	225.000.000	-	19.102	(172.451.826)	9.640.578	62.207.854				
Transações c/ partes rel.	10	67.738.349	98.619.088	DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS										
Bens destinados à venda	11	-	1.154.216	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA										
Participações societárias	12	1.875.430	-	Descrição	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Imobilizado / bens em operação	13	140.246.827	159.558.806	Receitas	621.663.011	615.541.831	Resultado do exercício/período							
Bens imóveis	14	19.722.328	19.722.328	Serviços de transporte de passageiros	627.556.564	627.507.384	(34.047.355) (25.154.441)							
Veículos	15	312.416.942	309.998.299	Outras receitas	166.807	-	Ajustes para conciliar o resultado às dispon geradas							
Outros bens de apoio	16	16.859.503	3.664.958	Devoluções/descontos	(6.060.360)	(11.965.553)	Operacionais							
Depreciação acumulada	13	(208.751.946)	(173.826.779)	Insumos adquiridos de terceiros	273.762.593	247.679.805	Depreciação e amortização							
Total do ativo		290.134.355	375.737.838	Custos dos serviços prestados	194.099.574	207.015.784	35.239.307 38.440.744							
Passivo		290.134.355	375.737.838	Serviços de terceiros (consultoria, informática, fretes, etc.)	11.779.270	7.979.770	Varições nos ativos e passivos							
Circulante		130.749.846	109.749.552	Despesas administrativas	56.042.659	27.300.498	(Aumento) redução em contas a receber							
Valores a pagar	14	30.060.722	19.412.401	Despesas financeiras	11.841.090	5.383.754	38.279.751 (9.131.927)							
Obrigações fiscais	15	21.177.081	36.307.932	Valor adicionado bruto	347.900.418	367.862.026	(Aumento) redução em realizável a longo prazo							
Obrigações trab. E previdenciárias	16	45.776.761	36.307.932	Retenções	-	-	10.648.321 3.476.427							
Obrigações por empr. E financiamentos	17	33.735.283	26.649.652	Depreciação	35.239.307	38.440.744	Aumento (redução) em contas a pagar e provisões							
Não circulante		13.040.332	13.040.332	Valor adicionado líquido produzido	312.661.111	329.421.281	(110.682.527) 471.897							
Empréstimos e financiamentos	18	9.110.429	32.424.410	Valor adicionado recebido em transferência	(1.603.508)	66.205	Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social							
Outras contas a pagar	19	2.905.000	-	Outras receitas financeiras	21.062	66.205	2.146.068 (533.877)							
Parcelamentos fiscais e prev	20	72.120.894	91.044.088	Resultado de equivalência patrimonial	(1.624.570)	-	Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas atividades operacionais)							
Outras exigibilidades	21	-	108.931.508	Valor adicionado total a distribuir	311.057.603	329.487.486	(26.097.867) 23.351.514							
Riscos fiscais e outros passivos contingentes	22	97.176.654	232.400.006	Distribuição do valor adicionado	234.182.090	228.728.404	Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Patrimônio líquido		62.207.854	33.588.280	Pessoal e encargos	166.803.952	166.075.733	Compras de imobilizado							
Capital social	23	225.000.000	162.333.072	Remuneração direta	14.443.762	13.305.275	Venda de imobilizado							
Reserva de lucros	23	19.102	19.102	Encargos previdenciários	38.125.227	34.773.450	200.706 7.905.177							
Resultados acumulados	23	(172.451.826)	(138.404.472)	Benefícios	14.809.149	14.573.945	Recebimentos por vendas de ativos permanentes							
Ajuste de avaliação patrimonial	23	9.640.578	9.640.578	Fgts	36.931.840	32.776.222	Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas atividades de Investimentos)							
Total do passivo		290.134.355	375.737.838	Impostos, taxas e contribuições	528.588	482.986	Ativos de caixa das atividades de financiamentos							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				Municipais	35.763.298	31.641.826	Integralização de capital							
Recita operacional		627.556.564	627.507.384	Federais	639.954	651.410	Pagamento pgfn							
Serviços de transporte de passageiros		627.556.564	627.507.384	Estaduais	73.991.028	93.137.301	Financiamentos pagos							
Outras receitas		166.807	-	Remuneração de capitais de terceiros	65.176.901	85.524.939	Empréstimos tomados							
(-) Deduções da receita bruta		(6.060.360)	(11.965.553)	Serviços prestados por eirelis (produção das linhas)	8.814.127	7.612.362	Disponibilidades liq geradas (aplicadas nas atividades de financiamentos)							
Recita operacional líquida		621.663.011	615.541.831	Aluguéis	34.047.355	25.154.441	42.581.149 (25.049.567)							
(+) Custos		(528.576.789)	(559.607.940)	Remuneração de capital próprios	34.047.355	25.154.441	Aumento (redução) nas disponibilidades							
Lucro bruto operacional		93.086.222	55.933.891	Prejuízos dos períodos	34.047.355	25.154.441	No início do período							
(-) Despesas operacionais		(115.313.549)	(75.770.783)	Total distribuído	311.057.603	329.487.186	No final do período							
Administrativas		(75.412.099)	(44.128.957)	Valores a Pagar: Os valores a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Empréstimos / Financiamentos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos de tal forma que, na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os financiamentos são em sua totalidade para aumento da frota, feitos pelos sócios em nome da Empresa, amortizados mensalmente com a compensação nos pagamentos de remuneração de terceiros, delegação, via licitação, a prestação e exploração do serviço coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. 3. Principais diretrizes contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação: As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. b) Apuração das receitas e despesas: As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. A Sociedade reconhece as receitas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. c) Ativos circulantes e não circulantes: Disponível – caixa e equivalentes de caixa: Os valores registrados em disponibilidades referem-se aos numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em três meses ou menos, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data do balanço, sendo considerado insignificante o risco de mudança do valor. Aplicações financeiras: São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços. Segunda análise da Alta Administração, não foi realizado ajuste a valor presente nos valores a receber de curto prazo. Não foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existe matéria para tal provisão. Outros Créditos: A composição dos Adiantamentos a Terceiros consiste em adiantamentos a fornecedores ligados diretamente à operação, adiantamentos a Transcooper Cooperativa de Transportes, pelos pagamentos de várias obrigações e compromissos, quando da incorporação da Cooperativa a Empresa. Os adiantamentos e empréstimos a Funcionários estão representados por um saldo de adiantamento de férias que foram concedidas antecipadamente e empréstimos em caráter social aos funcionários, que será liquidado em a partir de janeiro de 2024. Impostos e Contribuições a recuperar, são valores de crédito superiores aos débitos que a empresa pagou em exercícios anteriores da folha de pagamento que estão em processo de PERDCOMP. Valores de Créditos Vinculados: São valores do parcelamento da Dívida da Transcooper com a Procuradoria Geral da União, que a companhia assumiu, devido a absorção da cooperativa, entendendo o FISCO tratar-se de um grupo econômico. Estoques: São compostos por peças, acessórios, partes relacionadas e diesel adquiridos para o uso e consumo, manutenção preventiva e periódica da nossa frota de ônibus. Despesas pagas antecipadamente: Representam valores de seguros contratados pela companhia, que serão apropriados de acordo com as normas contábeis vigentes. Depósitos e valores vinculados: Os bloqueios judiciais são realizados pela instituição bancária através de ordem judicial quando o processo está em trânsito, posteriormente, após decisão judicial, o valor pode ser devolvido à empresa ou liberado ao reclamante, conforme decisão. Bens destinados a venda: Nesta conta são direcionados os ônibus que foram tirados de uso, para serem vendidos. Participações societárias: Valor de Investimento em outras Empresas, valorizada por Equivalência Patrimonial, no caso de controlada ou pelo custo de aquisição nos demais casos. Ativo imobilizado Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da sociedade. É demonstrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. Redução do valor recuperável de ativos (Impairment): O pronunciamento do CPC 27 requer que os ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para a verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da empresa efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado, e como o principal bem são veículos, e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos, porque esses bens tendem a se valorizar no mercado. d) Passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.										

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Norte Buss Transportes S.A.			
continuação		31/12/2023	31/12/2022
14. Valores a Pagar:			
Fornecedores		29.314.813	19.389.235
Outras contas a Pagar		75.000	-
Seguros a Pagar		248.784	23.166
Investimento Ponthall Transportes Rod.		422.125	-
Total		30.060.722	19.412.401
Os fornecedores são compostos pelos nossos prestadores de serviços, fornecedores de peças, materiais e combustíveis ligados a operação ou não. Outras contas a Pagar são relativos a empréstimo recebido de sócio. Seguros a pagar são os valores de prêmios de seguro da frota, cuja despesa está sendo reconhecida de acordo com a cobertura da apólice. O investimento trata-se de saldo a pagar referente a compra das cotas da Empresa Ponthall Transportes Rodoviários Logística, Importação e Exportação Limitada.			
15. Obrigações Fiscais:			
Contr. Prev. s/ receita bruta a rec.		7.054.806	5.604.726
Parcelamento PGFN		9.600.000	20.442.517
Parcelamento simplificado G4		433.749	461.508
Parcelamento Ordinário RFB		1.069.678	-
IRRF s/ folha a recolher		3.010.205	864.137
INSS s/ serv. tomados		275,00	-
PIS,COFINS e CSLL a recolher		6.569	4.892
ISS a recolher		1.799	1.787
Total		21.177.081	27.379.567
Os tributos a recolher são compostos pelo parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Parcelamento Simplificado G4, Parcelamento Ordinário RFB e pelos saldos dos tributos mensais, que pelo regime de competência vencem no mês subsequente, não caracterizando assim tributos em atraso. Os valores de IRRF e Contribuição Previdenciária, estão em atraso, e serão parcelados em 2024.			
16. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:			
Salário, Pró-Labore e gratif. a pagar		6.714.446	5.234.843
INSS a recolher		12.898.134	6.898.561
FGTS a recolher		2.608.041	2.168.521
Férias a pagar		22.913.549	21.636.127
13º salário a pagar		-	25.626
Rescisões a pagar		275.003	249.875
Empréstimo Consignado		100.729	-
Pensão alimentícia		266.858	94.379
Total		45.776.761	36.307.932
Os saldos acima referem-se a obrigações trabalhistas registradas pela folha de pagamento e provisão de férias acumulada.			
17. Empréstimos e Financiamentos:			
Banco Luso Brasileiro S. A.		683.772	415.165
Banco Bonsucesso S. A.		838.738	1.185.319
Banco Volkswagen S.A.		3.912.617	5.646.611
Banco Mercedes Benz S.A.		1.940.784	1.683.229
Banco Moneo S.A.		1.741.640	866.502
Banco RCI Brasil S.A.		513.622	489.516
Banco Daycoval S.A.		12.011.636	978.364
Capital de Giro Banco Luso		12.092.474	15.384.946
Total		33.735.283	26.649.652
18. Passivo não circulante - Empréstimos e financiamentos:			
Banco Luso Brasileiro S.A.		497.996	81.121
Banco Bonsucesso S.A.		62.120	449.238
Banco Volkswagen S.A.		4.199.349	16.436.490
Banco Mercedes Benz S.A.		1.838.016	5.445.917
Banco Moneo S.A.		1.336.669	3.247.557
Banco RCI Brasil S.A.		-	476.430
Banco Luso Eirelli		-	3.521.851
Banco Daycoval S.A.		1.143.233	1.810.168
Capital de Giro Banco Luso		33.047	955.638
Total		9.110.429	32.424.410
Referem-se a financiamento da frota da companhia e capital de Giro, tendo seus valores alocados no circulante e no não circulante de acordo com o período do contrato.			
19. Outras contas a pagar:			
Investimento Ponthall Transportes Rod.		2.905.000	-
Total		2.905.000	-
O investimento trata-se de saldo a pagar referente a compra das cotas da Empresa Ponthall Transportes Rodoviários Logística, Importação e Exportação Limitada.			
20. Parcelamentos fiscais e previdenciários:			
Parcelamento Simplificado G4		1.084.372	1.521.103
Parcelamento PGFN		67.738.349	89.522.985
Parcelamento Ordinário RFB		3.298.173	-
Total		72.120.894	91.044.088
Neste grupo encontra-se o Parcelamento Simplificado G4, Parcelamento Ordinário RFB e o parcelamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.			
21. Outras Provisões:			
Provisão de Reestruturação		-	108.931.508
Total		-	108.931.508
Provisões de Reestruturação, conta criada pelo resultado de ajustes da conta capital social dos sócios pelo aporte de capital.			
22. Riscos fiscais e outros passivos contingentes			
Causas Cíveis		7.336.131	-
Causas Trabalhistas		5.704.201	-
Total		13.040.332	-
As ações que envolvem a Norte Buss. e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão resumidas no quadro abaixo: Conforme relatório de advogados:			
		31/12/2023	31/12/2022
		Possível	Provável
Local	Cível/Trabalhista/Outras		
G 1	Cível	331.655	2.041.682
G 2	Cível	1.460.746	5.294.450
G 1 e g 2	Trabalhistas	32.286.605	5.704.200
	Tributária	-	-
	Outras	-	-
Totais		34.079.006	13.040.332
As ações Cíveis em sua maioria são devidas a Acidentes de trânsito com os ônibus, tendo como vítimas, passageiros, pedestres e outros veículos. As Ações trabalhistas, na maioria são referentes a processos reivindicando horas, extras, adicionais, reflexos, participações nos lucros, dentre outros. 23. Patrimônio Líquido: O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), representados por 40 (quarenta) ações ordinárias de classe NB1, nominativas, expeditivas e exclusivamente a sócios fundadores da companhia com valor nominal de R\$ 220.588,24 (duzentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) cada uma, e 980 (novecentos e oitenta) ações ordinárias de classe NB2 com valor nominal de R\$ 220.588,24 (duzentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos) cada uma, totalizando 1.020 (um mil e vinte) Ações Ordinárias Nominativas.			
		31/12/2023	31/12/2022
		Acções	Acções
Valor	Valor		
Nb1	40 R\$ 8.223.529 NB1	40	40 R\$ 4.800.000
	RS		RS
Nb2	980 216.176.471 NB2	1360	163.200.000
	RS		RS
Total	1020 225.000.000 Total	1400	168.000.000
2023		2022	
Capital	225.000.000	168.000.000	
Reserva de lucros	9.659.680	9.659.680	
Capital a integralizar	-	(5.666.928)	
Prejuízos acumulados	(172.451.826)	(138.404.472)	
Total	62.207.854	33.588.280	
24. Receita operacional líquida: A Receita Operacional Líquida é composta pelos Serviços Prestados de Transporte de Passageiros à SPTrans, e as suas deduções são compostas por descontos e abatimentos incorridos e previstos em contrato.			
Jeremias Jose Pereira - Responsável Legal Contador Rogério Barucci - 1SP168507/O-3			
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Aos Administradores e acionistas da Norte Buss Transportes S.A. , CNPJ nº 21.692.479/0001-44. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. ("Companhia") , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. , em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros Assuntos: O valor a receber da empresa sucedida Transcooper, mencionada em nota explicativa nº 6, como adiantamento a fornecedores, segundo a diretoria será amortizado anualmente, através de provisão de perdas de crédito. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nos examinados, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 23 de março de 2023. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bebedouro-SP, 29 de abril de 2024.			
MB Auditores Independentes Sociedade Simples. CRC - 2SP 021390/O-7			
Marcelo Bock Contador CRC - 1SP 128.524/O-0			

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

